

OS DESAFIOS E O POTENCIAL DA AGRICULTURA URBANA EM BELÉM

Parte I - O sistema alimentar de Belém e região

RELATÓRIO
TÉCNICO

Realização

Instituto
Escolhas

Edição

Outubro
2022

ficha técnica

coordenação geral (Instituto Escolhas):

Jaqueline Ferreira
Camilla Guimarães
Vitória Leão

Execução técnica

Osvaldo Aly Jr.
Fernando Gaiger Silveira
Bernardo Campolina
Alan Nunes Araújo

Citar como:

Instituto Escolhas. **Os desafios e o potencial da agricultura urbana e periurbana em Belém**. Parte I: o sistema alimentar de Belém e região. São Paulo, 2022.

—

Apresentação

O estudo “Os desafios e o potencial da agricultura urbana e periurbana em Belém” foi idealizado e realizado pelo Instituto Escolhas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém.

Com dados e análises sobre as características do sistema alimentar urbano de Belém e Região e sobre os desafios e o potencial da produção local de alimentos, o estudo contribui com a elaboração de políticas públicas de fomento à agricultura urbana e periurbana no município.

No Brasil, a agenda de fortalecimento da agricultura urbana surge associada a políticas de promoção da segurança alimentar e combate à fome. A agricultura em contextos urbanos tem potencial de melhorar o acesso à alimentos frescos a preços mais justos e, ao mesmo tempo, garantir renda para os pequenos produtores, grupo que muitas vezes também se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Uma pesquisa recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Pensann, 2022), mostra que, no Brasil, 116,8 milhões (55%) de pessoas passaram a conviver com algum grau de insegurança alimentar. Isso inclui as pessoas que não têm certeza se terão acesso à comida no próximo dia, as que diminuíram a quantidade ou deterioraram a qualidade da alimentação e/ as que estão passando fome. Na região Norte, esse indicador é ainda pior, mostrando que apenas 28,4% das pessoas têm acesso pleno a alimentos e vivem em condições de segurança alimentar – o que eleva o percentual de insegurança para 71,6%, bem acima da média do país.

Belém é a segunda cidade mais populosa da Amazônia e sua Região Metropolitana, composta por sete municípios, reúne 2,6 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Dados de 2018 da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) sobre a Região Metropolitana de Belém mostram que mais da metade da população se encontrava em situação de insegurança alimentar grave, moderada ou leve (IBGE, 2018).

O presente estudo do Instituto Escolhas contribui, com dados e análises, para a compreensão dos desafios e a identificação do potencial da agricultura urbana e periurbana como estratégia de combate à fome, promoção da segurança alimentar e nutricional e geração de emprego e renda em Belém.

Este estudo está organizado em dois relatórios independentes. O primeiro apresenta a parte do estudo que analisou o sistema alimentar urbano de Belém e região. Para isso, foi feito o levantamento e a análise de dados secundários oriundos de órgãos oficiais sobre produção, abastecimento, comercialização e consumo de produtos alimentícios em Belém e regiões imediatas. O texto mostra como acontece o consumo de alimentos (tipo de alimento consumido, local de compra e consumo) por extratos de renda, quantas pessoas são empregadas em atividades diretamente relacionadas à alimentação, quantos são e o que produzem os estabelecimentos de produção primária e industrial. O relatório detalha o perfil dos canais de abastecimento e comercialização e analisa o fluxo dos alimentos na região. Traz, ainda, informações sobre a produção e consumo do pescado e do açaí, alimentos de importância histórica, cultural e econômica para a região de Belém.

A segunda parte do estudo, apresentada em outro relatório, analisou os desafios e o potencial da agricultura urbana e periurbana de Belém a partir do levantamento de dados primários e secundários. O relatório traz análise e caracterização dos diferentes tipos de agricultura existentes no município – nas ilhas, no continente, nos quintais das casas e nos espaços institucionais, entre outros. Na sequência, apresenta análises da viabilidade econômico-financeira de cinco tipos de estabelecimentos de produção de alimentos no município. Por fim, mostra um mapeamento inédito dos espaços potenciais para o desenvolvimento da agricultura no município e simula o potencial de produção de alimentos e geração de emprego e renda.

Os resultados mostram que os moradores da Região Metropolitana de Belém (RM de Belém) se alimentam, prioritariamente, dentro de casa (73%), mais do que a média nacional (67%). Apesar desse fato, a alimentação pesa, significativamente, nas despesas familiares, correspondendo a 20% do total dos gastos, percentual que chega a 28% para a população mais pobre da cidade.

Os alimentos consumidos em Belém percorrem longas distâncias. Segundo dados das Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa-PA), 82% do valor comercializado dos alimentos têm origem em outros estados, como Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O que torna o sistema alimentar de Belém e região mais suscetível aos efeitos das variações na oferta de alimentos, como o aumento dos preços.

De acordo com o IBGE, em 2017 Belém tinha 601 estabelecimentos agropecuários, e 90% deles foram caracterizados como de produção familiar, com expressiva participação das mulheres na direção (37,4%) – superior às médias nacional e estadual (18,6% e 20,4%, respectivamente). Do total, 97% afirmaram não utilizar agrotóxicos e adubação química.

A agricultura local é diversificada. Na horticultura são registrados produtos como cebolinha, couve, caruru, alface, chicória, cheiro-verde e maxixe. Nas lavouras temporárias, a macaxeira. Destaca-se ainda a produção do açaí, com tendência de transição da atividade extrativista para o manejo e cultivo em terra firme.

Os principais desafios da agricultura urbana e periurbana de Belém identificados dizem respeito à baixa regularização, ao elevado custo logístico e ao baixo acesso a assistência técnica, políticas públicas e crédito. Além da falta de informação sistematizada sobre produção, logística e comercialização no município.

O estudo identificou um potencial de produção de 19 mil toneladas de legumes e verduras por ano em 344 hectares cultivados. Esse volume seria o suficiente para alimentar 1,7 milhão de pessoas por ano e gerar 3.267 empregos. Ainda, 5.348 hectares cultivados de açaí têm o potencial de suprir 951.266 pessoas por ano com a bebida e gerar aproximadamente 2 mil empregos. As simulações consideraram espaços vazios para a horticultura e sistemas agroflorestais para a produção de açaí.

Sumário

Apresentação	3
1. Introdução	16
2. Base de dados e escolhas metodológicas	19
I. Produção e abastecimento	21
II. Ocupação formal e informal e perfil das empresas	22
III. Gastos com alimentação, segurança alimentar e preços alimentares	24
IV. A rede de transporte e circulação	25
V. Tratamento estatístico e georreferenciamento	26
VI. Métodos qualitativos	29
3. Características gerais: geografia, demografia e economia	31
4. Gasto alimentar, segurança alimentar, comportamento de preços	42
5. Ocupação: trabalho e rendimento	56
I. População ocupada no setor agroalimentar da Metropolitana Imediata de Belém	56
II. População ocupada no setor agropecuário	59
III. População de empregados formais no Município de Belém	64
6. Produção primária e indústria alimentar	70
I. Agricultura e extrativismo vegetal	71
a. Estrutura fundiária e produção	71
b. Açaí	87
c. Pescado	98
II. Indústria	106
7. Comercialização e serviços: o abastecimento alimentar	111
I. A Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa -PA)	113
II. A rede de supermercados de atacado e varejo de Belém	119
III. Portos	124
IV. Mercados e feiras	127
8. Políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar	141
I. Breve histórico do abastecimento e da segurança alimentar	141
II. Municípios: políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar	144
III. O caso de Belém	149

9. Considerações finais.....	164
Referências bibliográficas	166
Anexo 1	170

Lista de quadros

Quadro 1 – Municípios que compõem as Regiões Metropolitana e Imediata de Belém.
20

Quadro 2 – Fontes de informação segundo segmento de análise, por período e forma de disponibilidade, e possibilidade de georreferenciamento.28

Quadro 3 - Trabalho informal no Pará.69

Quadro 4 – Perfil da indústria pesqueira do Pará.103

Quadro 5 –Tipologia das ações de políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional. Belém.150

Lista de tabelas

Tabela 1 – Valores mensais familiares per capita das despesas de consumo, por rubricas, das despesas totais e da renda e estrutura das despesas de consumo, por quintos selecionados de renda familiar per capita. Região Metropolitana de Belém, 2017-18.	42
Tabela 2 – Valores mensais familiares per capita das despesas de consumo, por rubricas, das despesas totais e da renda e estrutura das despesas de consumo. Brasil, 2017-18.	44
Tabela 3 - Composição dos gastos alimentares em casa, por rubricas de despesas, para quintos selecionados de renda familiar per capita. Região Metropolitana de Belém e Brasil, 2017-18.	46
Tabela 4 – Distribuição do valor total adquirido com produtos alimentares e de higiene, segundo locais de compra. Região Metropolitana de Belém e Brasil, 2017-18.	51
Tabela 5 – Participação de brancos e mulheres na ocupação na Região Metropolitana de Belém e no segmento agroalimentar, 2012-18.	58
Tabela 6 – Evolução do salário médio do pessoal ocupado nos setores do segmento agroalimentar e na Região Metropolitana de Belém, 2012-20.	59
Tabela 7 – Estabelecimentos (total, pessoal ocupado, com e sem laços de parentesco) e indicadores selecionados, segundo tipos de agricultores. Região Imediata de Belém, 2017.	60
Tabela 8 – Estabelecimentos (total, com pessoal ocupado, com e sem laços de parentesco), pessoal ocupado (total, com e sem laços de parentesco) e indicadores selecionados, segundo tipos de agricultores. Região Imediata de Belém, 2017.	61
Tabela 9 – Pessoal ocupado na agricultura, segundo sexo, tipo de agricultor e parentesco. Região Imediata de Belém, 2017.	62
Tabela 10 – Pessoal ocupado na agricultura, segundo tipo de agricultor e grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.	63
Tabela 11 – População ocupada nos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de dias trabalhados e laços de parentesco (total, horticultura e pecuária). Região Imediata de Belém, 2017.	63
Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos, da área total, do VBP e do pessoal ocupado, por grupos de área total. Região Imediata de Belém, 2017.	71
Tabela 13 - Número de estabelecimentos e área total segundo tipo de produtor. Região Imediata de Belém, 2017.	72
Tabela 14 – Distribuição dos estabelecimentos e da área e área média por grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.	72
Tabela 15 - Distribuição dos estabelecimentos por tipos de agricultores e por grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.	73

Tabela 16 – Distribuição da área dos estabelecimentos por tipos de agricultores e por grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.	74
Tabela 17 – Valor da produção total, animal e vegetal, segundo tipos de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.	75
Tabela 18 – Número de estabelecimentos, produção, produção vendida, valor da produção, valor da venda, efetivo das plantações, área colhida, área destinada ao cultivo, segundo lavouras permanentes com mais de 50 pés. Região Imediata de Belém, 2017.	77
Tabela 19 – Participação da agricultura familiar nos estabelecimentos, na área colhida e no VBP para as principais lavouras permanentes. Região Imediata de Belém, 2017.	79
Tabela 20 – Número de estabelecimentos, produção, produção vendida, valor da produção, valor da venda e área colhida, segundo lavouras temporárias. Região Imediata de Belém, 2017.	81
Tabela 21 – Participação da agricultura familiar nos estabelecimentos, na área colhida e no VBP para as principais lavouras temporárias. Região Imediata de Belém, 2017.	82
Tabela 22 – Participação dos estabelecimentos produtores de farinha de mandioca entre os produtores de mandioca e participação do valor vendido de farinha, segundo tipos de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.	82
Tabela 23 - Valor bruto da produção (R\$) segundo tipos de atividade agropecuária, por classes de valor da produção. Região Imediata de Belém, 2017. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.	85
Tabela 24 – Número de estabelecimentos segundo tipos de atividade agropecuária, por classes de valor da produção. Região Imediata de Belém, 2017.	86
Tabela 25 – Estimativa de consumo aparente de açaí e da produção, como base no consumo domiciliar para o Pará e a Região Metropolitana de Belém. Brasil, 2017-18 e 2020.	96
Tabela 26 - Pará e outros estados: origem, volume (kg) e valor comercializado (R\$ de 2021), segundo grupos de produtos, 2021.	113
Tabela 27 - Origem dos produtos provenientes de outros estados comercializados na Ceasa/PA: volume (em kg) e valor comercializado (em R\$ de 2021), 2021.	114
Tabela 28 – Valor e participação de produtos comercializados na Ceasa-PA, 2021 (todos os produtos).	117
Tabela 29 - Lojas por segmento de atuação. Belém e Região Metropolitana, 2022.	121
Tabela 30 - Mercados e feiras: número absoluto e relativo de permissionários e equipamentos segundo o tipo de atividade, maio de 2022.	131
Tabela 31 – Feiras municipais, permissionários e equipamentos. Belém, 2022.	132
Tabela 32 - Mercados municipais, permissionários e equipamentos. Belém, 2022.	137
Tabela 33 - Unidades escolares em vulnerabilidade social. Belém.	156

Lista de mapas

Mapa 1 - Mercados municipais, permissionários e equipamentos. Belém, 2022.	20
Mapa 2 - Região Metropolitana de Belém.	32
Mapa 3 – Evolução do uso do solo da Região Metropolitana de Belém.	33
Mapa 4 – Evolução urbana da Região Metropolitana de Belém, 1616-2010.	34
Mapa 5 – Densidade das indústrias alimentícias de Belém	108
Mapa 6 – Estrutura urbana da Região Metropolitana de Belém.	112
Mapa 7 – Fluxo de comércio de produtos dos municípios paraenses comercializados na Ceasa-PA segundo grupos de produtos (frutas; hortaliças: folha e haste; hortaliças: raiz, bulbo e rizoma; produtos diversos) (em R\$ de 2021).....	117
Mapa 8 - Localização da rede de atacado e varejo na Região Metropolitana de Belém.	122
Mapa 9 – Densidade dos estabelecimentos atacadistas. Município de Belém, 2019	123
Mapa 10 – Densidade de estabelecimentos do comércio varejista. Município de Belém, 2019.	124
Mapa 11 – Fluxos fluviais diários de municípios e localidades para Belém.	126
Mapa 12 – Índice de diversificação de produtos comercializados nos portos de Belém, 2019-21.	127
Mapa 13 – Localização geográfica das feiras livres, dos mercados e portos em Belém.	130
Mapa 14 – Índice de diversificação das feiras municipais de Belém, 2022.	135
Mapa 15 – Índice de diversificação das atividades dos mercados municipais de Belém, 2022.	137
Mapa 16 - Densidade de estabelecimento de restaurantes, bares e outros produtos relacionados a comida em Belém, 2019.	139
Mapa 17 - Densidade de estabelecimentos de serviços em Belém, 2019. .	140

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Renda domiciliar per capita da Região Metropolitana e da Capital, Belém e São Paulo.....	38
Gráfico 2 - Evolução da população entre 1970-2010. Pará, Belém e Região Metropolitana.....	39
Gráfico 3 – Pirâmide etária do Município de Belém, 2019.....	40
Gráfico 4 – Evolução da quantidade anual per capita adquirida de açaí. Brasil, Região Norte e Pará, 2002-03, 2008-09 e 2017-18.	49
Gráfico 5 – Evolução da quantidade anual per capita adquirida de pescados e farinha de mandioca. Brasil, Região Norte e Pará, 2002-03, 2008-09 e 2017-18.....	50
Gráfico 6 – Evolução da quantidade anual per capita adquirida por grupos alimentares. Região Metropolitana de Belém, – 1987-88, 1995-96, 2002-03 e 2008-09..	51
Gráfico 7 – Distribuição da população segundo graus de segurança alimentar (EBIA). Brasil, Região Metropolitana de Belém e outras Regiões Metropolitanas, 2017-18.	53
Gráfico 8 – Evolução do IPCA geral, de alimentos e bebidas e de polpa de açaí. Região Metropolitana de Belém. Jul. 2006 a nov. 2021.....	54
Gráfico 9 – Evolução do IPCA de alimentos e bebidas, farinha de mandioca, pescados e de polpa de açaí. Região Metropolitana de Belém, jul. 2006 a nov. 2021. .	55
Gráfico 10 – Evolução da população ocupada nas atividades do segmento agroalimentar. Região Metropolitana de Belém, 2012-20	57
Gráfico 11 – Composição etária da população ocupada nas atividades do segmento agroalimentar na Região Metropolitana de Belém e em todas as atividades econômicas, 2012-20 (em média).....	58
Gráfico 12 - Distribuição dos estabelecimentos de acordo com os segmentos do setor agroalimentar. Belém, Região Metropolitana de Belém e Pará, 2020.....	65
Gráfico 13 – Distribuição dos empregos por segmentos do setor agroalimentar. Belém, Região Metropolitana de Belém e Pará, 2020 (em percentual).	66
Gráfico 14 – Participação do sistema alimentar no emprego e na massa salarial (eixo esquerdo) e salário médio mensal em R\$ (eixo direito). Belém, 2012-20.....	67
Gráfico 15 - Evolução do emprego nos segmentos agroalimentares. Belém, 2012-20 (em milhares).	68

Gráfico 16 - Evolução do emprego nos segmentos agroalimentares. Belém, 2012-20 (em milhares).....	68
Gráfico 17 – Distribuição da área dos estabelecimentos, segundo a utilização das terras. Regiões Imediatas de Manaus, Belém, Salvador e Curitiba, 2017.	76
Gráfico 18 - Distribuição do valor bruto da produção (VBP), da área colhida e da área destinada ao cultivo, segundo as principais lavouras permanentes. Região Imediata de Belém, 2017.	79
Gráfico 19 – Evolução dos preços pagos ao produtor paraense pela saca de 60 kg de farinha de mandioca, jan. 2018 a dez. 2021 (preços nominais em R\$ de dez. 2021 e média móvel de 12 meses dos preços deflacionados).	83
Gráfico 20 – Distribuição dos estabelecimentos por classes de valor da produção e por tipologia de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.....	84
Gráfico 21 – Distribuição do valor da produção por classes de valor da produção e por tipologia de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.....	85
Gráfico 22 – Quantidade produzida de açaí (fruto) como cultivo permanente e atividade extrativista, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a Pesquisa Agrícola Municipal de 2016 e de 2017 e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2016 e de 20	90
Gráfico 23 – Quantidade produzida de açaí (fruto) como cultivo permanente e atividade extrativista, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a Pesquisa Agrícola Municipal de 2016 e de 2017 e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2016 e de 20	91
Gráfico 24 – Evolução da quantidade produzida de açaí por meio do extrativismo. Brasil, Pará e Região Imediata de Belém, 1990-2020.....	92
Gráfico 25 – Evolução do valor bruto da produção (VBP) de açaí por meio do extrativismo. Brasil, Pará e Região Imediata de Belém, 1990-2020	93
Gráfico 26 – Evolução da quantidade total produzida de açaí, segundo tipo de produção e áreas. Brasil, 2015-20.....	94
Gráfico 27 – Evolução do VBP total de açaí, segundo tipo de produção e áreas. Brasil, 2015-20.	95
Gráfico 28 – Evolução dos preços pagos ao produtor paraense pelo kg do fruto do açaí, jan. 2014 a dez. 2021. Preços nominais, em R\$ de dez. 2021 e média móvel de 12 meses dos preços deflacionados.	98
Gráfico 29 - Evolução do comércio de pescado em Belém: quantidade (kg mil) e volume monetário (R\$ mil correntes).	104
Gráfico 30 – Participação percentual dos principais peixes comercializados, por quantidade, nas feiras e nos mercados. Belém, 2021.	105

Gráfico 31 – Evolução mensal do comércio dos principais pescados. Belém, 2019-21 (em kg mil).	106
Gráfico 32 - Número de estabelecimentos na indústria de transformação, segundo tipologia. Belém, Região Metropolitana e Pará, 2020.	107
Gráfico 33 - Empregos na indústria de transformação, segundo tipologia. Belém, Região Metropolitana e Pará, 2020.	107
Gráfico 34 – Número de estabelecimentos da indústria de alimentos e bebidas, segundo o porte. Belém, 2020.	109
Gráfico 35 – Distribuição do emprego na indústria de alimentos, por segmentos industriais. Belém, Região Metropolitana e Pará 2020.	110

Lista de figuras

Figura 1 - Pedra do Peixe e Mercado Ver-o-Peso.....	36
Figura 2 - Fluxograma da pesca (do planejamento à venda para o consumidor final).	101
Figura 3 – Mercado do Guamá: fracionamento de legumes, hortaliças e secos (abr. 2022).....	129
Figura 4 – Síntese metodológica dos programas de abastecimento.....	147
Figura 5 – Prioridades aprovadas no Planejamento Participativo 2021-23.....	154
Figura 6 – Licor de jambu.	159
Figura 7 – Estrutura da Secretaria Municipal de Economia de Belém.....	161

1.

Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico final de estudo sobre o sistema alimentar de Belém e região, empregando noções de sistema e cadeias econômicas. Trata-se de uma análise da cadeia agroalimentar em Belém, contemplando tanto as atividades e os territórios que a abastecem de insumos e produtos agroalimentares bem como os produtos e serviços que a cidade transforma e comercializa para além de suas fronteiras. Decidiu-se, assim, avaliar a cadeia agroalimentar pelos segmentos que a constitui: a produção primária, a indústria alimentar, o comércio atacadista e varejista e os serviços alimentares.

Analisar o sistema agroalimentar de Belém observando cada um desses elos tem um caráter instrumental, ou seja, trata os aspectos conceituais relacionados aos debates sobre agricultura urbana e periurbana, abastecimento e segurança alimentar, cadeias curtas e longas de comercialização, sanidade e qualidade dos bens alimentares de modo subsidiário. Por outro lado, no caso de uma grande cidade que tem papel de polo regional, em que se destacam os serviços e as atividades comerciais, mas com área rural de extensão relativamente pequena — da ordem de 6 mil hectares frente aos 170 mil hectares da Região Imediata ¹—, a abordagem de cada um desses elos apresenta diferentes escopos regionais, intrasetoriais e analíticos. Assim, a produção primária que compõe as chamadas cadeias curtas de comercialização não se restringe à Capital, estendendo-se a toda a Região Metropolitana. No caso das atividades industriais e comerciais, a Capital tem posição de destaque frente aos demais municípios que compõem a Região Metropolitana, por isso a avaliação dos serviços alimentares ficou concentrada em Belém.

¹ Divisão regional elaborada pelo IBGE que têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. A região imediata de Belém é composta por 15 municípios, apresentados no quadro 1.

Deve-se destacar que esse procedimento analítico acaba não contemplando importantes atividades relacionadas à produção e ao abastecimento de alimentos, tais como o transporte, os serviços de logística, as atividades de insumos e a atividade agropecuária. Não foram analisados determinados segmentos da indústria e do comércio, como o setor de embalagens e de venda de insumos agropecuários.

Além da análise dos quatro segmentos da cadeia alimentar, o relatório analisa também os perfis de consumo alimentar, o comportamento dos preços e as políticas públicas relacionadas a produção, transformação e comercialização de alimentos.

Dessa forma, o relatório está organizado com nove seções, sendo a primeira esta introdução. A Seção 2 apresenta as bases de dados empregadas, seus potenciais e limites, os procedimentos metodológicos e estatísticos empregados, o tratamento dado à questão territorial e ao georreferenciamento e a forma de utilização das chamadas abordagens qualitativas. Este talvez seja um dos grandes ganhos do presente documento: articular em um único documento as diferentes fontes de informação para apresentar um panorama e um diagnóstico do sistema de abastecimento e segurança alimentar de Belém.

A Seção 3 tem por objetivo caracterizar a cidade de Belém e sua Região Metropolitana e identificar mudanças econômicas, demográficas e sociais que ocorreram nas últimas décadas, procurando elementos para explicar e/ou embasar posteriormente determinados resultados encontrados na análise de determinado setor. Esse panorama subsidiou as análises desenvolvidas no decorrer do relatório, em relação aos segmentos da cadeia agroalimentar, à ocupação na cadeia e às características do consumo.

As duas seções seguintes, 4 e 5 tratam respectivamente das características do consumo alimentar na Região Metropolitana de Belém, de forma a apontar para as diferenças e as similitudes frente às outras regiões metropolitanas, e do trabalho e do rendimento nos diferentes elos da cadeia alimentar.

As seções 6 e 7 abrangem os elos da cadeia agroalimentar, ou seja, a produção, a transformação e a comercialização de produtos agroalimentares em Belém e região. Detalhando mais, a Seção 6 trata da produção agropecuária, abarcando a produção primária do setor agropecuário, ou seja, suas características estruturais, as principais atividades desenvolvidas e a importância dos diferentes produtores. Com isso tem-se elementos para discutir a dinâmica do setor primário da cidade e do entorno. Nessa seção são desenvolvidas análises sobre produtos centrais na alimentação dos belenenses: o açaí e o pescado. Deve-se considerar que esses produtos são objeto de processamentos e canais de comercialização específicos, o que requer uma análise mais aprofundada deles nas seções destinadas a cada um dos elos da cadeia. Nessas subseções, por vezes, a análise se estenderá além dos limites da produção primária em si, abarcando (quando os dados permitirem) os elos industrial e de comercialização.

O açaí e o pescado estão inseridos em cadeias mais longas e, por se tratar de produtos mais perecíveis e em alguma medida voltada para a exportação a outros estados e ao

mercado internacional, possuem acompanhamento e dados setoriais mais efetivos, permitindo uma análise mais detalhada e a compreensão dos elos setoriais envolvidos na sua produção e sua distribuição.

Ainda, há uma subseção dedicada à análise da indústria de alimentos e bebidas de Belém e da Região Metropolitana, procurando caracterizar seu perfil relativo e suas principais indústrias.

Na seção 7 é discutido o setor comercial ligado ao abastecimento, abarcando sua estrutura e seu perfil, incluindo a organização das feiras e dos mercados e o setor varejista e atacadista, de acordo com cada perfil.

Já a Seção 8 trata das políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar. Partindo de um modelo teórico-conceitual, procura-se apontar as adversidades e fragilidades na construção de uma política municipal de abastecimento e segurança alimentar.

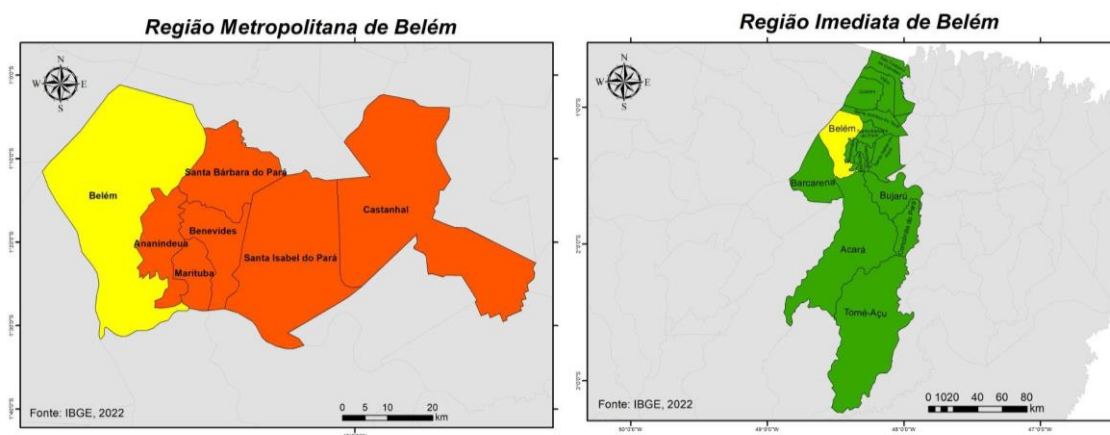
2.

Base de dados e escolhas metodológicas

Conforme informado acima, decidiu-se analisar o sistema agroalimentar de Belém e região por cada um dos segmentos ou elos que o conformam: produção agropecuária; transformação agroindustrial e indústria alimentar; redes de comercialização e distribuição; e serviços. Assim, na presente seção, são apresentadas as bases de dados e os procedimentos que foram empregados em cada um dos elos do sistema, havendo ademais assuntos ou temas transversais, como, por exemplo, as políticas públicas, o perfil do consumo alimentar e o comportamento dos preços. Além disso, são identificadas as informações passíveis de georreferenciamento e é feita uma abordagem sobre os métodos qualitativos empregados e seu papel enquanto fonte de informação para este estudo.

Tanto pelas fortes interconexões que a cadeia agroalimentar apresenta com o entorno de Belém, como pela dificuldade de se ter dados específicos no nível do município para indicadores da cadeia, fez-se necessário analisar a cidade de Belém e seu entorno.

Decidiu-se, para os dados do Censo Agropecuário e das Pesquisas de Produção Agrícola e Pecuária e de Extrativismo Vegetal, empregar o segundo nível da divisão territorial intra-estadual atualmente empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, as chamadas regiões imediatas – no caso, as Regiões Imediata e Metropolitana de Belém, dado o pequeno tamanho da área agrícola do município frente aos fluxos relacionados a toda cadeia agroalimentar da cidade e da região.



Mapa 1 - Mercados municipais, permissionários e equipamentos. Belém, 2022.

Fonte: IBGE, 2022.

Levando-se em conta que as regiões metropolitanas são os níveis territoriais das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) e das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios Contínuas (PNAD-C), foram gerados indicadores nesse nível territorial, considerando, de um lado, as relações econômicas e culturais que se estendem além da capital. Os indicadores ao nível do município foram aqueles relativos a registros administrativos (emprego formal e comercialização na Ceasa-PA, nas feiras e nos mercados, entre outros), uma vez que os registros relacionados a pesquisas amostrais contavam com poucas observações para os indicadores de interesse. No Quadro 1, são apresentados os municípios da Região Metropolitana e Imediata de Belém.

Quadro 1 – Municípios que compõem as Regiões Metropolitana e Imediata de Belém.

Fonte: IBGE, 2022.

Município	Região Metropolitana de Belém	Região Imediata de Belém
Acará		X
Ananindeua	X	X
Barcarena		X
Belém	X	X
Benevides	X	X
Bujaru		X
Castanhal	X	
Colares		X

Concórdia do Pará		X
Marituba	X	X
Santa Bárbara do Pará	X	X
Santa Izabel do Pará	X	X
Santo Antônio do Tauá		X
São Caetano de Odivelas		X
Tomé-Açu		X
Vigia		X

I. PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

A produção agrícola, pecuária e extrativista será avaliada por meio dos Censos Agropecuários, notadamente o de 2017, e as pesquisas municipais anuais da produção agrícola, pecuária e extrativista, realizadas pelo IBGE. O nosso recorte geográfico foi a Região Imediata de Belém, uma vez que a agricultura do município de Belém será tratada na outra parte do estudo.

No caso da transformação dos produtos primários, as investigações da Pesquisa Industrial Anual Empresa e Produto, do IBGE, trazem apenas dados nacionais ou de recortes geográficos que não englobam o município e a Região Metropolitana de Belém. Além disso, essa pesquisa é amostral e envolve empresas com menos de 20 empregados. Para suprir essa lacuna, empregou-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2012-20, que permitiu caracterizar o perfil da indústria de transformação de alimentos e bebidas no Município de Belém e na Região Metropolitana, apesar de não informar dados sobre produção. Verificou-se por meio dos dados de emprego formal da RAIS, frente aos apurados na PNAD e pela bibliografia acessada, que o processamento dos principais produtos que caracterizam o consumo local – açaí, farinha de mandioca e pescado – é realizado por empresas de reduzido porte, informais, sazonais e com baixo nível tecnológico.

Dados relativos a alguns setores industriais foram levantados por meio dos registros administrativos do Ministério da Agricultura, considerando os frigoríficos paraenses que possuem o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) de acordo com o tipo de produto (carne, frango, peixe e mel) e dos registros do Serviço de Inspeção Estadual (SIE-PA), que abrange um conjunto mais extenso de produtos.

Foram apurados os dados do Sindicato das Empresas de Pesca do Estado do Pará e vale destacar também a importância das bases da Secretaria Municipal de Economia

(Secon) relativas a feiras, mercados e portos. Conta-se com a movimentação mensal do volume negociado de vários produtos agrícolas, extrativos e pecuários. No caso dos pescados, os números relativos aos preços praticados, bem como o volume negociado das espécies, são coletados pelos técnicos da Secretaria.

Com a descontinuidade das informações estatísticas governamentais realizadas pelo antigo Ministério da Pesca (atualmente Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade), os dados da Secretaria Municipal de Economia foram de fundamental importância, pois sua análise evidenciou quão expressiva é a comercialização de pescados em Belém, com vários portos e locais de venda.

No que diz respeito ao mercado atacadista de alimentos, além dos dados da Secretaria da Economia, foram fornecidas pelas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa-PA), em Belém, informações dos volumes transacionados mensalmente de cada produto, assim como os preços praticados e a origem. As referências de origem dos produtos comercializados na Ceasa é o grande diferencial frente aos dados da Secon, mas a Ceasa tem o caráter de posto de comercialização de maior amplitude, tendo sua inserção institucional em nível estadual. Ou seja, ela é o ponto central das relações do Município de Belém com outras regiões do Estado do Pará e do país, permitindo a construção de um fluxo dos produtos.

O tratamento aos dados das feiras e dos mercados, espaços que se destacam entre os locais de compra dos consumidores de produtos alimentares em Belém, permitirá analisar essas redes de comercialização que exibem características relativamente próprias, englobando vários níveis e agentes – notadamente no caso do açaí.

II. OCUPAÇÃO FORMAL E INFORMAL E PERFIL DAS EMPRESAS

Para a ocupação no sistema agroalimentar, ou seja, o perfil do trabalho na produção agropecuária e extrativista, na indústria alimentícia, no atacado e varejo de produtos alimentares e nos serviços alimentares, foram utilizadas três fontes de informação. No caso do trabalho agropecuário empregou-se os dados de população ocupada do Censo Agropecuário, que contém informações importantes como a relação de parentesco dos trabalhadores com o proprietário do estabelecimento rural, bem como sexo, idade e carga semanal de trabalho. Soma-se a isso dados acerca da contratação de empreitada de mão-de-obra.

Outras duas fontes de informação do emprego e ocupação foram utilizadas: a PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e a RAIS (Relação Anual de Indicadores Sociais) para o período 2012-20. Para a segmentação dos elos da cadeia

agroalimentar, adotados os critérios da CNAE 2.0, especificamente as seções, divisões e grupos discriminadas abaixo, de acordo com o segmento da cadeia:

- A.** Produção primária ou agropecuária: Seção A (Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura);
- B.** Produção primária ou agropecuária: Seção A (Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura);
- C.** Comércio de alimentos: Grupos 46.2 (Com Matérias-primas Agrícolas e Animais Vivos), 46.3 (Comércio de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumos), 47.1 (Supermercado e Hipermercado) e 56.1 (Comércio Ambulante e Feiras);
- D.** Serviços alimentares: Divisão 56 (Alimentação) da Seção I (Alojamento e Alimentação).

Da PNAD-C foram analisados a quantidade de trabalhadores e os indicadores de renda, grau de formalidade, perfil etário e presença feminina na mão de obra. Não há dúvida que o panorama da mão de obra revelou quais são os segmentos mais expressivos, orientando a procura de informações econômicas de tais segmentos. Já a RAIS permitiu mapear o número de empresas do setor, o seu tamanho, pelo número de empregados, e o valor da massa salarial. Além disso, trouxe dados sobre os empregados formais, como o sexo, a idade e as características educacionais.

A utilização das informações da PNAD-C e da RAIS evidenciou diferentes resultados. Primeiro, pelo fato de a RAIS tratar de registros administrativos que abarcam a totalidade das empresas, com registro formal, com ou sem carteira assinada. A segunda diferença diz respeito à natureza da informação, pois aqui estamos observando apenas o setor formal da economia, não abarcando, portanto, o trabalho informal, como no caso da PNAD-C. A terceira diferença é que, além de dados dos trabalhadores, a RAIS também apresenta informações sobre os estabelecimentos, permitindo uma caracterização do setor econômico e do porte dos estabelecimentos, algo importante em se tratando da escala. A quarta diferença diz respeito às possibilidades de desagregação territorial e setorial. Nesse ponto, a RAIS permite o detalhamento por município e um recorte setorial mais fino, o que não é possível com a PNAD-C. A utilização dos dados de emprego da RAIS Identificada permitiu ainda a espacialização do setor agroalimentar no Município de Belém, dados não disponíveis por meio da PNAD-C.

Também é importante observar que o Censo é uma pesquisa econômica, tendo por unidade amostral o estabelecimento agropecuário, diversamente da PNAD-C, a qual

investiga os domicílios e seus moradores. A apuração do pessoal ocupado no Censo abrange a quantidade empregada no ano agrícola 2016-17, na data de referência da pesquisa. Ademais, a PNAD-C não considera como ocupados os trabalhadores cuja atividade é voltada para o próprio consumo, sendo neste estudo objeto de entrevista específica. Assim, ocorrem discrepâncias na quantidade de ocupados no setor primário entre as duas pesquisas, mas elas acontecem, como dito, devido às diferenças do escopo da investigação e dos conceitos aplicados à questão da ocupação.

III. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR E PREÇOS ALIMENTARES

No caso do estudo sobre os padrões de consumo e sua evolução, os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, permitem caracterizar tanto os perfis de consumo como a tendência em termos de composição do gasto alimentar (dentro ou fora do domicílio, tipos de alimentos, determinantes demográficos). Ademais, a última POF (2017-18) abrangeu quesitos de segurança alimentar, o que permitiu avaliar o grau de segurança das famílias do Município de Belém de forma associada às variáveis sociodemográficas e àquelas relativas ao gasto observado. Não há dúvida que a análise dos dados da POF para a Região Metropolitana de Belém, à luz do que se verifica em outras áreas e na média nacional, permitiu apontar as particularidades da dieta local. Conectando esses achados empíricos com estudos sobre a cultura e os hábitos alimentares na região, tem-se um quadro bem completo sobre os padrões de consumo alimentar em Belém. Há várias pesquisas sobre a importância dos hábitos de consumo da região, e algumas delas foram utilizadas para uma análise crítica das informações e dos dados levantados junto às diferentes fontes de informação.

Outra referência do IBGE empregada neste estudo foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Disponível para a Região Metropolitana de Belém desde 1999, ele permitiu avaliar os momentos de carestia alimentar, como o que se vivencia neste período pós-pandêmico, e os impactos sobre o poder de compra dos mais pobres, bem como sobre o consumo de produtos alimentares coletados localmente, como o açaí. Foram consultados, ainda, os dados de preços da cesta básica, apurados pelo Dieese, e os de preços ao consumidor contabilizados pela Fapespa.

Além dos dados sobre segurança alimentar levantados pela POF de 2017-18, com representatividade amostral para Belém e Região Metropolitana, a pesquisa do IBGE também investigou a percepção das famílias quanto às condições de vida, tais como segurança, acesso aos serviços públicos e proximidade de equipamentos públicos, entre outros parâmetros. Diferentemente da PNAD, na POF a pessoa de referência é quem responde pelo orçamento familiar, ou seja, as informações não estão associadas a relações de parentesco, nem à importância na provisão de renda. Com isso, há maior presença das mulheres na condição de pessoa de referência frente às outras investigações, uma vez que elas assumem o papel de gestoras do orçamento. Com isso

pode-se esperar uma melhor caracterização dos arranjos domiciliares e da segurança alimentar com enfoque em gênero.

A avaliação dos determinantes demográficos e socioeconômicos da segurança alimentar foi objeto de investigação desta pesquisa, sendo que, no caso da POF, foram incorporadas na análise os dados orçamentários das famílias, o que não é mais possível na PNAD, investigação que anteriormente contava com um suplemento sobre segurança alimentar.

Dado que existem quatro níveis de segurança alimentar, tais como definidos pela EBIA – Escala Brasileira de Segurança Alimentar, foram empregados modelos de regressão logística, mais adequados ao exame dos determinantes, para entender como as covariáveis alteraram as probabilidades do grau de segurança alimentar das famílias. Pôde-se, assim, verificar se, além da renda, do sexo, da cor e da escolaridade – variáveis que impactam a chance de estar em segurança ou insegurança alimentar –, a estrutura do orçamento familiar e dos gastos alimentares influenciaram a segurança alimentar. O peso dos gastos alimentares fora do domicílio teve influência negativa quanto à segurança alimentar, apontando para a necessidade de políticas públicas, como é o caso dos restaurantes populares. Ainda, o quanto o peso da alimentação no domicílio influenciou na segurança alimentar pode fornecer subsídios para melhor aquilatar programas de apoio à compra de alimentos, ações de regulação do mercado de produtos alimentares e outras intervenções que valem ser realizadas para promover o abastecimento alimentar.

IV. A REDE DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO

Na análise da rede de transporte e circulação, os dados sobre volume e origem dos produtos comercializados na Ceasa-PA foram empregados para caracterizar os fluxos e as rotas dos produtos alimentícios, como também identificar o peso da produção local e da RM de Belém na comercialização realizada neste equipamento.

A rede de comercialização de produtos alimentares em Belém, segundo tipos de estabelecimento por atividade econômica e porte, também foi objeto da pesquisa. Procurou-se informações na Secretaria de Economia da Prefeitura de Belém para o mapeamento de feiras, mercados públicos e portos, com a RAIS fornecendo os dados para o segmento formal da indústria, do comércio e dos serviços.

Esse conjunto de dados permitiu atender vários dos objetivos da pesquisa, sendo que, por outro lado, foi necessário lançar mão de outras fontes de informações, até mesmo visitas ao município para realizar entrevistas e reuniões com atores importantes da cadeia agroalimentar. No caso da identificação da origem dos produtos alimentares consumidos em Belém, foram empregadas informações obtidas junto à Ceasa, à

Associação Paraense de Supermercados (Aspas) e à Secretaria de Finanças (Sefin) do município.

V. TRATAMENTO ESTATÍSTICO E GEORREFERENCIAMENTO

As bases de dados secundárias e os registros administrativos foram analisados estatisticamente observando-se a dispersão dos dados, para, em um primeiro momento, verificar a consistência das informações. Essa abordagem inicial teve dois objetivos: permitir a descrição de parte do setor e orientar as perguntas qualitativas a serem exploradas ao longo do trabalho.

Entre os instrumentos estatísticos utilizados, destaca-se o emprego de fatos estilizados (estatísticas descritivas), tais como números absolutos e relativos e medidas de tendência central (média e mediana), de dispersão (desvio-padrão e coeficientes de variação), de concentração e de dispersão geográfica.

O georreferenciamento dos estabelecimentos formais dos diferentes elos da cadeia agroalimentar teve como fonte a RAIS Identificada de 2021, adotando-se o número de empregados como variável de tamanho. As informações da RAIS relativas ao setor agropecuário não foram usadas em razão da reduzida importância do segmento nessa fonte, em especial o emprego de caráter formal. Infelizmente, os dados georreferenciados de variáveis do Censo Agropecuários para a RMB solicitados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) ao IBGE não foram entregues até o momento de finalização deste relatório. Para contornar essa lacuna, optou-se por elaborar mapas de uso da terra em Belém e na Região Metropolitana, com base em imagens de satélite da plataforma MapBiomas ao longo dos últimos 30 anos, período em que a região passou por grandes transformações espaciais.

Complementarmente ao georreferenciamento da RAIS Identificada, utilizou-se o Google Maps para identificar nas imagens do MapBiomas os pontos comerciais e de serviços alimentares da cadeia agroalimentar.

Os dados do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP) da Secon, permitiram, de um lado, georreferenciar a totalidade das feiras, dos mercados e dos portos de Belém, empregando-se o número de permissionários como variável de tamanho. Foram elaborados ainda, com os dados da Ceasa, mapas de fluxos de produtos.

Evidentemente, os mapas que apresentam as delimitações geográficas dos dois recortes territoriais aqui empregados encontram-se entre as ilustrações do relatório.

O georreferenciamento de parcela expressiva dos estabelecimentos industriais, dos equipamentos de atacado e varejo alimentar e dos serviços alimentares, com base nos dados e registros disponíveis, bem como a identificação dos fluxos dos produtos

alimentares comercializados pela Ceasa em feiras, mercados e portos, permite identificar as cadeias de comercialização e as “escolhas” territoriais dos segmentos da cadeia agroalimentar.

Para confecção dos mapas foi utilizado o software QGIS 3.22. Como recurso metodológico, para os mapas de calor foi empregada a técnica de interpolação espacial, os chamados Mapas de Kernel, possibilitando transformar pontos em superfícies contínuas para melhor indicação das concentrações ou dispersões espaciais. Os mapas de fluxo foram manipulados na ferramenta AequilibraE, que é uma interface do próprio QGIS.

Os tratamentos estatístico e de georreferenciamento empregados no conjunto de dados forneceram elementos para melhor compreensão do papel dos diferentes atores na estruturação do abastecimento alimentar do Município, mostrando-se importantes para mapear as políticas públicas, ou melhor, a ausência e a dispersão delas para o abastecimento e a segurança alimentar. Os dados tratados forneceram também elementos para analisar e prospectar cenários para o sistema alimentar e de abastecimento de Belém.

O Quadro 2 apresenta as bases de dados e os registros administrativos adotados e manuseados na presente pesquisa.

Quadro 2 – Fontes de informação segundo segmento de análise, por período e forma de disponibilidade, e possibilidade de georreferenciamento.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Segmento/Setor	Recorte	Informação	Fonte	Período	Disponibilidade	Georreferenciamento
Características gerais	RM de Belém	Geografia, população e PIB	IBGE	2000-2020	Sistema Sidra	Não aplicável
	Belém		IPEA			
Agropecuária	RI de Belém	Produção, valor e área	IBGE	1995-2020	Sistema Sidra	Pedido LAI não recebido a tempo
		Preços ao produtor	Conab	Censo 2017	Site da Conab	Não aplicável
		e custos de produção		2014-2020		
Ocupação e rendimento	RI de Belém (ocupação no setor agropecuário)	Quantidade de trabalhadores, rendimentos e empresas, por segmento da cadeia/sistema agroalimentar	PNAD-C	2012-2020	Microdados do Ministério do Trabalho e Previdência	Não aplicável
	RM de Belém		RAIS e RAIS Identificada			Sim (2019)
Famílias	RM de Belém	Gasto, aquisição física de alimentos e locais de compra	POF	2017-2018 (2008-2009)	Microdados do IBGE	Não aplicável
		Preços	IPCA	2005-2020	Sistema Sidra	Não aplicável
		Segurança alimentar	POF	2017-2018	Microdados do IBGE	Não aplicável
Feiras e mercados	Belém	Número de permissionários, principais produtos e volume comercializado	Secon	2015-2022 Mensal	Sistema de cadastro do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP)	Localização dos equipamentos Fluxo(origem) dos produtos
Indústria, comércio e serviços	RM de Belém	Número de estabelecimentos e pessoal ocupado	RAIS	2012-2020	Microdados do Ministério do Trabalho e Previdência	Estabelecimentos segundo número de empregados
	Belém					
Mercado informal de alimentos	Belém	Número de trabalhadores que atuam no comércio ambulante de alimentos	Departamento de Vigilância Sanitária (DEVISA)	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Atacado varejo alimentar	Belém	Volume comercializado, origem e preços	Secon Ceasa-PA	2015-2022 (Secon)	Sistema de acompanhamento mensal do Departamento de	Sim (mapas de fluxos)

				2019- 2022 (Ceasa)	Feiras, Mercados e Portos (DFMP)	
Políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar	Belém	Organograma, orçamentos e programas	Prefeitura Municipal	2021	Consultas nos sites oficiais da Prefeitura (secretarias e órgãos)	Não aplicável
Portos	Belém	Localização, públicos e particulares, e desembarque de produtos alimentares	Secon	2015- 2022	Sistema de acompanhamento mensal do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP)	Sim (fluxos)

VI. MÉTODOS QUALITATIVOS

Com o intuito de apurar, ou melhor, discutir os resultados oriundos do tratamento dos dados secundários, foram realizadas entrevistas com pesquisadores, gestores e atores econômicos e sociais relevantes, de modo a validar as hipóteses de trabalho construídas. Essas conversas permitiram melhorar o mapeamento e a caracterização do sistema agroalimentar e identificar dinâmicas e tendências em cada um dos elos do sistema.

Nesse sentido, buscou-se uma gama de agentes a ser entrevistados capaz de contemplar todos os elos do sistema, bem como as distintas áreas de atuação — acadêmica/pesquisa, gestores públicos, representantes dos segmentos do sistema e lideranças sociais e de trabalhadores, entre outros.

As entrevistas ajudaram a qualificar as análises dos dados secundários e dos registros administrativos, elucidando alguns dos resultados dúbios encontrados previamente e preenchendo lacunas decorrentes do processo de caracterização do setor.

A pesquisa qualitativa foi importante, ademais, para identificar a organização e a prática institucional dos poderes públicos municipal, estadual e federal no campo do fomento e da execução de ações que viabilizem a sustentabilidade da produção local e metropolitana de alimentos, a sua transformação e comercialização, assim como as ações voltadas a garantir o abastecimento e a segurança alimentar.

As entrevistas com os atores da sociedade civil, dos setores público e privado, pretenderam também, dentro da proposta metodológica escolhida, obter informações que permitissem, junto com os dados secundários e registros administrativos, caracterizar os sistemas alimentar e de abastecimento, considerando três elementos: i) a regulação; ii) a execução das políticas compensatórias, ou seja, as intervenções do poder público para a garantia do acesso à alimentação; e iii) as práticas urbanas, isto é,

as ações de difusão de informações sobre alimentação (mercados, alternativas de consumo, educação alimentar e agroecológica). Alguns desses atores entrevistados foram:

- Prefeitura Municipal (Secretaria do Planejamento, Secretaria da Economia, Fundação de Assistência ao Estudante, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Segurança Alimentar, Funpapa e Banco do Povo);
- Governo do Estado (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará - Emater, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – Sedap e Ceasa-PA)
- Governo Federal (Banco de Desenvolvimento da Amazônia – Basa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Amazônia Oriental, IBGE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA);
- Entidades representativas (Aspas, Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Fetagri, Movimento Sem Terra – MST e Cooperativas).

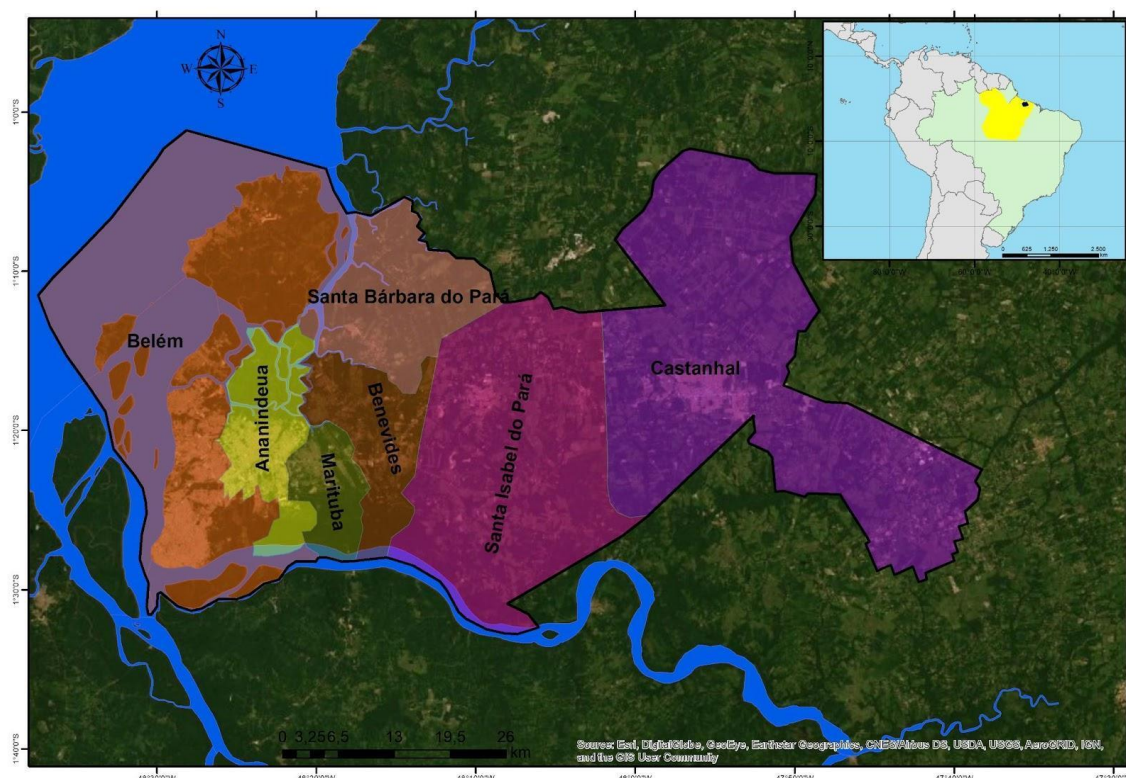
No Anexo 1 encontra-se a lista de entrevistas realizadas com o nome do entrevistado, instituição de filiação e cargo que ocupa.

3.

Características gerais: geografia, demografia e economia

O Município de Belém está inserido geograficamente nos domínios amazônicos, compondo uma semipenínsula margeada pelo rio Guamá, que tem suas nascentes localizadas no Nordeste Paraense, e pela Baía do rio Guajará (união dos rios Guamá, Moju e Acará). A fundação da cidade ocorreu em 12 de janeiro de 1616 às margens da referida bacia, tendo sido a primeira capital da Amazônia. Segundo o Censo Demográfico de 2010, Belém contava com uma população de 1,5 milhão de habitantes, o que representa cerca de 17% da população paraense (IBGE, 2010).

Já a Região Metropolitana de Belém possui uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes e representa cerca de 30% da população do Estado. A Região Metropolitana é composta de sete municípios incluindo a Capital (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal), como apontado no Quadro 1 e representado no Mapa 2 (IBGE, 2010).

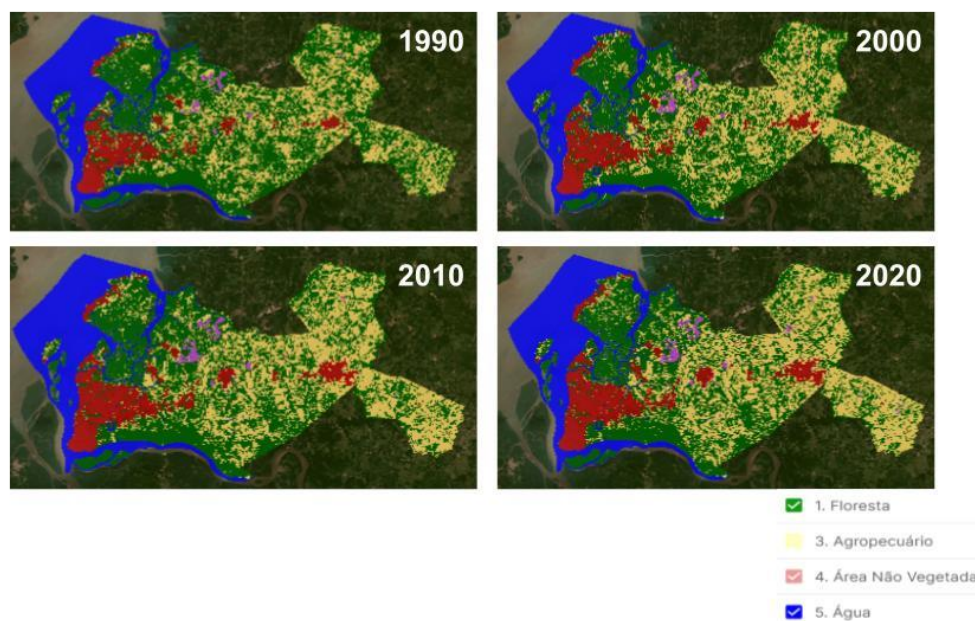


Mapa 2 - Região Metropolitana de Belém.

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2010.

A origem portuária de Belém irá conferir ao município, desde sua fundação, uma característica de centro urbano. Isso porque nasce essencialmente pautada no comércio e nos serviços, característica que foi se reafirmando ao longo dos séculos. Contudo, a Região Metropolitana, até meados do século XX, apresentava uma característica oposta, essencialmente rural, cujas florestas foram sendo substituídas por áreas agricultáveis na medida em que a rodovia, recém-criada no século XX, iria se consolidando ao longo da Região.

As principais características geográficas, demográficas e econômicas de Belém e seu entorno foram objeto de análise pelo fato de tais características influenciarem o desenho do sistema agroalimentar. A demografia ou, mais especificamente, o tamanho populacional é muito relevante para a estrutura de um sistema agroalimentar, ao definirem, de um lado, o tamanho potencial do mercado e, de outro, as preferências alimentares, intimamente relacionadas com a idade, o nível educacional e a renda. Além de que guarda íntima relação com as ocupações, logo, com o mercado de trabalho.



Mapa 3 – Evolução do uso do solo da Região Metropolitana de Belém.

Fonte: MapBiomas (Coleção 6), 2022.

Em 1990 a RM de Belém apresentava uma área total de 356.620 hectares, sendo que 177.644 ha eram ocupados por florestas, correspondendo a 49,8% do total, acompanhado de 63.674 ha de espelhos de água (17,8%); 25.890 ha de áreas não vegetadas (7,3%) e 89.412 ha de áreas voltadas à agropecuária (25,1%). No decorrer da década de 1990 esse padrão espacial foi se alterando, tendo, no ano 2000, a área florestal se reduzido para 158.154 ha, correspondendo a 44,3% da região. Nesse ano, 63.754 ha estavam sob águas (17,0%), com a área não vegetada ocupando 31.332 ha (8,8%) e a destinada à agropecuária, 29,0% (MapBiomas, 2022).

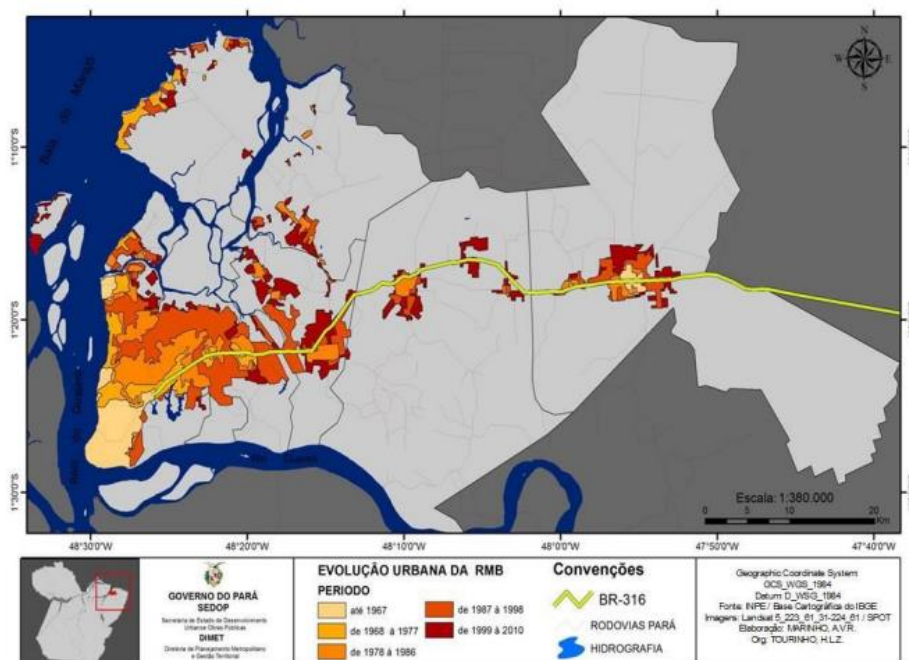
No ano de 2010 continuou ocorrendo o aumento da área destinadas à agropecuária (119.209 ha, ou 32,5%) e as não vegetadas (34.163 ha ou 9,3%), contrabalançada pelo decréscimo das áreas outrora ocupadas por florestas (149.603 ha ou 40,8%), que ainda preservam o posto de principal destinação, e pelos espelhos d'água, que ficaram com 63.645 ha (17,4%). Em 2020, a RM de Belém seguiu a mesma tendência, porém a floresta perdeu ainda mais área, com uma redução de quase 30 mil hectares em 30 anos, chegando a 141.414 ha (39,65%). Em outros termos, houve uma redução de 16% dessa classe de uso desde a década de 1990, e ela foi substituída principalmente pela classe agropecuária, com 115.855 ha (32,5%). Por sua vez, a área não vegetada ficou com 35.832 ha (10,0%), seguida da área ocupada com água (63.517 ha ou 17,81%).

Quando a análise se detém no Município de Belém, no ano de 2020 a maior área também era ocupada por florestas, com 28.911 ha (27,3%), seguida de água (56.460 ha ou 53,3%), da área não vegetada (15,5%) — que corresponde principalmente à área urbana — e, por fim, a classe agropecuária, com apenas 4.226 ha (4,0%) de toda a área do Município.

Pode-se dizer que Belém é um polo de articulação de parte significativa do comércio da região Norte do país, característica que se consolidou no longo do processo histórico de ocupação e de desenvolvimento da Região Amazônica.

Os produtos comercializados e consumidos chegavam quase que exclusivamente pela via fluvial, que pelo intenso fluxo de mercadorias acarretou a necessidade de se construir locais para fins de abastecimento da população urbana e seus arredores, surgindo, assim, os mercados e as feiras. Esse processo ganhou dinamismo com o crescimento demográfico de Belém, garantido a economia da região (Cardoso e Neto, 2013). A proximidade com o rio foi, desde a origem da cidade, o principal canal por onde “escoavam” pessoas, produtos e renda, exercendo uma função importante no processo de produção do espaço.

Essa característica fisiográfica vai refletir no padrão estrutural da cidade, com crescimento urbano limitado a oeste e com a dispersão do município que extrapola os limites administrativos de Belém após a década de 1980. Esse processo de dispersão urbana da RM de Belém, sobretudo ao longo do trecho da BR 316 do km 1 ao 10, tem ocorrido por meio da instalação de diversos estabelecimentos comerciais (shopping centers, supermercados, lojas etc.) e da construção de condomínios, agências bancárias, faculdades, escolas, concessionárias de veículos e ocupações espontâneas, entre outros, que passaram a se fixar nos terrenos lindeiros ao longo da rodovia, atraídos pelos assentamentos habitacionais instalados nos interstícios nas vias secundárias subsidiárias do eixo da BR-316 (Soares, 2017).



Mapa 4 – Evolução urbana da Região Metropolitana de Belém, 1616-2010.

Fontes: Sedop (2016) e Pará, Cohabe Fidesa (2003, p. 34). Elaboração: Sedop/ Dimet, 2016.

A construção desses eixos rodoviários ocasionou não somente a redução de custos logísticos para produtos e pessoas em relação às demais regiões do Brasil e do mundo, como também alterou a dinâmica social, econômica e comercial, com a inversão de um sistema baseado no rio como o principal meio de entrada e saída das cidades amazônicas para rodovia a partir de 1960. Segundo Souza e Binsztok (2012):

Em linhas gerais o sistema rio-várzea-floresta possuía uma dinâmica territorial pautada na exploração da floresta em pé, tendo o extrativismo da borracha e da castanha como base econômica e os rios como meio de locomoção. Já o sistema estrada-terra firme subsolo constitui uma complexa expansão da fronteira para o interior da floresta, na qual o valor da natureza está na terra (pecuária e agricultura) e no subsolo (minério), tendo a estrada como um meio de ligação da Amazônia com o restante do país (Souza e Binsztok, 2012).

Belém continua tendo uma ligação próxima e intrínseca com o rio, muito relacionada a sua característica portuária e mercadológica, além de ser muito importante nas redes de comercialização de alimentos. Contudo, a expansão urbana em direção aos municípios metropolitanos e o crescimento rodoviário tiveram repercussões nas redes de circulação e transporte de Belém e região, mudando a dinâmica dos mercados, portos e feiras e dando um caráter único e regional na Ceasa, se comparada a outros centros de abastecimento estaduais no restante do Brasil.

Produtos importantes para a alimentação da população em Belém, como açaí, farinha e pescados (Figura 1), por exemplo, chegam quase que exclusivamente via portos municipais, e vêm de regiões e municípios próximos. Isso revela que a Ceasa tem papel mais importante na comercialização dos alimentos importados de outras regiões do estado e de outros estados do que na venda da produção local/regional. Esta ocorre em outros locais que provocam uma dispersão territorial da estrutura atacadista local, mesmo com a Ceasa concentrando a maior parte da comercialização de hortifrutis.



Figura 1 - Pedra do Peixe e Mercado Ver-o-Peso.

Fonte: Silveira, 2022.

Em contrapartida, a Ceasa, no mesmo ano de análise, 2021, teve como principais produtos comercializados a banana prata, a batata inglesa, a cebola e o tomate, todos eles oriundos de outras regiões do Brasil, como Sul, Sudeste e Nordeste (Ceasa, 2022).

As redes hidroviária e rodoviária irão demarcar sobremaneira a característica dos alimentos vendidos nos principais entrepostos comerciais atacadistas de Belém, com exceção das grandes redes de varejo. Essas, devido ao forte poderio econômico, criam e estabelecem suas próprias redes logísticas de produção e comercialização.

Esta questão, dará à Região Metropolitana de Belém uma compreensão determinante em relação à Teoria dos Dois Circuitos, criado pelo eminente Geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970. Nela, o Primeiro Circuito ou Circuito Superior possui atividades tecnologicamente modernas, e que vem a dominar o meio técnico-científico-informacional, e o Segundo Circuito, ou Circuito Inferior, adotam soluções não modernas, recentes ou passadas (SANTOS, 1978).

Para Sposito (1983) o Circuito Superior seria definido por Capital Abundante; tecnologia mais avançada na produção, exportação dos produtos acabados; organização bem burocratizada; assalariamento de toda a força de trabalho e grande estocagem de produtos. A essas características pode se acrescentar em sua maioria a localização periférica, buscando ou se utilizando de instalações ora existentes ou mesmo de áreas antes não pertencentes ao perímetro urbano.

O Circuito Superior relacionado ao Sistema Alimentar de Belém, portanto, pode ser entendido neste relatório pelas grandes redes varejistas, e que sofreram alterações nos últimos anos pela chegada dos “atacarejos”, compostos em sua maioria por grupos de investimento que definem em quais cidades realizarão aporte de capital considerando a probabilidade de retorno financeiro, em detrimento de seu maior poder de atratividade que passa por toda sua complexa rede de informação e logística.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS (2022) em tempo de crise e de mudanças de hábitos de consumo, os empresários estão mudando de tática. Na feira do Entroncamento, em Belém, gigantes das vendas por atacado (comercialização de grandes quantidades de produtos) passaram a vender no varejo. É o chamado “atacarejo”, que agrada as donas de casa, os pequenos e os médios comerciantes, que costumam frequentar os atacados para comprar e revender mercadorias em outras praças.

Se o Capital é o elemento preponderante no Circuito Superior, por sua vez, no inferior será o Trabalho, se caracterizando segundo Sposito (1983) pelo subemprego, não emprego ou terceirização, gerando explorados e oprimidos dentro de um sistema artesanal ou semiartesanal de produção e/ou transformação, com uma multiplicidade de pequenos comércios e serviços, com capacidade reduzida ou quase nula de estoque,

com equipamentos de má ou baixa qualidade e sistema de negócios mais arcaicos e com pouco controle sobre os custos e o lucro.

O Circuito Inferior pertinente ao Sistema Alimentar de Belém, portanto, está mais relacionado aos mercados, feiras, portos, ambulantes e pequenos equipamentos de venda de alimentos tendo em vista que teve pouca alteração em seu *modus operandi* se comparado às últimas décadas e apesar dos esforços da Prefeitura em melhorar a gestão e organização desses espaços. Ademais, a informalidade fiscal e laboral continua muito elevada, a despeito das políticas de inclusão creditícia e previdenciária. Contudo, tanto nos dois circuitos, estas características apresentam uma barreira para expansão do mercado de alimentos e ao consumo de Belém na Região Metropolitana, em função da renda, da pobreza e da desigualdade.

No que diz respeito à desigualdade, o observatório das Metrôpoles em seu relatório de acompanhamento sobre a evolução da renda e da desigualdade nas regiões metropolitanas brasileiras aponta para uma piora da mesma ao longo dos últimos anos (Salata e Ribeiro, 2021).

Observa-se uma melhora na desigualdade e na distribuição da renda do trabalho que caracterizou os primeiros 15 anos do século XXI seguida de uma piora constante de 2015 em diante (SALATA E RIBEIRO, 2021). A pandemia teve duas consequências notórias neste processo – acelerou a piora na distribuição de renda com consequências mais significativas nos estratos inferiores de renda que foram os mais prejudicados.

No caso da Região Metropolitana de Belém esse aspecto é ainda mais relevante, pois até o 4º trimestre de 2015, era dentre as três áreas metropolitanas da região Norte – juntamente com Manaus e Macapá –, aquela que possuía a melhor distribuição de renda, com um Índice de Gini de 0,533. O que se observa a partir de então é uma piora acelerada e constante na distribuição da renda na Região Metropolitana de Belém, que no final de 2018 já apresenta o pior Índice de Gini entre essas regiões metropolitanas, atingindo 0,656 no 1º trimestre de 2020 (Salata e Ribeiro, 2021).

No caso da relação da renda média do trabalho entre os diferentes estratos de renda, Salata e Ribeiro (2021), ao analisarem a Região Metropolitana de Belém, verificaram que as diferenças são ainda mais significativas e se acentuaram em função da pandemia. A perda de renda dos 40% mais pobres foi muito mais significativa do que a perda de renda dos 10% mais ricos. Entre o 1º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2020 a relação 10+/40- passou de 29 vezes para 41 vezes. Os 40% mais pobres tem simultaneamente perda real e nominal de renda. Para os 10% mais ricos observa-se uma oscilação, mas em termos nominais os valores do 1º trimestre de 2020 são mais elevados do que os do 1º trimestre de 2019.

Na renda dos 50% intermediários também houve queda em termos reais e nominais entre o 1º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2020. A relação 10+/50- cresceu de 5,6 vezes no 1º trimestre de 2019 para 6,4 vezes no 1º trimestre de 2020. O Gráfico 1 apresenta a comparação da renda média efetiva, que consiste no rendimento de fato recebido, de Belém e São Paulo.

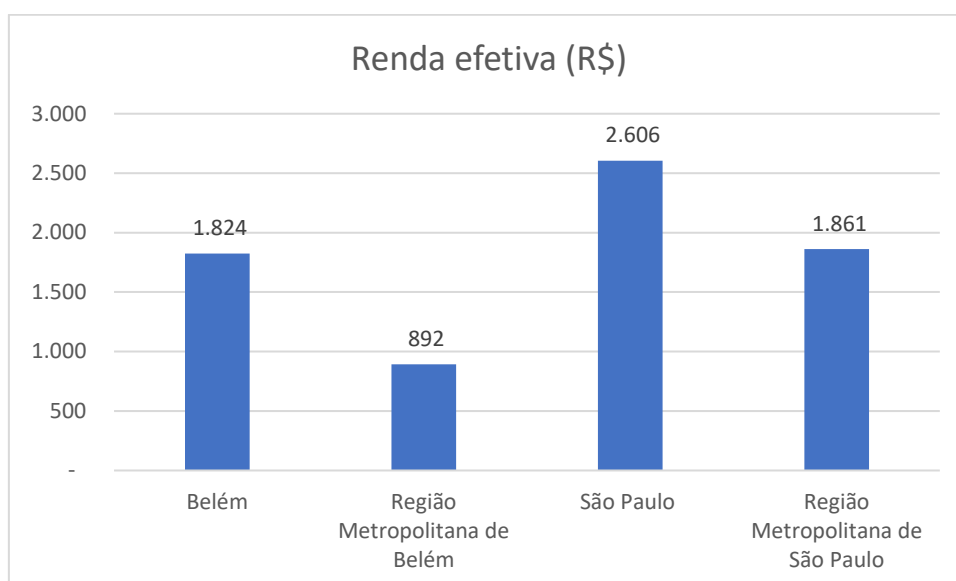


Gráfico 1 - Renda domiciliar per capita da Região Metropolitana e da Capital, Belém e São Paulo.

Fonte: Microdados da PNAD-C, IBGE, 2019.

A desigualdade de renda e sua distribuição são importantes porque evidenciam aspectos que merecem atenção na análise do setor de alimentos e na política de segurança alimentar que são objeto deste trabalho. De um lado, a elevada pobreza e a baixa renda são aspectos limitantes do mercado de alimentos e de abastecimento de Belém. Isso ficará evidenciado quando analisarmos as origens de alguns produtos que abastecem o Município e a Região Metropolitana. Por outro lado, são empecilhos a um aumento de escala da indústria de alimentos na RM de Belém, reduzindo a competição e gerando estruturas concorrenciais oligopolistas do ponto de vista industrial e das grandes redes atacadistas presentes na região.

O Gráfico 2 permite verificar a evolução da população do Estado do Pará e do Município de Belém. Ao longo do período observa-se que o Estado cresceu em ritmo maior do que o do Município. Isso fez com que Belém perdesse importância relativa em termos populacionais. Em 1970 Belém respondia por 30% da população paraense, participação que caiu para 18% em 2010. Nos dados da RM de Belém disponibilizados pelo IBGE, o que se observou foi um crescimento populacional significativo. Processo este que está em linha com a rápida e acelerada urbanização e metropolização brasileira. Apesar da perda do Município de Belém, a importância da Região Metropolitana em termos populacionais tem se mantido ao redor de 30% da população paraense.

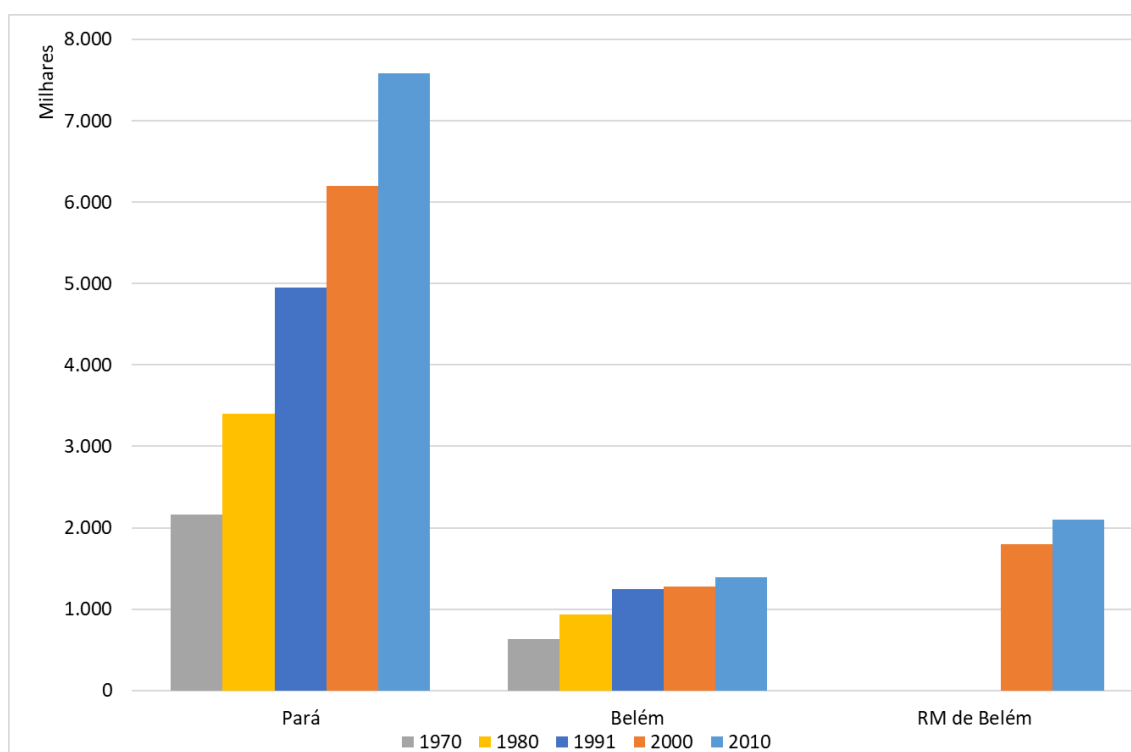


Gráfico 2 - Evolução da população entre 1970-2010. Pará, Belém e Região Metropolitana.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, vários anos.

A distribuição da população segundo as faixas etárias e recortes de gênero para Belém continua em linha com a distribuição brasileira, com poucas diferenças. Observa-se que a população do Município é ligeiramente mais envelhecida do que a pirâmide brasileira. Alguns aspectos chamam a atenção: a menor participação de mulheres entre 0 e 19 anos vis-à-vis a distribuição brasileira, a maior importância relativa da população entre 30 e 39 anos para ambos os sexos, e a maior importância das mulheres em relação aos homens e ao Brasil na faixa etária de 40 a 49 anos. Destaque também para a maior importância relativa da população com mais de 80 anos na comparação com o Brasil. Interessante observar ainda que 58% da população belenense encontra-se em idade ativa. Essa informação é importante uma vez que os requerimentos alimentares das populações em idade escolar e idosa são diferentes em relação às demandas e/ou políticas voltadas para uma população que se concentra na faixa ativa do ponto de vista do mercado de trabalho. Por outro lado, isso indica a maior necessidade da procura por trabalho e renda por parte desse estrato populacional. Assim, em alguma medida, a dinâmica do sistema alimentar de Belém está muito atrelada às características econômicas e de desigualdade do Município de Belém e das regiões do entorno.

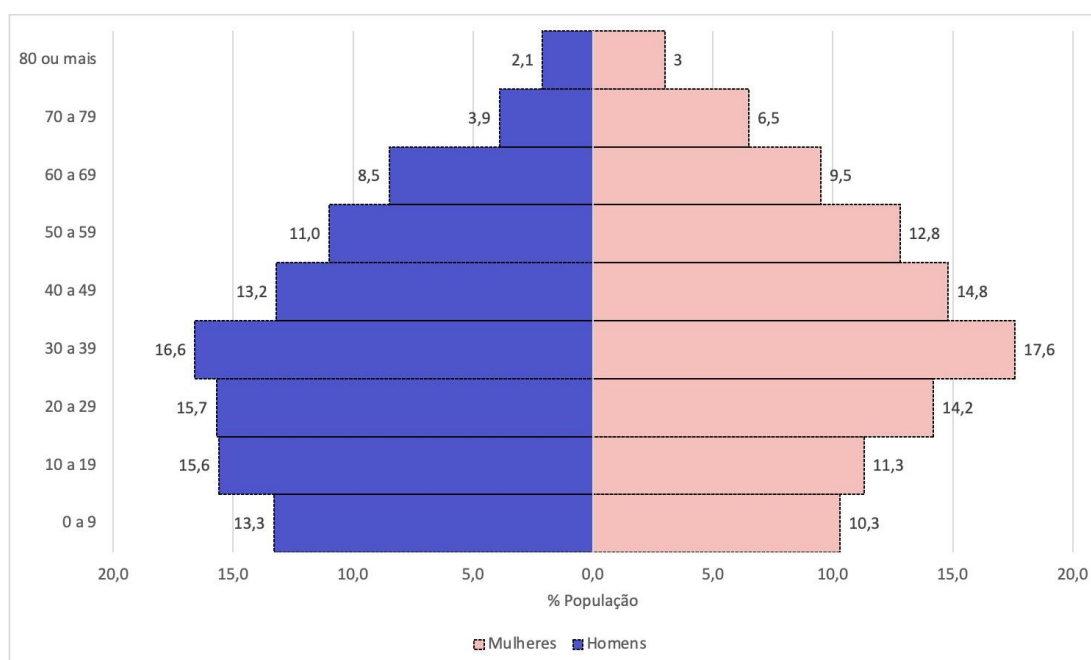


Gráfico 3 – Pirâmide etária do Município de Belém, 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), IBGE, 2019.

No que diz respeito à economia propriamente dita, o PIB do Pará representava em 2019 2,4% do PIB brasileiro, sendo que a Região Metropolitana de Belém responde por cerca de um terço desse valor, o que significa 0,7% do PIB brasileiro e 28% do PIB do Pará. O Município de Belém, sozinho, respondeu por cerca de 18% do PIB do Pará e 66% do PIB da Região Metropolitana de Belém.

O PIB per capita da Região Metropolitana de Belém atingiu R\$ 19.553,90 em 2019, enquanto o do Município foi de R\$ 21.708,55. Na comparação com os PIBs per capita nacional e paraense, o PIB per capita do Município de Belém era equivalente a 62% da média nacional de R\$ 35.161,70 e 5% maior do que o do Estado do Pará. A RM de Belém, por sua vez, apresenta um PIB per capita inferior às médias do Estado e do Brasil em 6% e 44%, respectivamente.

Quanto à distribuição setorial do PIB valor adicionado a preços correntes da RM de Belém, ela se caracteriza por uma maior importância do setor terciário da economia, que respondeu sozinho por 63% do valor adicionado em 2019. A administração pública respondeu por 22% do valor adicionado total. A participação do setor primário foi de 1%, e o setor industrial respondeu pelos 14% restantes. Os dados para Belém são muito próximos, justamente pela sua importância na RM, destacando-se a maior participação do terciário (67%), com perdas de participação dos outros setores – agricultura responde por tão somente 0,3%.

Essa distribuição exibe diferenças intrametropolitanas importantes, com o setor agropecuário se sobressaindo nos municípios de Castanhal, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. Nestes municípios o valor adicionado do setor agropecuário

corresponde a 4%, 5% e 14% do valor adicionado total. Importante salientar que são municípios onde há uma produção agropecuária importante para o abastecimento da Região Metropolitana.

No caso do valor adicionado do setor industrial, Ananindeua, Benevides e Santa Barbara do Pará se destacam em termos relativos. Todavia, em números absolutos o valor adicionado pelo setor industrial no Município de Belém sozinho responde por cerca de 60% do valor adicionado industrial na Região Metropolitana, evidenciando a pequena importância da indústria nessa área. Isso será mais bem caracterizado na seção que analisa a indústria alimentícia. A título de comparação, o valor adicionado pelo setor industrial da RM de Belém respondeu em 2019 por apenas 11% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria do Pará, que é muito dependente da indústria extrativa mineral e das grandes empresas alimentícias que se encontram localizadas, em sua maioria, fora da área região metropolitana.

Essa estrutura econômica será mais bem analisada quando da discussão dos dados do Censo Agropecuário, em que ficará patente a pequena importância do setor agropecuário em Belém e, inclusive, na Região Imediata, diante dos outros setores da cadeia alimentar.

Estrutura populacional, desigualdade de renda e sua distribuição, juntamente com a estrutura econômica da RM e do Município de Belém, são também relevantes por evidenciar aspectos que merecem atenção na análise do setor de alimentos e da política de segurança alimentar desenvolvida ao longo deste trabalho.

A elevada pobreza e a baixa renda são aspectos limitantes dos mercados de alimentos e de abastecimento de Belém, uma vez que a baixa demanda de alguns produtos limita sua oferta e eventuais ganhos de escala e externalidades proporcionadas pelo transporte e/ou pela escala industrial, o que é demonstrado pela pouca importância dos setores produtivos ligados à alimentação. Isso restará demonstrado ao analisarmos as origens de alguns produtos que abastecem a metrópole.

São elementos que criam barreiras e empecilhos a um aumento da escala da produção de alguns tipos de alimentos e do seu processamento industrial na região, reduzindo a competição e gerando estruturas concorrenciais oligopolistas — característica que se acentua no setor varejista, como será analisado na Seção 6.2.

4.

Gasto alimentar, segurança alimentar, comportamento de preços

A estrutura das despesas familiares e a importância das atividades voltadas à alimentação são indicadores da qualidade de vida e caracterizam situações de vulnerabilidade. Efetivamente, famílias cujas despesas alimentares têm participação expressiva no orçamento são aquelas com baixo poder aquisitivo e sem muitas chances de ajustes orçamentários. Ademais, cotejar os gastos com consumo e os gastos totais com a renda permite verificar o quanto falta ou sobra de espaços em seus orçamentos para ajustes decorrentes de choques na renda ou nos preços.

As Tabelas 1 e 2 apresentam as estruturas orçamentárias para a média da população e para quintos selecionados de renda familiar per capita em Belém e no Brasil, respectivamente. Como é usual na realidade nacional, os dados exibem a substancial desigualdade de renda: na Região Metropolitana de Belém, os 20% mais ricos contam com uma renda mensal per capita 10,8 vezes superior à dos 20% mais pobres. De outro lado, a desigualdade se mostra menos nas despesas, sendo que a razão entre as despesas de consumo dos 20+ pelos 20- se reduz para 4,7 vezes. Essa redução se relaciona ao fato de que os mais pobres têm todo seu orçamento voltado para o consumo e, como se verifica, vivenciam situação de déficit orçamentário, ou seja, com renda inferior às despesas. A participação das despesas de consumo no orçamento total (despesas totais) atinge 93% entre os 20% mais pobres e vai declinando conforme a renda cresce. Assim, para os 20% mais ricos, as despesas de consumo respondem por 84% das despesas totais. Mais significativa é a queda da razão entre despesas totais e renda conforme aumenta o nível de ganhos – enquanto os mais pobres reportam um consumo superior em 57% à renda, os mais ricos contam com uma “sobra” de 24% de seus rendimentos.

Tabela 1 – Valores mensais familiares per capita das despesas de consumo, por rubricas, das despesas totais e da renda e estrutura das despesas de consumo, por

quintos selecionados de renda familiar per capita. Região Metropolitana de Belém, 2017-18.

Fonte: Microdados da POF 2017-18, IBGE.

Tipos de despesa, Despesas de consumo, Despesas totais e Renda total	Valores mensais familiares per capita (R\$ de jan-2018)				Estrutura de despesas de consumo, peso do consumo no orçamento e razão despesas/renda			
	1º	3º	5º	média	1º	3º	5º	média
Alimentação	145	156	467	211	28%	21%	19%	20%
% fora	9%	23%	38%	27%				
Habitação	186	254	795	371	36%	35%	33%	35%
Transporte	46	106	573	183	9%	14%	23%	17%
Saúde	20	46	151	61	4%	6%	6%	6%
Cuidados pessoais	40	52	78	57	8%	7%	3%	5%
Educação	26	16	53	36	5%	2%	2%	3%
Vestuário	27	47	105	57	5%	6%	4%	5%
Cultura	12	21	38	22	2%	3%	2%	2%
Serviços pessoais	6	13	37	16	1%	2%	2%	2%
Diversas	14	21	149	44	3%	3%	6%	4%
Despesas de consumo	521	733	2.445	1.059	93%	89%	84%	87%
Despesas Totais	559	827	2.925	1.223	1,57	0,93	0,76	0,88
Renda Total	355	887	3.828	1.395				

Pode-se notar que a composição das despesas de consumo se altera conforme a renda. Assim, para os 20% mais pobres, habitação e transporte respondem juntos por quase dois terços das despesas de consumo, com as despesas de transporte se mostrando menos importantes que para a média da população e para os estratos intermediários e superiores. Entre os 20% mais ricos, os gastos com transporte superam os voltados à alimentação, que passam a responder por menos de um quinto dos gastos com consumo. Entre os mais pobres, cabe ainda destacar o peso que as despesas com cuidados pessoais exibem, sendo o quarto item entre as despesas de consumo, rivalizando com os transportes pela terceira posição.

Antes de cotejarmos os dados da Região Metropolitana de Belém com a média do país, vale apontar para a diferença de importância que a alimentação fora do domicílio tem nos gastos alimentares entre os diferentes estratos de renda. Se para a média da população de Belém os gastos fora respondem por mais de um quarto das despesas alimentares, entre os 20% mais pobres essa participação não atinge 10%, enquanto para os mais ricos, chega a quase 40%. Depreende-se disso que medidas para a maior segurança alimentar passam necessariamente pelo incremento da renda dos mais pobres e políticas que garantam melhores preços na aquisição dos alimentos para consumo em casa.

Analisando os resultados para a Região Metropolitana de Belém (Tabela 1) à luz dos dados para o país como um todo, observa-se que a Região exibe uma renda inferior à média nacional, mostrando o fato de que Belém se caracteriza por um nível de vulnerabilidade mais expressivo. Em termos de desigualdade, verifica-se uma razão menor entre a renda dos 20+ e os 20-, devido, em grande medida, à menor renda média dos mais ricos em Belém. Nesse sentido, nota-se que o perfil dos mais pobres em Belém e no país são bem similares, com as diferenças se situando nos estratos intermediários e, especialmente, nos mais ricos.

Há, todavia, um aspecto bem distinto entre os mais pobres de Belém e do país, que é o peso da despesa alimentar fora de casa no orçamento alimentar. E não só entre os mais pobres, mas em quase toda a população, com os belenenses tendo a alimentação fora menos presente, já que na média nacional, um terço dos gastos alimentares é realizado fora de casa, enquanto em Belém essa participação é de 27%.

Primeiramente, chama a atenção a participação dos gastos alimentares em casa, mais elevada que a média nacional, especialmente nos estratos inferiores de renda. Considerando que nas regiões metropolitanas o consumo fora de casa é mais reportado, vê-se que em Belém tal cenário ainda não se consolidou. No que concerne ao peso dos alimentos nas despesas de consumo, o comportamento não apresenta relação com a renda que se observa em Belém, o que possivelmente se deve ao tamanho da amostra. De toda sorte, o peso da alimentação nos gastos não difere muito do padrão nacional, mostrando efetiva pressão desse gasto no orçamento entre os mais pobres. Há que se lembrar que a pesquisa é anterior aos movimentos altistas recentes dos preços alimentares, o que alterou esse quadro. O crescimento da renda e o comportamento dos preços no período entre as POFs de 2002-03 a 2017-18 implicaram na redução do peso da alimentação no orçamento das famílias, o que permitiu, junto com o acesso ao crédito, o acesso dos mais pobres aos mercados de bens duráveis e de serviços.

Tabela 2 – Valores mensais familiares per capita das despesas de consumo, por rubricas, das despesas totais e da renda e estrutura das despesas de consumo. Brasil, 2017-18.

Fonte: Microdados da POF 2017-18, IBGE.

Tipos de despesa, despesas de consumo, despesas totais e renda total	Valores mensais familiares per capita (R\$)				Estrutura de despesas de consumo, peso do consumo no orçamento e razão despesas/renda			
	1º	3º	5º	média	1º	3º	5º	média
Alimentação	96	181	444	219	26%	20%	14%	17%
% fora	20%	28%	40%	33%				
Habitação	140	330	1.111	459	38%	37%	36%	37%
Transporte	41	140	637	227	11%	16%	21%	18%
Saúde	20	65	274	101	5%	7%	9%	8%
Cuidados pessoais	23	42	76	46	6%	5%	2%	4%
Educação	12	32	170	59	3%	4%	6%	5%
Vestuário	19	43	114	53	5%	5%	4%	4%
Cultura	8	21	89	32	2%	2%	3%	3%
Serviços Pessoais	4	11	40	16	1%	1%	1%	1%
Diversas	8	24	127	43	2%	3%	4%	3%
Despesas de Consumo	372	890	3.083	1.255	93%	88%	75%	81%
Despesas Totais	399	1.011	4.118	1.549	1,29	0,94	0,78	0,86
Renda Total	311	1.079	5.268	1.808				

A Tabela 3 apresenta para a RM de Belém e para o país em geral a composição das despesas alimentares no domicílio, destacando os três produtos que sabidamente se destacam na culinária belenense: açaí, farinha de mandioca e pescados. De fato, a participação dos gastos com bebidas e infusões na RM é bem superior ao que se assiste para a média nacional, devido ao consumo do açaí. Como se pode notar, os gastos com açaí representam 5% dos gastos com alimentos para casa na RM, enquanto para o Brasil não chegam a 1% (0,3%). Pescados e farinha de mandioca também exibem participações no gasto alimentar em casa nas famílias belenenses bastante superior à média nacional.

Efetivamente, a rubrica “farinhas, féculas e massas” responde por 5% das despesas alimentares em casa para as famílias da RM de Belém e por 4% para as famílias brasileiras. Mais da metade dos gastos nessa rubrica na RM são feitos com farinha, ao

passo que no Brasil, a farinha de mandioca responde por 15% dos gastos com “farinhas, féculas e massas”.

Já no caso dos pescados, verifica-se uma distância maior na participação da rubrica “carne, vísceras e pescado” entre a RM de Belém e o Brasil – 25% e 20% dos gastos alimentares em casa, respectivamente. No caso do pescado, comprova-se ser a proteína animal de preferência do consumidor da região belenense, dado que é responsável por 12% dos gastos com alimentação em casa e por quase metade do gasto com “carne, vísceras e pescados”. Chama a atenção que essa maior importância das carnes no orçamento alimentar não se reflete em menor consumo de aves e ovos, observando-se uma maior participação dos gastos nessa rubrica na RM vis-à-vis a média nacional.

Essas maiores participações de aves e ovos, bebidas e infusões e carne, vísceras e pescados são contrabalançadas por redução no peso das despesas com legumes e verduras, leites e derivados, panificados e frutas. Fica, assim, evidenciado uma cesta alimentar bem diferente da observada na média brasileira, podendo se creditar isso, em parte, à cultura alimentar específica e resiliente. Mas, de outro lado, verifica-se que os produtos com menor peso estão relacionados com produtos e/ou matérias-primas de origem de outras regiões do país, os afastando da mesa dos belenenses pelos preços.

Tabela 3 - Composição dos gastos alimentares em casa, por rubricas de despesas, para quintos selecionados de renda familiar per capita. Região Metropolitana de Belém e Brasil, 2017-18.

Fonte: Microdados da POF 2017-18-8, IBGE.

Tipos de despesas	Região Metropolitana de Belém				Brasil			
	1º	3º	5º	média	1º	3º	5º	média
Açúcares e derivados	1%	3%	5%	3%	4%	4%	5%	4%
Alimentos preparados	2%	2%	2%	2%	1%	3%	5%	3%
Aves e ovos	12%	13%	8%	10%	11%	8%	6%	8%
Bebidas e infusões	12%	14%	23%	17%	8%	9%	13%	11%
Açaí	8%	7%	3%	5%	0,9%	0,4%	0,2%	0,3%
% açaí em bebidas e infusões	66%	51%	13%	31%	12%	4%	1%	3%
Carnes, vísceras e pescados	24%	29%	21%	25%	22%	22%	18%	20%
Pescados	13%	16%	9%	12%	8%	6%	3%	5%
% pescados em carnes	54%	55%	41%	48%	36%	26%	18%	24%
Cereais, leguminosas e oleaginosas	3%	4%	3%	4%	8%	6%	3%	5%
Enlatados e conservas	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Farinhas, féculas e massas	7%	7%	4%	5%	5%	4%	3%	4%
Farinha de mandioca	5%	5%	2%	3%	2%	1%	0%	1%
% farinha mandioca em farinhas	71%	62%	46%	58%	29%	17%	7%	15%
Frutas	2%	3%	6%	4%	3%	5%	6%	5%
Legumes e verduras	1%	3%	3%	2%	3%	3%	4%	4%
Leites e derivados	5%	7%	9%	8%	9%	10%	12%	11%
Óleos e gorduras	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Outros	23%	3%	4%	8%	7%	10%	9%	9%
Panificados	5%	8%	6%	7%	11%	11%	10%	10%
Sal e condimentos	1%	2%	1%	1%	2%	2%	2%	2%
Tubérculos e raízes	0%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%

Não fica dúvida, pelo que a tabela apresenta, que o açaí tem uma importância sui generis no consumo alimentar dos belenenses. A elevada participação nos gastos alimentares no domicílio de 5% frente à média nacional de 0,3% coloca o produto ao lado daqueles bens alimentares considerados essenciais ou que devem fazer parte do que se denomina cesta básica. Ademais, a participação é ainda mais expressiva entre os pobres e quem tem situação financeira mediana suficiente para atender suas necessidades, respondendo por 8% e 7% dos gastos alimentares em casa nos 20% mais pobres e nos 20% intermediários (40º a 60º percentis).

Por essa razão, o açaí é produto que tem seu preço acompanhado para o cálculo do Índices de Preços ao Consumidor do IBGE somente em Belém. Vale dizer que entre os domicílios investigados pela POF 2017-18 – amostra de 253 famílias – não foram reportados gastos com açaí fora do domicílio, ou seja, como “sobremesa”, o que é mais presente no restante do país. Cabe destacar que o açaí consumido fora de casa nas refeições é apurado nos gastos como almoço e jantar.

Pela falta de disponibilidade disponibilização das séries de dados sobre despesas, despesas alimentares e quantidades adquiridas de alimentos de períodos anteriores

para a Região Metropolitana de Belém. Decidiu-se apresentar os dados disponíveis no Sidra e manusear os microdados da POF 2017-18 para a estrutura de gastos totais e alimentares, para a frequência de aquisições por locais de compra, para a quantidade física adquirida de açaí em casa e para indicadores de segurança alimentar.

O Gráfico 3 mostra, de acordo com a POF 2017-18, a marcante presença do açaí na dieta paraense, com consumo per capita anual de mais de 15 kg no Estado do Pará. Para a Região Metropolitana de Belém esse consumo chegou, em 2017-18, a 12 kg per capita por ano – concretamente, 986 gramas per capita mensal. Fica patente que tal nível de consumo é muito expressivo, dado que o consumo de laticínios, segundo a mesma pesquisa, é da mesma ordem de grandeza em Belém.

Chama a atenção a queda entre 2002-03 e 2008-09 do consumo de açaí no Pará e na Região Norte, o que deve ter ocorrido também na Região Metropolitana. Esse comportamento demanda maior investigação, uma vez que dados de produção e informações coletadas nas entrevistas apontam a primeira década dos 2000 como momento de boom na produção extrativa e agrícola do açaí. Esse consumo anual da ordem de 12 kg por pessoa na Região Metropolitana de Belém resulta de um consumo anual da população da região da ordem de 30 mil toneladas. Considerando que cerca de 40% do volume de frutos é o volume de polpa², se tem um consumo aparente de frutos do açaí de 75 mil toneladas. Esse volume representa pouco mais de 10% da produção nacional de açaí reportada pelas pesquisas agropecuárias anuais, apontando para as dificuldades de apuração tanto da produção como do consumo de açaí.

² Segundo os pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental – Alfredo K. O. Homma e José Urano de Carvalho – e Tavares et al. (2022)

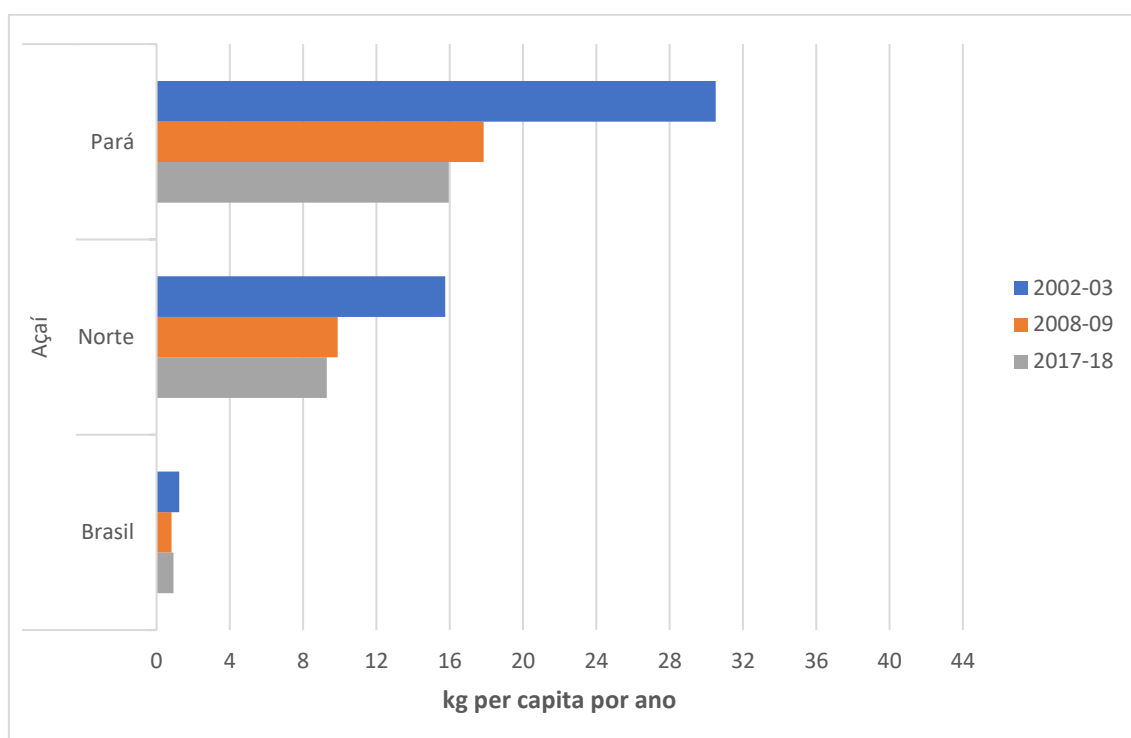


Gráfico 4 – Evolução da quantidade anual per capita adquirida de açaí. Brasil, Região Norte e Pará, 2002-03, 2008-09 e 2017-18.

Fonte: POFs 2002-03, 2008-09 e 2017-18, IBGE.

No Gráfico 4 são apresentados os números da evolução do consumo dos outros dois produtos de destaque na alimentação dos paraenses: farinha de mandioca e pescados. Como se verifica, ambos produtos exibem um consumo maior dos paraenses que nortistas e, em especial, brasileiros. Verdade que, no caso dos pescados, o maior consumo é características da população da região Norte.

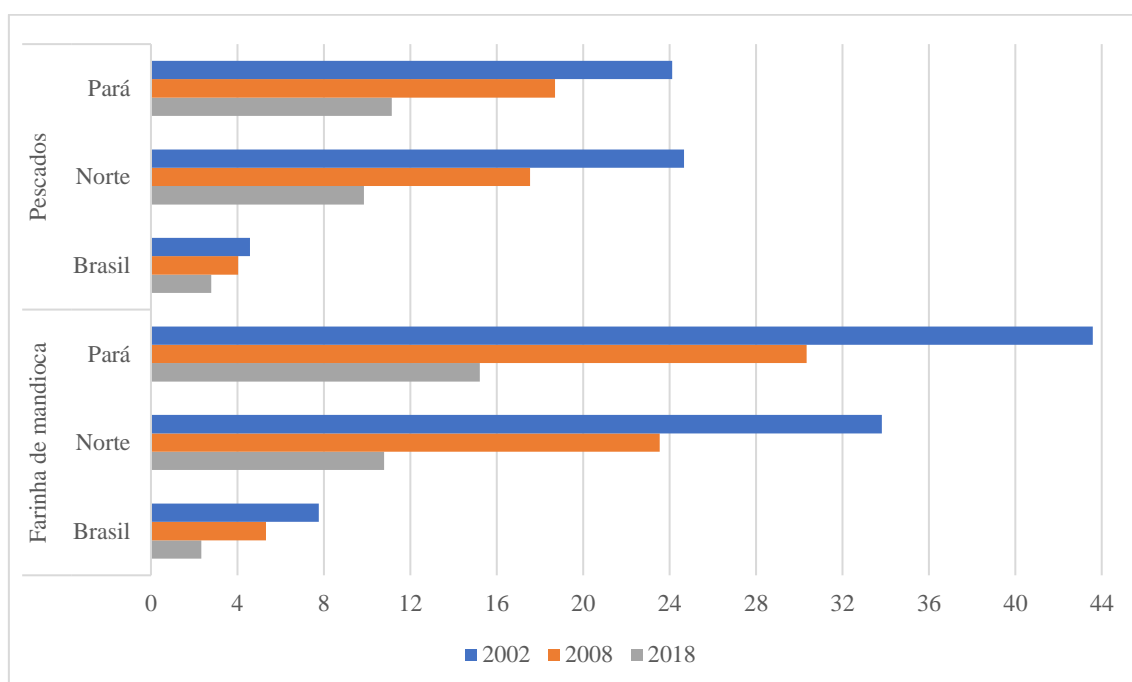


Gráfico 5 – Evolução da quantidade anual per capita adquirida de pescados e farinha de mandioca. Brasil, Região Norte e Pará, 2002-03, 2008-09 e 2017-18.

Fonte: POFs 2002-03, 2008-09 e 2017-18, IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>.

Decidiu-se apresentar os resultados da evolução da quantidade adquirida de grupos de alimentos de 1987-88 a 2008-09, pois o trabalho de manuseio dos dados de 2017-18 para tal fim implicava a não geração de outros indicadores. Vale sublinhar que parcela das quedas observadas se deve a migração da alimentação dentro para fora de casa, para o qual não se investiga as quantidades adquiridas por grupo de alimentos, mas sim por tipo de refeição. Outro aspecto de acordo com os dados da POF é o comportamento observado na RMB de relativa estabilidade no consumo de cereais, panificados, laticínios, açúcares e óleos. É um sinal de alerta as quedas em hortaliças, frutas tropicais e carnes concomitantes ao crescimento de bebidas e alimentos preparados. Apesar dos dados reportarem a décadas anteriores, verificou-se, pela estrutura de gastos na POF 2017-18, que, de fato, o consumo de legumes, frutas, tubérculos, bem como de panificados e lácteos, tem menor importância na RMB que no país em geral.

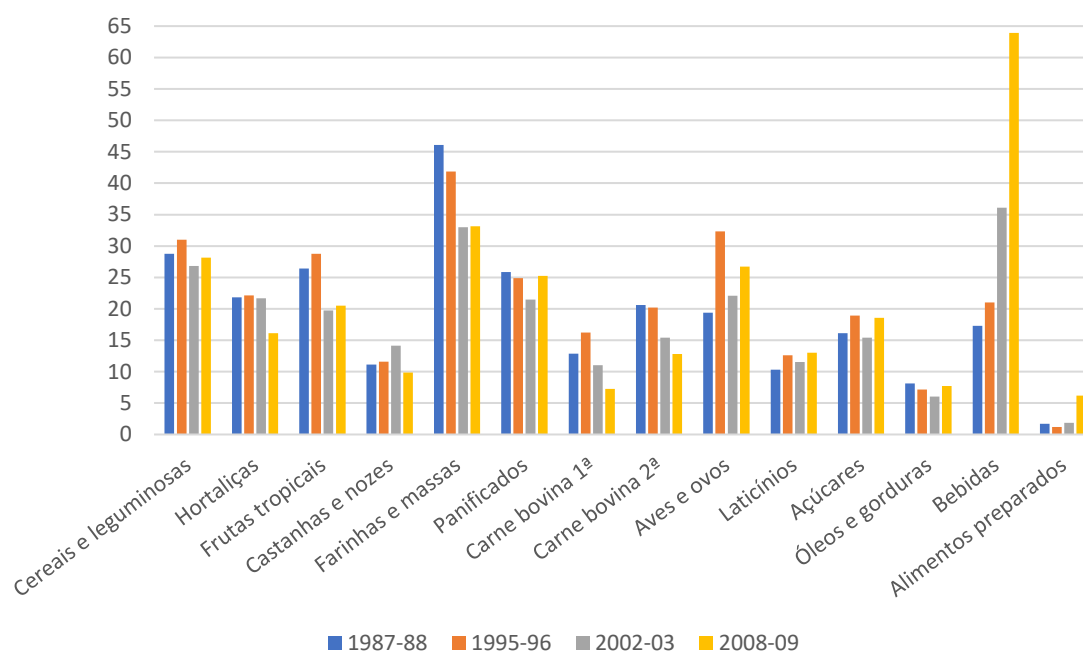


Gráfico 6 – Evolução da quantidade anual per capita adquirida por grupos alimentares. Região Metropolitana de Belém, – 1987-88, 1995-96, 2002-03 e 2008-09.

Fonte: Fonte: POFs 1987-88, 1995-96, 2002-03 e 2008-09, IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>.

A Tabela 4 vem confirmar mais uma particularidade do comércio, abastecimento alimentar da RM de Belém que é a importância das feiras e mercados no fornecimento de produtos alimentícios. Deve-se, inclusive, ir além dessa constatação, presente nos dados da tabela, apontando que no varejo alimentar os negócios de menor tamanho e/ou não integrados fortemente às cadeias longas de comercialização exibem uma importância menor no abastecimento da Região Metropolitana. Assim, enquanto supermercados, atacadistas e armazéns que respondem por quase 70% das aquisições monetárias de alimentos pelas famílias brasileiras, para a Região Metropolitana de Belém, esses locais de compra são responsáveis por menos de 60% dos gastos alimentares. Em contrapartida, feiras e açougues concentram pouco menos de um quarto das compras alimentares, comparadas a uma participação para o país como um todo de menos de 10%.

Tabela 4 – Distribuição do valor total adquirido com produtos alimentares e de higiene, segundo locais de compra. Região Metropolitana de Belém e Brasil, 2017-18.

Fonte: Microdados da POF 2017-18, IBGE.

Local	RM de Belém	Brasil
Supermercado	43,8%	46,7%
Açougue	12,9%	5,2%
Feira	10,6%	3,7%
Atacadista	8,5%	3,7%
Armazém	6,7%	18,9%
Padaria	4,8%	5,0%
Negócio próprio	2,7%	0,2%
Mercearia	2,6%	2,3%
Ambulante	2,3%	1,5%
Bar/lanchonete	0,8%	0,6%
Particular (terceiro)	0,7%	2,1%
Quitanda	0,5%	0,7%
Depósito	0,2%	0,6%
Restaurante	0,2%	1,3%
Loja art. agropecuários	0,1%	0,9%
Sacolão		2,0%
Subtotal	97%	95%

A POF 2017-18 incorporou aos seus questionários, os quesitos empregados para o estabelecimento da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), que relaciona respostas positivas à dez questões sobre as condições orçamentárias alimentares e da dificuldade de realizar as refeições diárias na quantidade desejada à níveis de segurança alimentar: segurança e inseguranças leve, moderada e grave. Essa investigação fora levada a cabo nas PNADs anuais de 2004, 2009 e 2013, com a comparação com os dados da POF sendo prejudicados pelas diferenças de escopo das pesquisas. Efetivamente a POF ao levantar o consumo alimentar aumenta as chances das respostas avaliativas serem menos enviesadas, bem como o fato das perguntas da EBIA comporem um conjunto de questões sobre condições de vida.

O gráfico 5 apresenta os grandes números sobre a segurança alimentar na Região Metropolitana de Belém, ou seja, a distribuição da população pelos níveis de segurança em comparação ao que se verifica o Brasil e no agregado das outras regiões metropolitanas. Como se pode notar a insegurança alimentar é maior nas famílias belenenses do que no país e nas outras regiões metropolitanas. Menos da metade da população encontra-se em situação de segurança alimentar ao passe que no Brasil e nas outras regiões alcança à 59% e 62%, respectivamente. Ainda que o maior diferencial se faça presente na participação da população com insegurança alimentar leve, o fato de quase 1/5 da população belenense se encontrar em insegurança alimentar moderada ou grave mostra a importância de se desenvolver/fortalecer políticas de abastecimento e segurança alimentar. Pode-se creditar parcela desse maior grau de insegurança ao nível de renda da região no caso da comparação com as outras regiões metropolitanas, mas não é o caso quando se coteja com o dado nacional. Assim, o estudo das determinantes da insegurança deve captar o peso de outras variáveis sociodemográficas e locais.

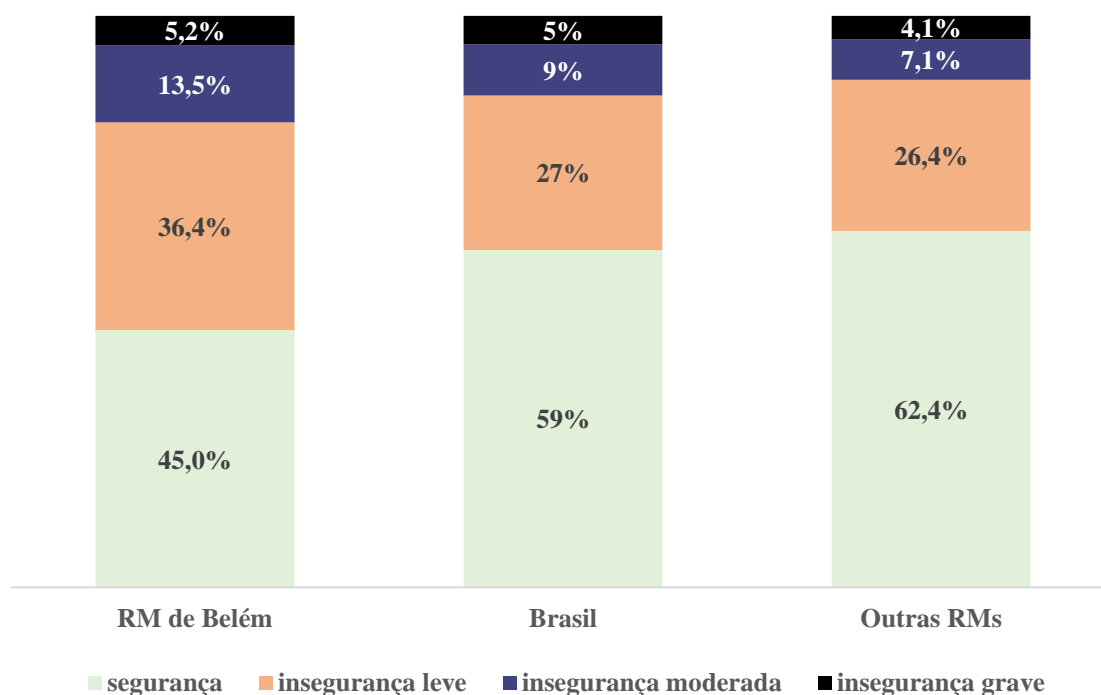


Gráfico 7 – Distribuição da população segundo grau de segurança alimentar (EBIA). Brasil, Região Metropolitana de Belém e outras Regiões Metropolitanas, 2017-18.

Fonte: Microdados da POF 2017-18, IBGE.

Um dos componentes da insegurança alimentar diz respeito ao comportamento dos preços, ou seja, a carestia alimentar ao pressionar o orçamento das famílias reduz seu poder de compra afetando a todas as despesas, uma vez que a os alimentos se mostram inelásticos aos preços. Nesse momento, o exame se concentrará no comportamento dos preços alimentares na RM de Belém frente ao índice geral, destacando ainda a evolução dos preços do açaí para o período 2006-2020.

Pode-se concluir dos dados do Gráfico 6 que desde 2006 os preços alimentares pressionam o índice de preços crescendo mais que a média geral. Essa distância se pronuncia nos anos de 2015/16 e no período recente da pandemia (2020-21). Chama a atenção, por outro lado, que a inflação do açaí não se faz presente ao se considerar seu comportamento frente ao dos alimentos em geral. Evidente que, como é de se esperar, o comportamento sazonal se faz presente em razão da safra relativamente delimitada, se mostrando mais pronunciada no período mais recente. Ou seja, o discurso recorrente nas entrevistas de uma carestia do açaí tem fundamento se vista frente aos preços em geral, mas não quando comparada com os preços alimentares.

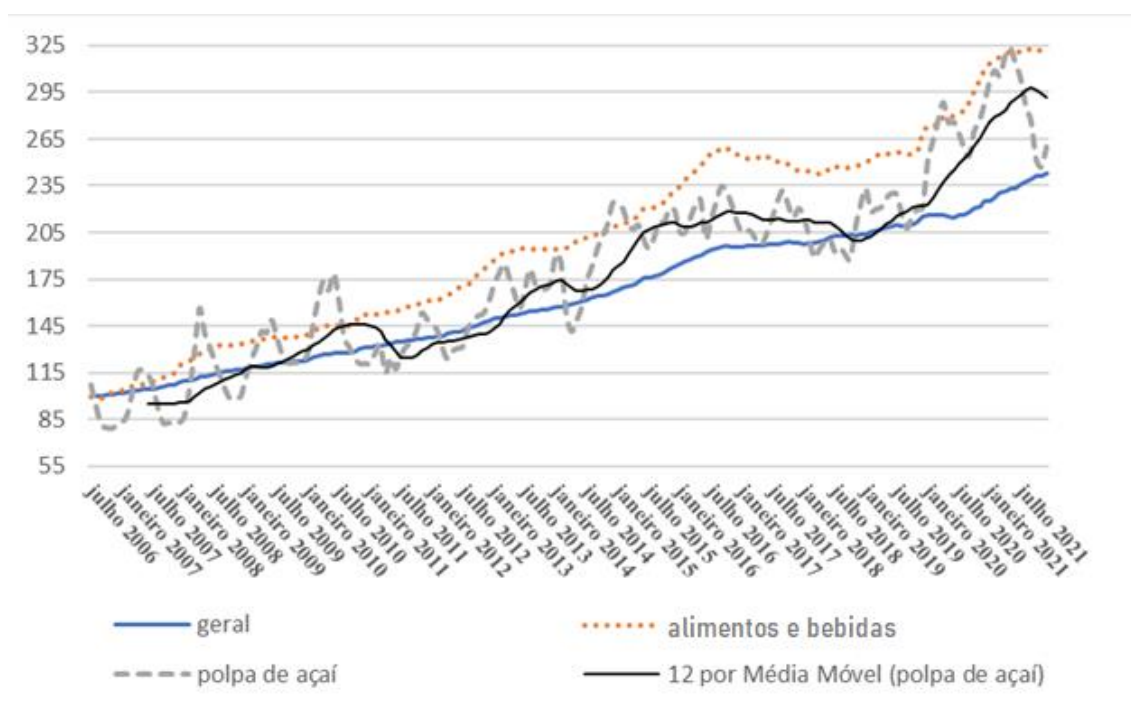


Gráfico 8 – Evolução do IPCA geral, de alimentos e bebidas e de polpa de açaí. Região Metropolitana de Belém. Jul. 2006 a nov. 2021.

Fonte: IPCA, IBGE.

Já o comportamento dos outros produtos de destaque na cesta de consumo na RM de Belém, pescados e farinha de mandioca é bastante altista, especialmente para a farinha. No gráfico 8 são apresentados os índices dos três produtos e da alimentação em geral. Quando das entrevistas, era usual a avaliação de que no açaí e nos pescados havia pressões altistas e, em menor grau, na farinha. Há algo a depreender dessa miopia sobre a carestia alimentar e dos produtos. E, quando se coteja o comportamento esse cenário com os preços pagos aos produtores se verifica que há estabilidade no da mandioca e comportamento altista no açaí – Gráficos 18 e 27 nas seções 6.1.1 e 6.1.3

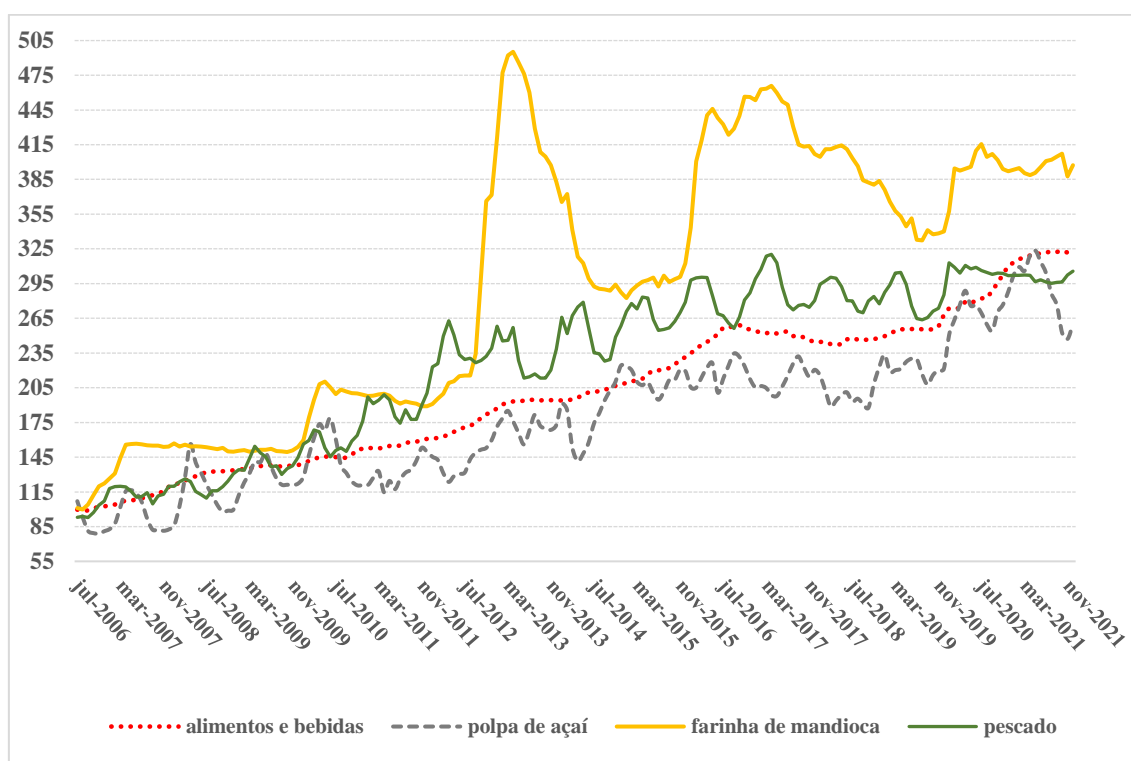


Gráfico 9 – Evolução do IPCA de alimentos e bebidas, farinha de mandioca, pescados e de polpa de açaí. Região Metropolitana de Belém, jul. 2006 a nov. 2021.

Fonte: IPCA, IBGE.

5.

Ocupação: trabalho e rendimento

Esta seção procura fornecer um panorama geral sobre a estrutura ocupacional, de emprego e de renda na Região Metropolitana e no Município de Belém. São analisados dados de três bases de informação. A Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Continua (PNAD-C) que apresenta dados para as unidades da federação, as áreas rurais, urbanas e as regiões metropolitanas.

A PNAD não permite analisar os dados do emprego nos elos da cadeia agroalimentar para o Município de Belém em função dos poucos dados da amostra para esse nível de análise. Para isso utilizamos os dados da Relação de Informações Sociais (RAIS), que se trata de um registro administrativo preenchido pelas empresas, possuindo informações relativas restritas ao mercado formal de trabalho.

No caso do setor agropecuário foram empregados os dados do Censo Agropecuário, que tem por unidade amostral o empreendimento agropecuário e perguntas relativa ao ano agrícola e a situação em data específica. Ou seja, não necessariamente guarda similaridade com os dados colhidos por meio da PNAD-C.

I. POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR AGROALIMENTAR DA METROPOLITANA IMEDIATA DE BELÉM

Esta seção analisa dados da população ocupada nos setores ligados a produção, transformação, comércio e oferta de alimentos e suas matérias-primas, os quais referem-se ao período 2012-18 com base na PNAD-C anual. Como se conta com o Censo Agropecuário de 2017, deu-se prioridade aos seus dados de caráter censitário, uma vez que a amostra para os ocupados na produção primária (CNAE 2.0. Domiciliar – Seção A: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura) pela PNAD-C de 2012-15 foi entre 30 e 71 pessoas, o que não permite análises consistente de subgrupos desses ocupados.

O Gráfico 7 apresenta a evolução da população ocupada no segmento agroalimentar segundo a tipologia adotada (agricultura, indústria, comércio e serviços). Entre 2012 e 2020 observa-se uma certa manutenção no número total de ocupados ao longo do tempo. Chama atenção para o aumento no número de ocupados no setor de serviços e o comportamento errático do total de ocupados na agropecuária e, em menor grau, no comércio. A indústria tem oscilações ao longo do período menos pronunciada. Comparando a média do período com os valores de 2020, nota-se que os segmentos da produção respondem por 14% da ocupação, com o comércio respondendo por mais da metade e os serviços por 28%. Isso aponta para a centralidade no sistema alimentar de Belém e entorno de suas funções de polo comercial e, como nas regiões metropolitanas, da oferta de serviços alimentares – restaurantes, bares, comércio ambulante.

Em relação ao perfil etário da população ocupada nos diferentes segmentos agroalimentares, vale destacar que o segmento alimentar conta com uma participação maior de jovens que para a ocupação em toda a economia. Isso se deve a presença expressiva desse grupo no comércio, como um quinto dos ocupados com idade inferior a 24 anos.

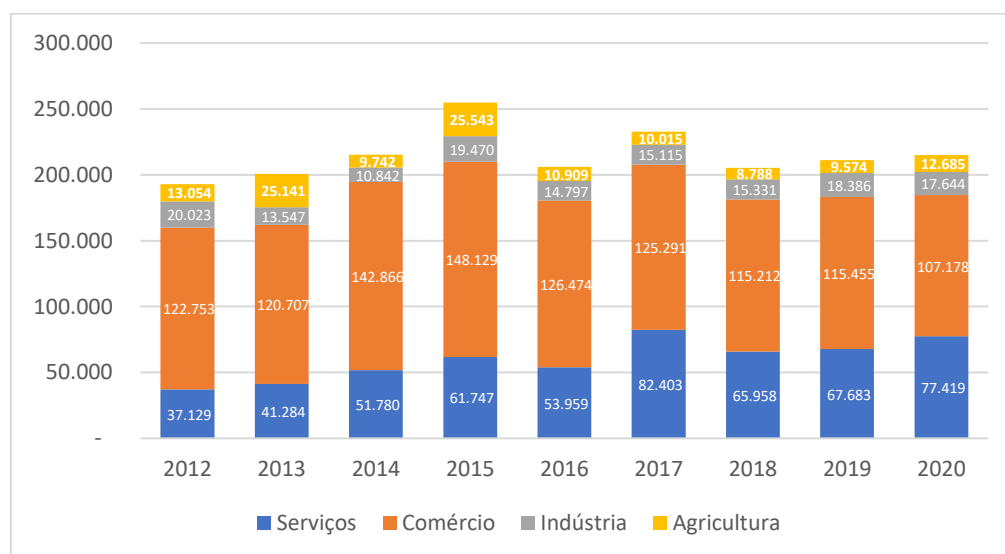


Gráfico 10 – Evolução da população ocupada nas atividades do segmento agroalimentar. Região Metropolitana de Belém, 2012-20

Fonte: Microdados da PNAD-C, IBGE.

A maior presença de jovens no emprego do segmento agroalimentar é compensada pela redução da população adulta de 25 a 49 anos. Essa menor participação é tributária do perfil dos segmentos de maior emprego no sistema – comércio e serviços; de outra parte, é nesse segmento que indústria e agricultura destoam, com a primeira tendo quase que $\frac{3}{4}$ de sua mão de obra nessa faixa etária, ao passo que na agricultura pouco mais da metade. São as mesmas atividades que apresentam participações da população de 50 anos e mais bem diferentes, com a agricultura se caracterizando por

uma participação maior desse grupo etário — três em cada dez trabalhadores — e na indústria pela presença pouco expressiva — um em cada dez.

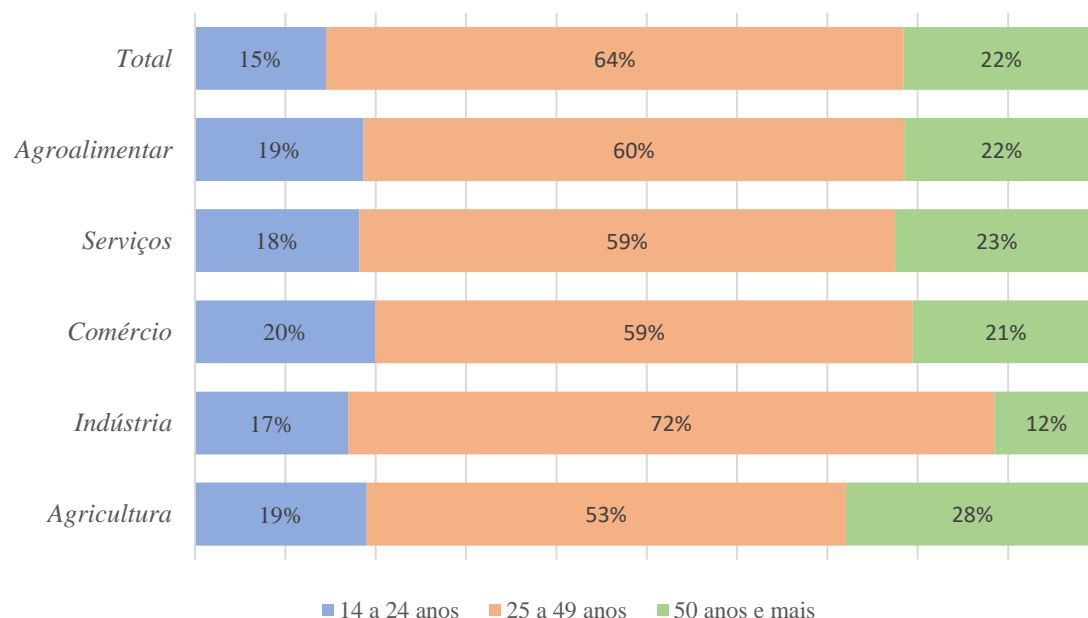


Gráfico 11 – Composição etária da população ocupada nas atividades do segmento agroalimentar na Região Metropolitana de Belém e em todas as atividades econômicas, 2012-20 (em média).

Fonte: Microdados da PNAD-C, IBGE.

A Tabela 5 apresenta o perfil da população de acordo com a raça e o gênero. Observa-se alguma diferenciação da participação da população branca na ocupação geral em relação as ocupações no setor agroalimentar. No caso da participação das mulheres também parece haver alguma diferenciação, entre o geral e o segmento agroalimentar. Pode-se afirmar que a presença de negros e de mulheres é maior que na média estadual³.

Tabela 5 – Participação de brancos e mulheres na ocupação na Região Metropolitana de Belém e no segmento agroalimentar, 2012-18.

Fonte: Microdados da PNAD-C, IBGE.

³ Para a população ocupada no Pará no 4º trimestre de 2019 (3.521 mil pessoas), 18% são brancos e 37% são mulheres – PNAD-C dados trimestrais. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>.

Ano	Participação de brancos		Participação de mulheres	
	RM de Belém	Agroalimentar RM de Belém	RM de Belém	Agroalimentar RM de Belém
2012	24%	26%	43%	46%
2013	23%	24%	43%	47%
2014	23%	18%	44%	49%
2015	21%	20%	44%	50%
2016	21%	18%	45%	51%
2017	19%	14%	44%	45%
2018	23%	18%	46%	44%
2019	23%	23%	44%	42%
2020	16%	13%	45%	43%

Tabela 6 – Evolução do salário médio do pessoal ocupado nos setores do segmento agroalimentar e na Região Metropolitana de Belém, 2012-20.

Fonte: Microdados da PNAD-C, IBGE.

Setor	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	média
Agricultura	1.778	972	1.125	759	1.203		1.476	913	893	1.140
Indústria	1.962	1.658	1.381	1.703	1.258	1.484	1.509	1.435	1.203	1.510
Comércio	1.086	1.761	1.244	1.196	1.062	1.301	1.170	1.219	1.088	1.236
Serviços	1.265	1.272	1.204	1.163	1.267	1.169	1.354	1.186	1.342	1.247
Agroalimentar	1.264	1.349	1.211	1.134	1.206	1.267	1.296	1.185	1.212	1.236
Reg. Imed. Belém	1.847	1.919	1.842	1.769	1.832	1.913	2.311	1.987	2.143	1.951

II. POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR AGROPECUÁRIO

Esta seção analisa a população ocupada com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. Vale alertar antes de se passar a análise para dois aspectos: i) os dados de pessoal ocupado no Censo são captados junto com os do estabelecimento agropecuário, diferentemente da PNAD, que investiga a ocupação dos residentes em domicílios particulares; ii) a pesquisa coleta os dados de emprego relativos à uma semana de referência, enquanto no Censo o administrador informa o total de ocupados em um dia e para o ano agrícola 2016-17. No primeiro caso, na PNAD-C as pessoas que prioritariamente desenvolvem atividades de auto consumo não são consideradas na população ocupada.

De toda sorte, a ocupação na PNAD-C é bem definida, sendo no Censo bem mais flexível, uma vez que se questiona somente dados agregados dos ocupados nos estabelecimentos — se tem laços familiares, sexo e carga anual de trabalho. Ou seja, enquanto na PNAD temos a investigação individualizada dos trabalhadores, no Censo são informações gerais com pouco detalhamento.

Assim o Censo apurou 69 mil ocupados na agricultura da Região Imediata de Belém em 30 de setembro, sendo 59 mil com laços de parentesco e os restantes 10 mil sem laços. Interessante notar que a PNAD aponta para cerca de 14 mil ocupados no segmento agropecuário, valor próximo a quantidade de ocupados sem laços de parentesco.

A quase totalidade dos estabelecimentos tem mão de obra familiar, sendo, como já dito, predominante os estabelecimentos familiares, respondendo por 91% do total de estabelecimentos. Já na população ocupada esse predomínio se reduz, uma vez que os estabelecimentos não familiares respondem por 14% dos ocupados na agricultura. Isso se deve a expressiva participação dos ocupados sem laços de parentesco nesses estabelecimentos — 60%; esses estabelecimentos são responsáveis por mais de 60% dos ocupados sem laços.

Tabela 7 – Estabelecimentos (total, pessoal ocupado, com e sem laços de parentesco) e indicadores selecionados, segundo tipos de agricultores. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Nota: pessoal ocupado na data de referência (30 set. 2017).

	Total	Não familiar	Familiar	Pronaf B	Pronaf V
Total de estabelecimentos	22.410	1.909	20.501	12.357	8.092
Estab. Com pessoal ocupado	22.382	1.897	20.485	12.343	8.090
Estab. Com pessoal ocupado com laços de parentesco	22.352	1.867	20.485	12.343	8.090
Estab. Com pessoal ocupado sem laços de parentesco	2.974	883	2.091	919	1.150
Total de pessoal ocupado	69.024	9.766	59.258	32.736	26.301
Pessoal ocupado com laços	58.745	4.074	54.671	30.835	23.681
Pessoal ocupado sem laços	10.279	5.692	4.587	1.901	2.620
permanentes	5.215	3.486	1.729	797	907

temporários	4.636	1.839	2.797	1.087	1.672
Parceiros	428	367	61	17	41
% estabelecimentos com laços	100	98	100	100	100
% estabelecimentos sem laços	13	46	10	7	14
% laços	85	42	92	94	90
% sem laços	15	58	8	6	10
% permanentes	8	36	3	2	3
% temporários e parceiros	7	23	5	3	7

A Tabela 8 apresenta informações dos dados da ocupação, no caso, a distribuição do pessoal ocupado segundo a relação de parentesco e trabalho pelos tipos de agricultores. Verifica-se, como dito, a presença expressiva dos trabalhadores com laços de parentesco na agricultura da região, tendo participação significativa nos estabelecimentos não familiares. De outro lado, os estabelecimentos familiares contam com parcela expressiva dos trabalhadores sem laços, com destaque para os temporários e parceiros. Efetivamente, 10% da mão de obra nos estabelecimentos familiares não tem laços familiares com o proprietário do estabelecimento, sendo que dois terços são temporários e/ou parceiros. O uso do trabalho “contratado” nos familiares é mais presente, como esperado, nos estabelecimentos enquadrados no Pronaf V, com 14% de trabalhadores sem laços. Esses estabelecimentos são responsáveis por 30% dos trabalhadores sem laços e 38% dos temporários e parceiros.

Tabela 8 – Estabelecimentos (total, com pessoal ocupado, com e sem laços de parentesco), pessoal ocupado (total, com e sem laços de parentesco) e indicadores selecionados, segundo tipos de agricultores. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE

Nota: Pessoal ocupado no ano (de out-2016 a set-2017).

	Total	Não familiar	Familiar	Pronaf B	Pronaf V
Total	73.269	10.357	62.912	34.839	27.835
Com laços de parentesco	60.678	4.232	56.446	32.221	24.064
Sem laços de parentesco	12.591	6.125	6.466	2.618	3.771
Sem laços permanentes	5.922	3.637	2.285	1.006	1.252
Sem laços temporários e parceiros	6.669	2.488	4.181	1.612	2.519
Participação no pessoal ocupado por tipo					
Com laços de parentesco	83%	41%	90%	92%	86%
Sem laços de parentesco	17%	59%	10%	8%	14%
Sem laços permanentes	8%	35%	4%	3%	4%
Sem laços temporários e parceiros	9%	24%	7%	5%	9%
Participação no pessoal ocupado por categoria					
Com laços de parentesco		7%	93%	53%	40%
Sem laços de parentesco		49%	51%	21%	30%
Sem laços permanentes		61%	39%	17%	21%
Sem laços temporários e parceiros		37%	63%	24%	38%

Tabela 9 – Pessoal ocupado na agricultura, segundo sexo, tipo de agricultor e parentesco. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Nota: pessoal ocupado na data de referência (30/ set. 2017).

Sexo	Parentesco	Não familiar	Familiar	Total
Homens	com laço	2.777	35.177	37.954
	sem laço	4.853	3.912	8.765
Mulheres	com laço	1.297	19.494	20.791
	sem laço	839	675	1.514
Total		9.766	59.258	69.024

A distribuição da população ocupada segundo a atividade principal do estabelecimento encontra-se na Tabela 10. Os estabelecimentos cujas atividades principais são lavouras temporárias ou permanentes respondem pela quase totalidade da ocupação (82%), sendo menos expressiva entre os não familiares, onde os estabelecimentos que têm a pecuária como atividade principal tem participação similar aos voltados às lavouras temporárias. Entre os familiares, nota-se que nos estabelecimentos Pronaf V a ocupação nas lavouras permanentes é mais pronunciada que nos definidos como Pronaf B.

Tabela 10 – Pessoal ocupado na agricultura, segundo tipo de agricultor e grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Nota: pessoal ocupado na data de referência (30 set. 2017).

Pessoal ocupado	Tipo de agricultor	Total	Lavouras temporárias	Horticultura	Lavouras permanentes	Pecuária e outras criações	Florestas nativas
Total	total	69.024	32.394	2.512	24.542	3.850	5.093
	não familiar	9.766	2.485	247	4.551	2.125	137
	familiar	59.258	29.909	2.265	19.991	1.725	4.956
	Pronaf B	32.736	17.904	1.106	10.284	1.072	n.d.
	Pronaf V	26.301	11.970	1.159	9.599	591	2.913
Com laços de parentesco	total	58.745	29.572	2.145	19.681	1.963	4.916
	não familiar	4.074	1.611	112	1.687	475	112
	familiar	54.671	27.961	2.033	17.994	1.488	4.804
	Pronaf B	30.835	17.016	1.024	9.555	949	n.d.
	Pronaf V	23.681	10.922	1.009	8.364	494	2.835

Verifica-se nos dados da Tabela 11 que os trabalhadores sem laços apresentam cargas anuais de trabalho mais reduzidas, pois enquanto entre os trabalhadores com laços 85% trabalharam mais que 180 dias no ano agrícola de 2016-17, entre os sem laços de parentesco metade tiveram cargas superiores a 180 dias. Esse perfil só não se faz presente nos estabelecimentos cuja atividade principal é a pecuária.

Tabela 11 – População ocupada nos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de dias trabalhados e laços de parentesco (total, horticultura e pecuária). Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Nota: Pessoal ocupado no ano (de out-2016 a set- 017).

Pessoal ocupado	Grupos de dias trabalhados	Total	Lavouras temporárias	Horticultura	Lavouras permanentes	Florestas nativas	Pecuária e outras criações
Total	Total	73.269	34.930	2.634	25.743	5.255	4.063
	Menos de 90 dias	8.418	3.842	290	3.283	575	364

	De 90 a menos de 180 dias	6.992	3.365	258	2.126	868	338
	De 180 dias a mais	57.859	27.723	2.086	20.334	3.812	3.361
	Total	60.678	30.902	2.166	20.049	5.050	2.041
	Menos de 90 dias	3.451	1.953	77	815	n.d.	102
Com laços	De 90 a menos de 180 dias	5.660	3.110	181	1.386	n.d.	155
	De 180 dias a mais	51.567	25.839	1.908	17.848	n.d.	1.784
	Total	12.591	4.028	468	5.694	205	2.022
	Menos de 90 dias	4.967	1.889	213	2.468	n.d.	262
Sem laços	De 90 a menos de 180 dias	1.332	255	77	740	n.d.	183
	De 180 dias a mais	6.292	1.884	178	2.486	n.d.	1.577
	Total						
	Menos de 90 dias						

III. POPULAÇÃO DE EMPREGADOS FORMAIS NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Esta seção faz uma análise mais detalhada do perfil do emprego na cidade de Belém, procurando verificar e apontar as características específicas do município. O recorte setorial segue o mesmo da PNAD-C e os subgrupos da CNAE, subdividindo o segmento agroalimentar em quatro: agricultura, indústria, comércio e serviços, a escolhas por diferentes bases de dados foi explicada na seção metodológica.

Aqui a fonte de dados foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que permite uma análise no nível municipal. Por se tratar de uma base de informações administrativas respondidas anualmente pelas empresas, ela capta apenas a parte formal da economia, deixando de fora o lado informal.

O perfil dos estabelecimentos do setor agroalimentar varia bastante entre o Município e a Região Metropolitana e o Estado como um todo. No caso dos dois primeiros, predominam os setores de serviços e comércio, seguido pelo setor industrial. No caso do Pará, há um predomínio do setor primário. O Município de Belém tinha em 2020, 2005 estabelecimentos ativos, o que representa 15% dos estabelecimentos do estado. A Região Metropolitana respondeu por 20% do total, o que indica que 80% dos estabelecimentos estavam fora da RM de Belém. Analisados os subsegmentos individualmente, evidencia-se que a menor participação absoluta e relativa é observada na agropecuária, ao passo que a maior participação absoluta é observada no segmento de serviços, no qual o Município de Belém possuía em 42% dos estabelecimentos do estado, patamar que atingia 50% quando tomada a Região Metropolitana no seu conjunto.

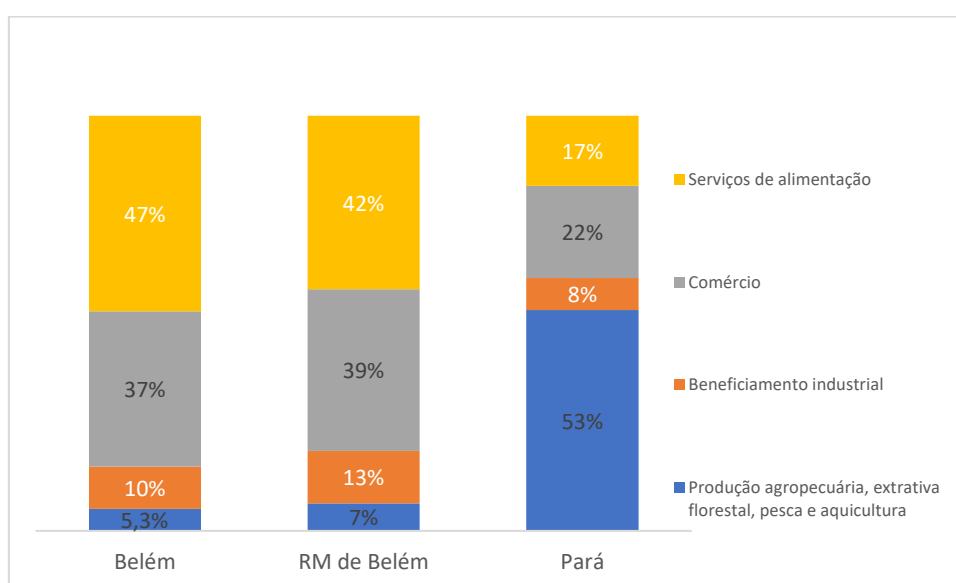


Gráfico 12 - Distribuição dos estabelecimentos de acordo com os segmentos do setor agroalimentar. Belém, Região Metropolitana de Belém e Pará, 2020.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Economia, 2020.

Analisados o emprego total, em 2020, o Município de Belém teve 5% do emprego total ligado ao setor agroalimentar (19 mil), de um total de 390 mil pessoas empregadas segundo a RAIS. A Região Metropolitana apresenta um panorama semelhante, sendo que a participação chega a 6% de um total de 483 mil pessoas empregadas. No Pará como um setor agroalimentar respondeu por 12% do emprego total. É preciso observar, no entanto, que essa menor participação relativa do setor é explicada por dois aspectos, a maior concentração do emprego no Município e na Região Metropolitana, que respondem, respectivamente, por 38% e 46% do emprego do estado do Pará e de outro a própria estrutura produtiva, cuja importância do setor agropecuário e industrial é muito menor na Região Metropolitana e no Município de Belém, como os dados de PIB indicam. Além disso, a Região Metropolitana de Belém apresenta uma maior

diversificação econômica, principalmente nos setores de comércio e serviços devido a sua densidade populacional.

Diferentemente dos estabelecimentos, no caso do emprego observa-se uma diferença mais significativa entre o Município, a Região Metropolitana e o Estado, com uma clara predominância do subsegmento de serviços.

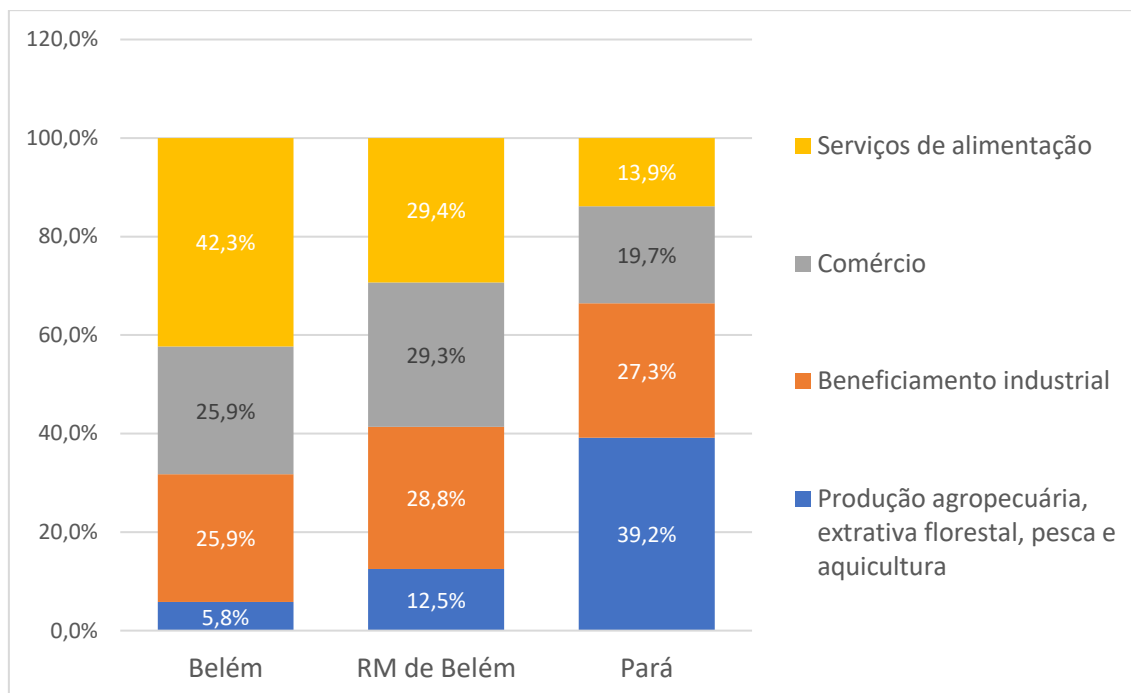


Gráfico 13 – Distribuição dos empregos por segmentos do setor agroalimentar. Belém, Região Metropolitana de Belém e Pará, 2020 (em percentual).

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Economia, 2020.

Em termos de evolução, o Gráfico 13 aponta que houve uma perda na importância relativa do setor entre 2012 e 2020, tanto na massa salarial quanto no emprego. Observa-se que a massa salarial sempre teve uma participação de cerca da metade a importância do emprego, o que é coerente com o salário médio do segmento agroalimentar em comparação à média salarial observada no Município de Belém.

Em relação ao salário médio, observa-se uma queda do valor real ao longo da série observada. O salário médio passou de R\$ 1.652,26 para R\$ 1.556,67 entre 2012 e 2020, uma perda de R\$ 95,59 em termos reais. Analisado o salário médio da economia de Belém, observa-se que houve um ganho real de R\$ 216,29 no mesmo período.

Em termos relativos, isso fez com que o salário médio do setor agroalimentar experimentasse uma perda. Em 2012 o salário médio do setor equivalia a 50% do salário da economia de Belém que foi R\$ 3.312,14, participação que caiu para 44% do salário médio em 2020, que foi de R\$ 3.528,42.

Analisados os subsegmentos individualmente, a maior perda absoluta e relativa foi observada no segmento industrial, seguido pelo setor agropecuário e de comércio. O único subsegmento em que se verificou ganho foi o do setor serviços, que apresentou um ganho real de R\$ 14,85, mas insuficiente para compensar as perdas dos demais subsegmentos pois já era, em 2012, o que possuía a menor média, de R\$ 1262,21, e que chegou a 1277,06 em 2020.

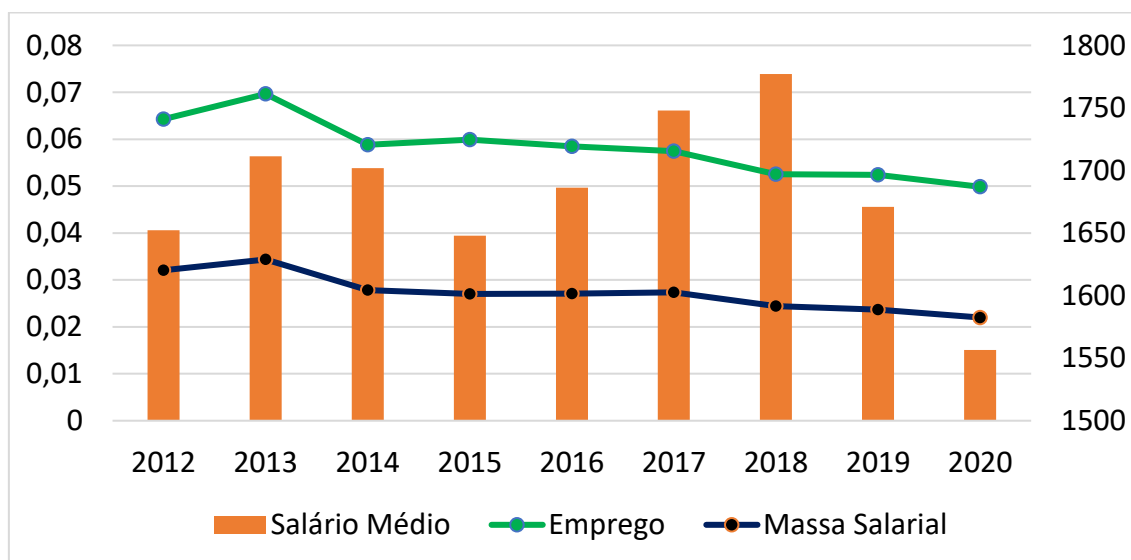


Gráfico 14 – Participação do sistema alimentar no emprego e na massa salarial (eixo esquerdo) e salário médio mensal em R\$ (eixo direito). Belém, 2012-20.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Economia, 2012-20.

Em termos absolutos, o número de empregos do segmento agroalimentar caiu ao longo do tempo. Depois de atingir um pico de 31 mil pessoas empregadas em 2013, o número de empregados recuou ano após ano ao longo de todo o período. O único setor que preservou seu patamar de emprego foi o setor industrial, que permaneceu ao redor de 5 mil pessoas empregadas ao longo de todo o período.

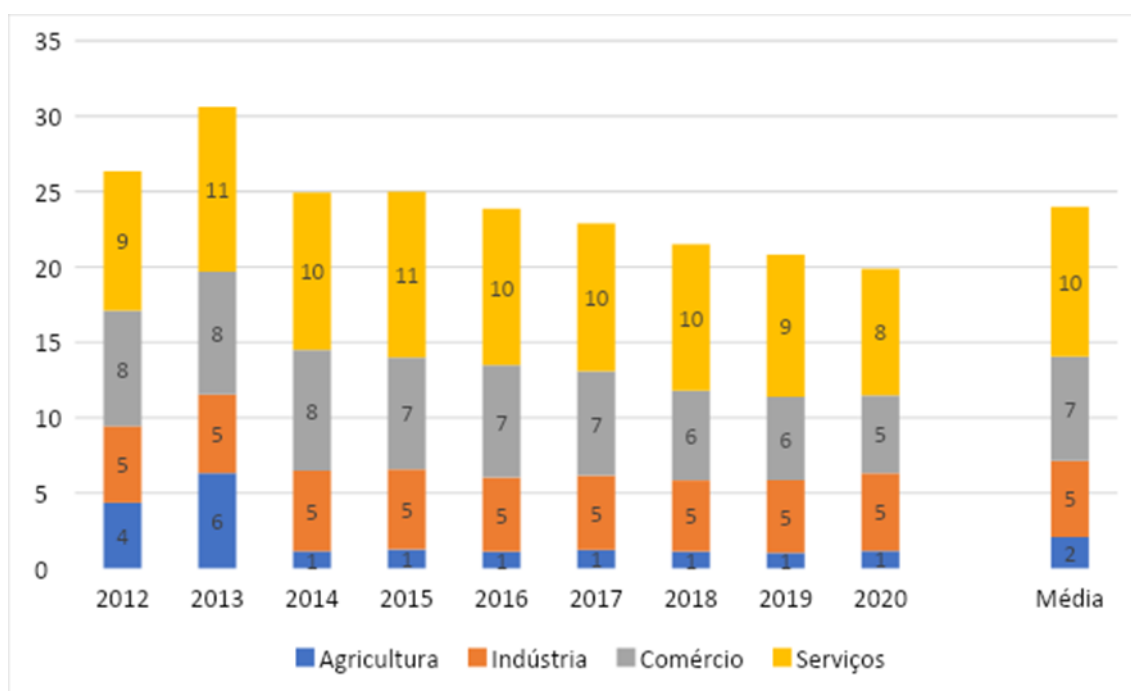


Gráfico 15 - Evolução do emprego nos segmentos agroalimentares. Belém, 2012-20 (em milhares).

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Economia, 2012-20.

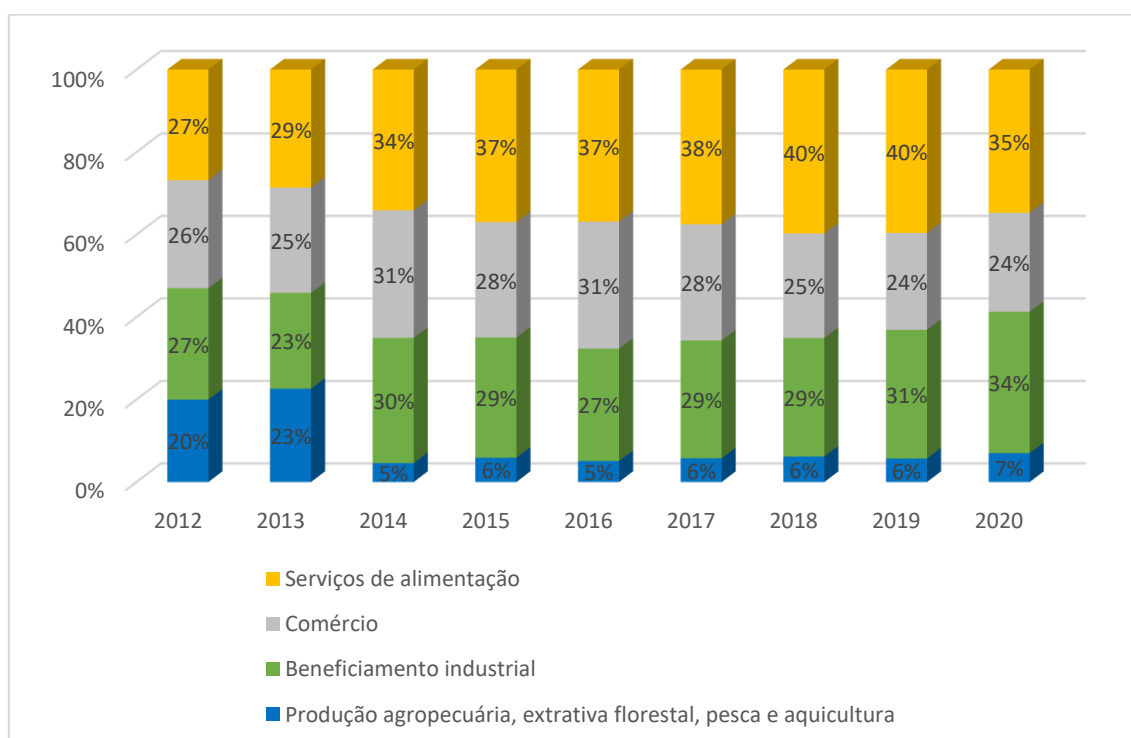


Gráfico 16 - Evolução do emprego nos segmentos agroalimentares. Belém, 2012-20 (em milhares).

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Economia, 2012-20.

Em relação à distribuição da massa salarial entre os segmentos, observa-se uma redução significativa a importância do setor agropecuário. O setor do comércio experimenta uma perda da sua importância relativa em um patamar um pouco menor. Os maiores ganhos são observados nos setores industriais e de serviços, cuja participação relativa na massa salarial atingiu 70% do total do segmento agroalimentar em 2020.

Quadro 3 - Trabalho informal no Pará.

De acordo com entrevista com dirigentes e técnicos do Dieese Pará, a concentração de renda em Belém é muito elevada, a cidade está entre as capitais com a média salarial mais baixa do país. Para se ter ideia, o Pará tem o 12º PIB do Brasil, no entanto fica em 18º quando a análise é feita considerando o PIB Per Capita. Metade da população assalariada recebe até um salário-mínimo.

A dependência da economia primária é muito elevada: 50% do PIB tem origem no setor da mineração. Nesse sentido, os técnicos do Dieese avaliam que a Lei Kandir⁴ veio para piorar o desenvolvimento da economia local.

Existe um desafio para o poder público local que é o controle da localização dos informais no espaço público. No Pará aproximadamente 1,5 milhão de pessoas trabalham por conta própria, incluindo-se nesse universo as empregadas domésticas, que, apesar da lei regulando seus direitos, ainda trabalha sem carteira assinada.

Seria importante existir, por parte do poder público, um serviço para orientar os trabalhadores informais sobre os seus direitos e quais as alternativas para encontrar algum grau de formalização profissional de sorte a garantir seus direitos previdenciários. Em Belém, de acordo com os entrevistados, são mais de 210 mil pessoas que trabalham por conta própria; na Região Metropolitana, esse número chega a 250 mil pessoas.

Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)⁵, da Fundação Getúlio Vargas, identificou que há no país doze estados com mais trabalhadores recebendo apoio financeiro do Programa Auxílio Brasil do que pessoas com carteira assinada. O estado do Pará é um desses casos: são 1,5 milhão e trabalhadores informais contra 1,1 milhão de pessoas com carteira assinada.

⁴ A promulgação da Lei Kandir, em 1996, concedeu benefícios fiscais ao produto primário voltado à exportação, com isso houve o desincentivo ao processamento, movimento esse que foi aprofundado nas décadas seguintes.

⁵ Visão do Correio: Auxílio Brasil supera emprego em 12 estados (<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2022/04/5000869-visao-do-correio-auxilio-brasil-supera-emprego-em-12-estados.html>).

6.

Produção primária e indústria alimentar

Esta seção se dedica a analisar a produção agropecuária e a transformação industrial do setor alimentar em Belém. Está dividida em dois grandes blocos. A primeira parte analisa as características do setor agropecuário de Belém e do seu entorno com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e nas Pesquisas Agrícolas Municipais e de Silvicultura e extrativismo vegetal.

Em relação ao setor industrial foram mapeados a localização do conjunto da indústria e, de modo particular, os principais frigoríficos de peixe em Belém e Região Metropolitana.

A expansão da análise para além do Município de Belém se faz necessária por três razões. A primeira, por se tratar de um município com pouca importância na produção agropecuária, e a segunda, pela sua densidade populacional que faz com que seja um importante centro consumidor – entretanto, como já discutido na seção 3 um dos aspectos limitadores ao mercado alimentício e a própria indústria alimentar na região de Belém é a baixa demanda de produtos mais elaborados, decorrente do nível e da desigualdade de renda. A terceira, pela localização, que faz com que Belém seja um importante entreposto comercial e centro exportador ⁶e importador de produtos alimentícios.

No que diz respeito à transformação industrial, ela é pouco importante para e se concentra em produtos com pouca transformação, baixa intensidade tecnológica e baixo emprego, em geral, ligados a uma indústria processadora ou de fracionamento, em muitos casos articulada aos grandes grupos atacadistas/varejistas locais. Comparativamente a outros aglomerados urbanos de porte semelhante iremos mostrar que o segmento é pequeno.

⁶ Vale alertar que o fato de ser um centro exportador não implica em dinamismo à indústria alimentícia, uma vez que são exportados produtos primários e semiprocessados.

I. AGRICULTURA E EXTRATIVISMO VEGETAL

a. Estrutura fundiária e produção

Em relação a estrutura fundiária da Região Imediata de Belém, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram uma grande presença de estabelecimentos agropecuários que dispõem de uma área muito pequena: pouco mais de 25% dos estabelecimentos com área inferior a 2 ha; 56% com até 10 hectares; 92% com até 50 hectares. Isso revela uma estrutura de distribuição de terra bastante concentrada, dado que os 8% maiores, 1.753 estabelecimentos detêm 64% da área; e os maiores de 500 hectares, 110 estabelecimentos, respondem por 37% da área.

Destaque para os estabelecimentos de 0,5 a 10 ha que representam 49% dos estabelecimentos, 19% do valor bruto da produção (VBP) e 42% do pessoal ocupado (Tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos, da área total, do VBP e do pessoal ocupado, por grupos de área total. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Grupos de área total	Estabelecimentos	Área (ha)	VBP (R\$ mil)	Pessoal ocupado
Até 0,5 ha	7,0%	0,1%	2,4%	5,9%
De 0,5 a 1 ha	6,1%	0,2%	1,0%	5,0%
De 1 a 2 ha	13,6%	0,6%	3,9%	10,6%
De 2 a 3 ha	8,5%	0,7%	3,2%	7,2%
De 3 a 5 ha	8,9%	1,2%	4,3%	8,1%
De 5 a 10 ha	11,9%	2,8%	6,4%	11,0%
De 10 a 20 ha	13,1%	6,4%	7,3%	12,6%
De 20 a 50 ha	23,0%	23,6%	19,9%	25,8%
De 50 a 100 ha	5,5%	13,1%	14,6%	7,5%
De 100 a 500 ha	2,0%	14,0%	9,3%	4,5%
mais de 500 ha	0,5%	37,3%	27,8%	1,8%

Total 21.916 573.924 1.365.129 72.807

Em termos efetivos, o resultado dessa estrutura fundiária se reflete no predomínio da agricultura familiar, com mais de 90% dos estabelecimentos aí classificados. Eles ocupam metade da área total, com área média de 14 hectares. Entre os agricultores familiares, os mais empobrecidos – Pronaf B – respondem por 55,1%, com área média de 11,4 hectares (Tabela 13).

Tabela 13 - Número de estabelecimentos e área total segundo tipo de produtor. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Tipo de estabelecimento	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (ha)		Área média (ha)
	total	participação	total	participação	
Não familiar	1.909	8,5%	287.102	50,0%	150,4
Familiar	20.501	91,5%	286.822	50,0%	14,0
Pronaf B	12.357	55,1%	140.472	24,5%	11,4
Pronaf V	8.092	36,1%	144.125	25,1%	17,8
Total	22.410	100,0%	573.924	100,0%	25,6

No que diz respeito à estrutura produtiva, as lavouras permanentes se destacam como a principal atividade principal em um terço dos estabelecimentos rurais da Região Imediata de Belém, sendo que 10% têm nas florestas nativas sua principal atividades. Apesar dessa particularidade, e seguindo em linha com o que ocorre no restante da agricultura brasileira, 50% dos estabelecimentos tem na lavoura temporária sua principal atividade.

O quadro observado é reflexo dos dois principais tipos de cultivo predominantes na região: o açaí (extrativismo e cultivo) e a mandioca, cultura temporária. A pecuária possui uma participação importante em termos de área e do seu tamanho médio, respondendo por somente 4% dos estabelecimentos. Horticultura e floricultura exibe um número de estabelecimentos próximo à pecuária, mas tem uma área bem menor e com predomínio a agricultura familiar.

Tabela 14 – Distribuição dos estabelecimentos e da área e área média por grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Participação

Grupos de atividade econômica	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (ha)	Estab.	Área (ha)	Área média (ha)
Lavouras temporárias	10.961	179.033	48,9%	31,2%	16,33
Horticultura e floricultura	866	3.475	3,9%	0,6%	4,01
Lavouras permanentes	7.523	193.281	33,6%	33,7%	25,69
Sementes e mudas	14	551	0,1%	0,1%	39,36
Pecuária e outras criações	915	152.027	4,1%	26,5%	166,15
Florestas plantadas	93	32.001	0,4%	5,6%	344,10
Florestas nativas	1.933	12.923	8,6%	2,3%	6,69
Pesca	75	131	0,3%	0,0%	1,75
Aquicultura	30	500	0,1%	0,1%	16,67
Total	22.410	573.922	100,0%	100,0%	25,61

Na Tabela 15 ficam evidenciadas as diferenças e as semelhanças entre os perfis dos tipos de produtores segundo a principal atividade desenvolvida. Nos familiares, as lavouras e as florestas nativas são a atividade principal em 92% dos estabelecimentos, sendo que nos não familiares essa participação se reduz para 81%, sendo decorrente a bem menor participação das florestas nativas como atividade principal. Há que observar que no caso dos familiares as lavouras temporárias são a atividade principal para metade dos estabelecimentos ao contrário do que se verifica nos não familiares em que as lavouras permanentes são a atividade principal mais frequente.

Vale notar que o pequeno número de estabelecimentos patronal com atividade principal as lavouras temporárias (683 entre 10.961 – Tabela 15) exibe uma participação de 14% para a área (Tabela 16) e, em termos de valor bruto da produção expressivos 41% (Tabela 17).

Tabela 15 - Distribuição dos estabelecimentos por tipos de agricultores e por grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Grupos de atividade econômica	Número de estabelecimentos					Estrutura de distribuição				
	Total	Não familiar	Familiar	Pronaf B	Pronaf V	Total	Não familiar	Familiar	Pronaf B	Pronaf V
Lavouras temporárias	10.961	683	10.278	6.558	3.713	49%	36%	50%	53%	46%
Horticultura e floricultura	866	58	808	431	377	4%	3%	4%	3%	5%
Lavouras permanentes	7.523	800	6.723	3.929	2.771	34%	42%	33%	32%	34%
Sementes e mudas	14	4	10	6	4	0%	0%	0%	0%	0%
Pecuária e outras criações	915	282	633	421	196	4%	15%	3%	3%	2%
Florestas plantadas	93	21	72	68	3	0%	1%	0%	1%	0%
Florestas nativas	1.933	50	1.883	864	1.014	9%	3%	9%	7%	13%
Pesca	75	2	73	69	4	0%	0%	0%	1%	0%
Aquicultura	30	9	21	11	10	0%	0%	0%	0%	0%
Total	22.410	1.909	20.501	12.357	8.092	100%	100%	100%	100%	100%
	100,0%	8,5%	91,5%	55,1%	36,1%					

No caso da pecuária, observa uma participação expressiva de estabelecimentos não familiares, mas a participação dos pequenos produtores é relevante (69%), e possivelmente ligada a pequenos animais e uma pecuária mais intensiva e voltada para o próprio consumo.

A Tabela 16 mostra o quão desigual é a distribuição das terras. Os agricultores familiares respondem por 92% dos estabelecimentos e por apenas 50% da área total. Esse quadro se repete quando analisados os dados por grupos de atividade.

Nos estabelecimentos não familiares a pecuária predomina, visto que 15% dos estabelecimentos com essa atividade principal respondem por quase metade da área (47%). Já nos estabelecimentos familiares, são os voltados as lavouras temporárias que se apropriam da maior parcela da área (54%) pouco superior a participação em termos de estabelecimentos.

Tabela 16 – Distribuição da área dos estabelecimentos por tipos de agricultores e por grupos de atividade econômica. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Grupos de atividade econômica	Área dos estabelecimentos (ha)					Estrutura de distribuição				
	Total	Não familiar	Familiar	Pronaf B	Pronaf V	Total	Não familiar	Familiar	Pronaf B	Pronaf V
Lavouras temporárias	179.033	24.704	154.329	80.297	73.667	31%	9%	54%	57%	51%
Horticultura e floricultura	3.475	1.155	2.321	945	1.375	1%	0%	1%	1%	1%
Lavouras permanentes	193.281	93.028	100.253	44.599	54.241	34%	32%	35%	32%	38%
Sementes e mudas	551	n.d	n.d	n.d	n.d	0%				
Pecuária e outras criações	152.027	135.409	16.618	8.286	8.132	26%	47%	6%	6%	6%
Florestas plantadas	32.001	30.174	1.827	1.706	n.d	6%	11%	1%	1%	
Florestas nativas	12.923	1.791	11.132	n.d	6.538	2%	1%	4%		5%
Pesca	131	n.d	n.d	80	n.d	0%			0%	
Aquicultura	500	400	100	64	35	0%	0%	0%	0%	0%
Total	573.924	287.102	286.822	140.472	144.125	100%	100%	100%	97%	100%
	100,0%	50,0%	50,0%	24,5%	25,1%					

A Tabela 17 mostra a desigualdade em termos de geração de renda, haja visto os estabelecimentos patronais são responsáveis por 59% do valor bruto da produção, sendo tão somente 8% dos estabelecimentos. Verdade que esse quadro se deve ao maior valor da produção da pecuária, em que predominam os estabelecimentos não patronais. Na atividade vegetal é clara a importância dos estabelecimentos familiares, com uma participação no VBP não tão distante nos estabelecimentos.

Tabela 17 – Valor da produção total, animal e vegetal, segundo tipos de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

	(R\$ mil)		
	Total	Não familiar	Familiar
Total	1.371.489	806.312	565.177
% tipo		59%	41%
Animal	760.627	700.131	60.496
% animal e % tipo	55%	92%	8%
Vegetal	610.862	106.181	504.681
% vegetal e % tipo	45%	17%	83%

Uma característica importante da Região Imediata de Belém vis-à-vis a outras regiões do Brasil e da região norte é uma maior diversidade no uso da terra, com uma distribuição

mais equilibrada nos seus diversos usos. Destaque para o maior percentual de terras dedicados a lavouras permanentes (açaí), aos sistemas agroflorestais que estabelecem uma relação mais equilibrada com a floresta e a população nativa. A lâmina de água que se destaca se deve ao volume de água no entorno de Belém. No caso das áreas de mata e reserva legal o percentual se aproxima ao das regiões de Salvador e Curitiba, o que indica uma antropização semelhante à daquelas áreas/regiões e quase a metade do valor observado na região imediata de Manaus.

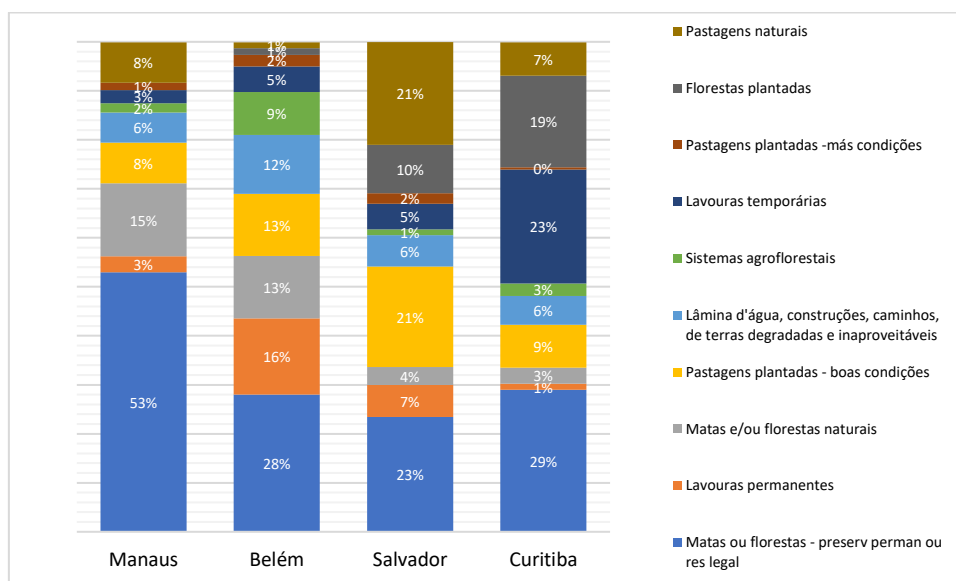


Gráfico 17 – Distribuição da área dos estabelecimentos, segundo a utilização das terras. Regiões Imediatas de Manaus, Belém, Salvador e Curitiba, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Tabela 18 – Número de estabelecimentos, produção, produção vendida, valor da produção, valor da venda, efetivo das plantações, área colhida, área destinada ao cultivo, segundo lavouras permanentes com mais de 50 pés. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Tabela 18 – Número de estabelecimentos, produção, produção vendida, valor da produção, valor da venda, efetivo das plantações, área colhida, área destinada ao cultivo, segundo lavouras permanentes com mais de 50 pés. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Lavoura (50 pés e mais)	Estabelecimentos	Produção (t)	Produção vendida (t)	% produção vendida	Valor da produção (R\$ mil)	Valor venda (R\$ mil)	% valor vendido	Número de pés (1.000)	Área colhida (ha)	Área total destinada (ha)	% área colhida / área destinada
Açaí	9.111	68.499	58.401	85%	148.903	126.908	85%	21.808	18.537	26.541	70%
Dendê	273	63.885	58.168	91%	36.078	34.425	95%	1.913	12.491	14.064	89%
Pimenta- do-reino	4.062	6.816	6.559	96%	57.272	55.003	96%	5.464	4.246	6.137	69%
Cacau	1.085	905	895	99%	5.393	5.344	99%	1.216	1.909	2.463	78%
Cupuaçu	1.746	2.605	1.845	71%	6.603	4.429	67%	534	1.427	2.299	62%
Coco-da- baía	390	3.011	2.941	98%	1.920	1.861	97%	128	663	1.077	62%
Banana	683	5.322	5.094	96%	5.255	4.966	95%	399	590	846	70%
Pupunha	503	1.294	690	53%	5.589	1.484	27%	135	381	566	67%
Limão	185	1.580	1.566	99%	1.475	1.463	99%	53	224	274	82%
Maracujá	336	750	711	95%	1.022	953	93%	103	158	230	69%
Mamão	213	2.320	2.292	99%	2.509	2.474	99%	129	122	201	61%
Palmito	9	18	18	100%	34	34	100%	5	38	42	90%
Total	12.267				277.842	244.977	88%	32.074	41.332	55.535	74%

No que diz respeito aos cultivos permanentes, os dados do Censo Agropecuário indicam o açaí como o produto mais importante na Região Imediata de Belém. O açaí se destaca em vários aspectos: produção, produção vendida, valor da produção, número de pés e área. Em relação ao valor da produção e a venda, responde sozinho por cerca de 50% do valor bruto da produção e da venda das culturas permanentes analisadas.

Em segundo lugar, a pimenta-do-reino se sobressai pelo alto valor bruto da produção e das vendas comparativamente à produção em toneladas e a área. Em termos de VBP a pimenta do reino representou cerca de 21% do VBP das produções informadas, mas comparativamente à área é bem menor.

Chama atenção também o dendê, que tem um pequeno número de estabelecimentos dedicados à sua produção, mas uma produção muito alta e valores de produção e venda bastante expressivos.

Estes três produtos se destacam por possuírem a característica de serem altamente comerciais e inseridos no mercado não apenas local, mas também nacional. O açaí ganhou ao longo dos últimos anos uma projeção nacional muito significativa. A pimenta-do-reino, considerada uma especiaria culinária importante e difundida nacionalmente, já possuía um mercado próprio.

O dendê no Pará vem se destacando ao longo dos últimos anos principalmente em função da queda observada na produção do estado da Bahia, o que tem permitido que haja um mercado a ser ocupado por outras regiões produtoras. Efetivamente, o desempenho é impressionante, com a área plantada no Pará passando de 52 mil hectares, em 2010, para 189 mil, em 2020. Já a quantidade produzida cresceu ainda mais – quase três vezes, atingindo 2,8 milhões de toneladas (PAM-IBGE).

Dentre os produtos mais típicos da produção regional destaca-se também o cupuaçu, que possui produção pequena, mas um valor bruto e de vendas expressivo. Caracteriza-se por uma elevada produtividade por área.

Observam-se outras produções com elevados valores brutos de produção e de venda, mas cuja participação é menor. São elas o cacau, a pupunha e a banana.

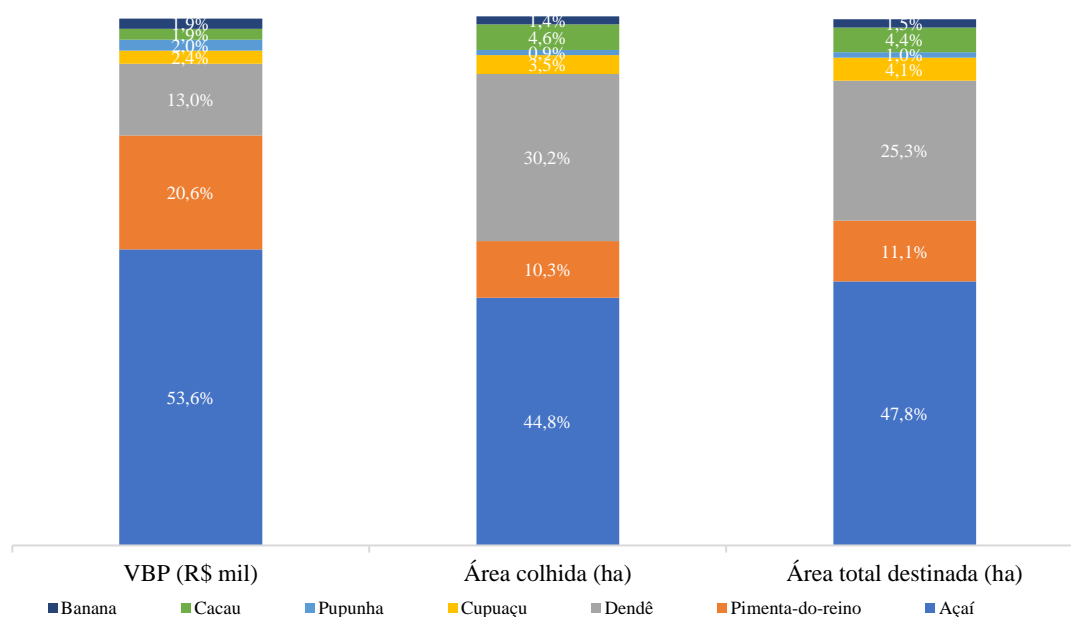


Gráfico 18 - Distribuição do valor bruto da produção (VBP), da área colhida e da área destinada ao cultivo, segundo as principais lavouras permanentes. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

A importância da agricultura familiar também se revela nas lavouras permanentes, notadamente no açaí, em que 83% do valor bruto das produções é oriundo a agricultura familiar. Importante mencionar que a participação dos agricultores familiares menores é reduzida. Para a grande maioria dos produtos aqui analisados a agricultura familiar possui uma importância significativa no total de estabelecimentos e no valor bruto da produção. A exceção fica por conta da produção de dendê, em que apenas 11% da área colhida tem sua origem na produção familiar e apenas 10% do VBP total.

Tabela 19 – Participação da agricultura familiar nos estabelecimentos, na área colhida e no VBP para as principais lavouras permanentes. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Lavoura (50 pés e mais)	% familiar no total			% Pronaf B no familiar		
	Estabelecimentos	Área	VBP	Estabelecimentos	Área	VBP
Açaí	91%	78%	83%	53%	28%	14%
Pimenta-do-reino	85%	81%	80%	50%	30%	15%
Dendê	86%	11%	10%	42%	21%	9%
Cupuaçu	82%	77%	59%	45%	32%	18%

Pupunha	83%	69%	95%	33%	28%	5%
Cacau	82%	54%	49%	36%	24%	16%
Banana	85%	48%	57%	45%	29%	16%
Total	90%	56%	70%	55%	28%	14%

No tocante às lavouras temporárias, o produto de maior destaque é a mandioca, sua produção responde por 95% do valor bruto da produção e 80% da área colhida das lavouras temporárias.

Por se tratar de um produto essencial para a produção de farinha e um dos produtos básicos do consumo cotidiano do belenense, não se espanta que a mandioca ocupe uma parcela tão significativa da área e da produção das lavouras temporárias. Chama atenção, no entanto que apenas 15% da produção é vendida, isso pode indicar que a maior parte da produção de mandioca é para o autoconsumo, para ser processada de forma artesanal e transformada em farinha, tucupi, goma e outros subprodutos importantes para o consumo local/regional.

A quantidade de estabelecimentos produtores e uma área média de pouco mais de 1 hectare por estabelecimento produtor de mandioca pode ser explicada por inúmeras razões. Em primeiro lugar por tratar-se de uma cultura essencial na dieta e ligada tanto à produção de farinha de mandioca, tapioca. Uma segunda explicação diz respeito à sua importância também na alimentação de animais para o autoconsumo (porco e aves). O milho, presente em uma quantidade bem inferior de estabelecimentos (um sexto) e com área média semelhante à da mandioca fica na segunda posição em termos de importância (Tabela 20).

Tabela 20 – Número de estabelecimentos, produção, produção vendida, valor da produção, valor da venda e área colhida, segundo lavouras temporárias. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Lavoura	Estabelecimentos	Produção (t)	Produção vendida (t)	% produção vendida	Valor da produção (R\$ mil)	Valor venda (R\$ mil)	% valor vendido	Área colhida (ha)
Mandioca	12.945	154.152	24.085	16%	210.518	19.975	9%	14.941
Milho em grão	2.364	4.994	783	16%	6.323	868	14%	2.329
Melancia	137	437	382	87%	823	736	89%	550
Arroz em casca	693	685	99	14%	809	110	14%	426
Feijão verde	314	112	26	23%	223	57	26%	131
Milho forrageiro	80	1.699	201	12%	282	112	40%	116
Abacaxi	173	1.039	976	94%	1.437	1.337	93%	104
Feijão fradinho em grão	200	56	38	68%	123	88	72%	76
Abóbora, moranga, jerimum	130	283	248	88%	332	290	87%	54
Total	13.215				221.432	23.964	11%	18.727

Além de se destacar como o produto mais importante na lavoura temporária, a mandioca é quase na sua totalidade produzida por estabelecimentos familiares. Diferentemente da agricultura permanente em que há alguma importância da agricultura patronal, no caso das lavouras temporárias na maioria das culturas predomina a produção familiar, exceto pela produção de milho, em que 59% do VBP advém da produção patronal.

Tabela 21 – Participação da agricultura familiar nos estabelecimentos, na área colhida e no VBP para as principais lavouras temporárias. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Lavouras	% familiar no total			% Pronaf B no Familiar		
	Estabelecimentos	Área	VBP	Estabelecimentos	Área	VBP
Mandioca	94%	81%	95%	61%	46%	22%
Milho em grão	91%	58%	41%	50%	44%	35%
Melancia	91%	99%	99%	48%		
Arroz em casca	90%	89%	82%	48%		34%
Feijão verde	91%	90%	95%	52%	49%	40%
Milho forrageiro	91%	53%	64%	40%	16%	6%
Abacaxi	84%	63%	78%	51%	26%	9%
Feijão fradinho em grão	93%	82%	87%	51%	37%	34%
Abóbora, moranga, jerimum	91%	85%	94%	39%		9%
Total	94%	79%	93%	61%	44%	23%

Em termos de processamento industrial ou artesanal, o principal destino da mandioca é a produção de farinha, cuja principal origem é a produção familiar — 84% dos estabelecimentos produtores são familiares —, e que responde também por 77% do valor vendido do produto.

Tabela 22 – Participação dos estabelecimentos produtores de farinha de mandioca entre os produtores de mandioca e participação do valor vendido de farinha, segundo tipos de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Tipo de estabelecimento	% estabelecimentos produtores	% valor vendido
Familiar	84%	77%
Pronaf B	82%	69%
Pronaf V	89%	81%
Total	84%	77%

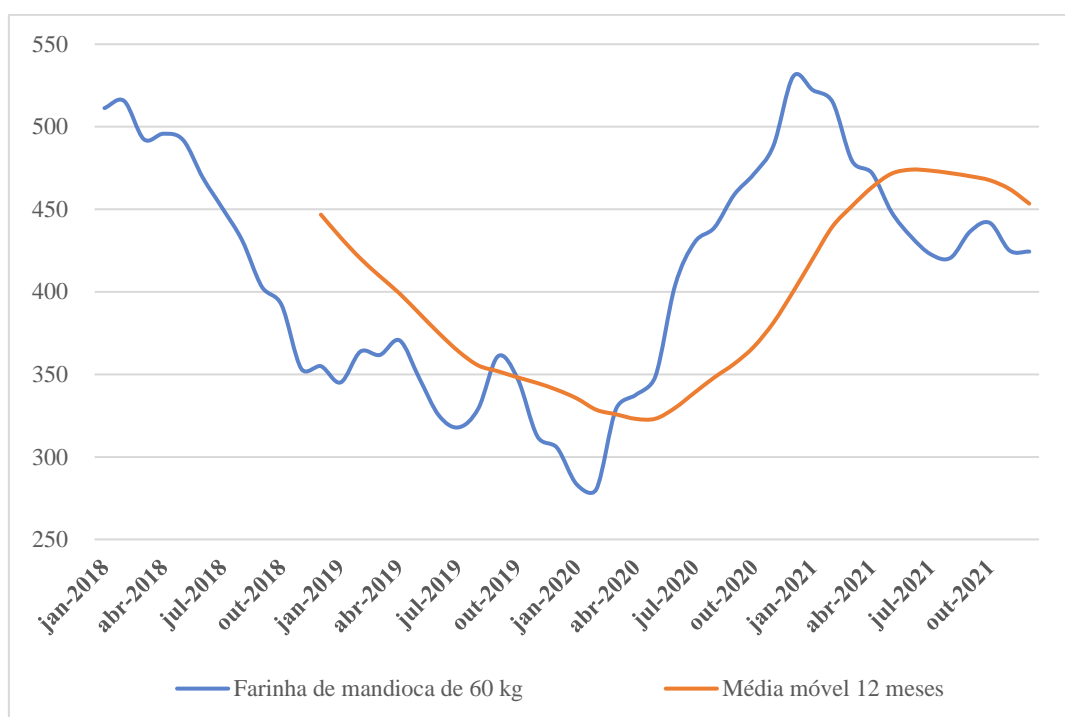


Gráfico 19 – Evolução dos preços pagos ao produtor paraense pela saca de 60 kg de farinha de mandioca, jan. 2018 a dez. 2021 (preços nominais em R\$ de dez. 2021 e média móvel de 12 meses dos preços deflacionados).

Fonte: INPCA – RM de Belém/IBGE

Em relação à distribuição do valor bruto da produção segundo classes de VBP e tipos de produtores, as maiores diferenças são observadas dentro da categoria dos agricultores familiares. Chama a atenção como a produção da agricultura familiar ligada ao Pronaf B concentra-se em estabelecimento de valor bruto anual de até 25 mil reais, ou seja, cerca de dois salários-mínimos mensais. No caso do Pronaf V, a participação de estabelecimentos com valor anual inferior a 10 mil reais é praticamente inexistente, com a parcela mais expressiva desses produtores situando-se faixa entre 25 e 50 mil reais.

Há elevada concentração do valor da produção. De um lado, os estabelecimentos mais pobres (até 25 mil anuais) representam 68% dos estabelecimentos se apropriando de

tão somente 10% do VBP. No outro extremo, os 0,55% estabelecimentos mais ricos respondem por 58% do VBP.

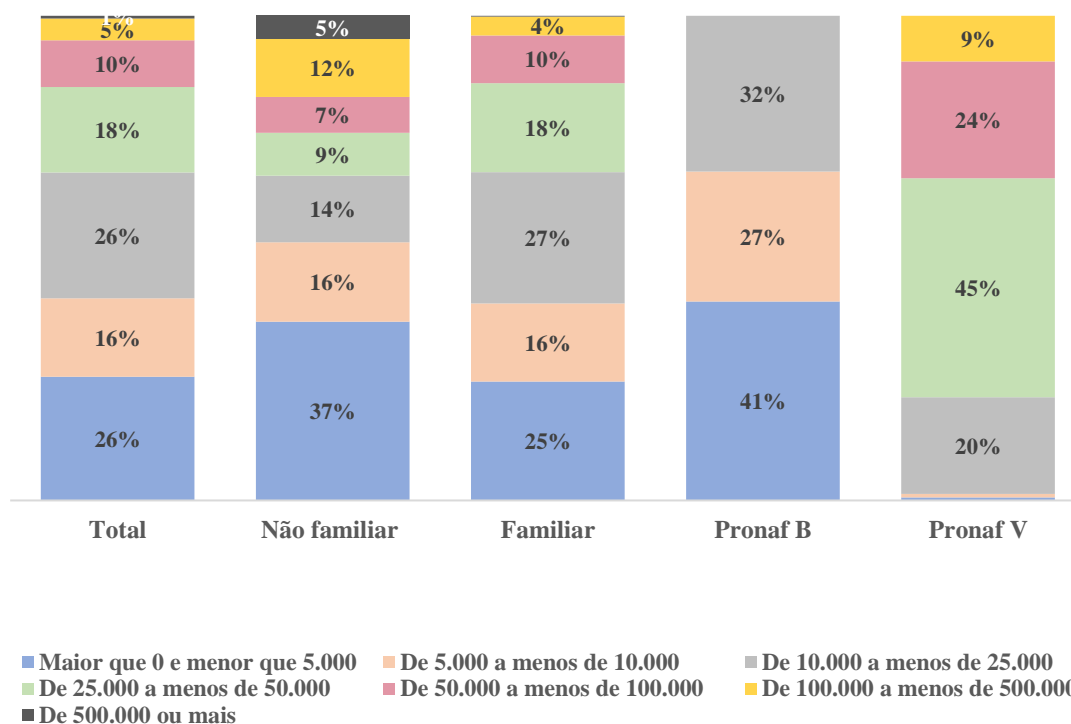


Gráfico 20 – Distribuição dos estabelecimentos por classes de valor da produção e por tipologia de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

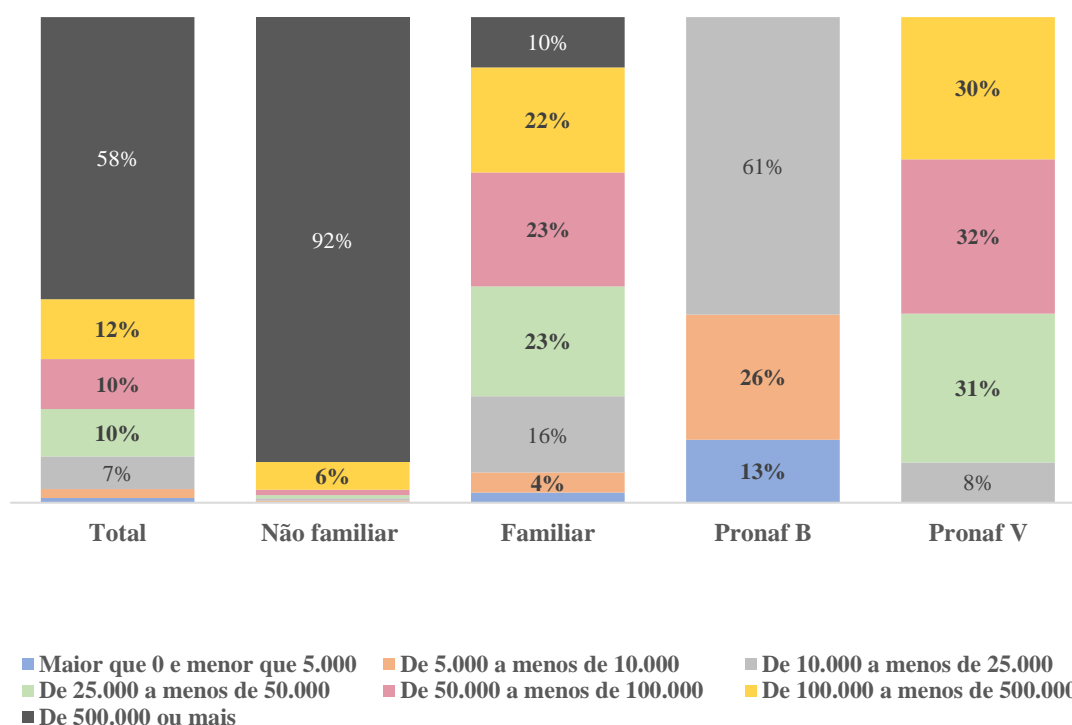


Gráfico 21 – Distribuição do valor da produção por classes de valor da produção e por tipologia de produtores. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Chama a atenção no caso da agropecuária como um todo que os maiores estabelecimentos têm a maior parcela do seu VBP oriundos da produção animal ao contrário dos menores estabelecimentos por faixa de produção que tem na atividade agrícola e vegetal a maior parcela da sua produção.

Tabela 23 - Valor bruto da produção (R\$) segundo tipos de atividade agropecuária, por classes de valor da produção. Região Imediata de Belém, 2017. Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE

	Total	Animal	Aves	Vegetal	Lavouras permanentes	Lavouras Temporárias	Extração vegetal
Maior que 0 e menor que 5.000	13.108	588	347	12.521	3.731	7.512	855

De 5.000 a menos de 10.000	25.513	1.033	435	24.480	8.534	13.434	1.673
De 10.000 a menos de 25.000	92.385	3.250	867	89.134	31.154	46.821	6.625
De 25.000 a menos de 50.000	133.336	4.280	909	129.056	46.815	61.929	14.432
De 50.000 a menos de 100.000	141.664	6.367	1.338	135.297	55.729	51.950	20.812
De 100.000 a menos de 500.000	168.758	24.566	9.376	144.192	75.260	30.271	29.273
De 500.000 ou mais	796.725	720.542	682.249	76.182	60.099	9.515	3.102
Total	1.371.489	760.627	695.521	610.862	281.323	221.432	76.773
		55%	51%	45%	21%	16%	6%

A Tabela 23 mostra que os estabelecimentos com VBP inferior a R\$ 10 mil reais representam 42% dos estabelecimentos, sendo que 91% têm na produção vegetal a atividade principal, com a maior parte voltada as lavouras temporárias – 63%. Já a maior parte dos estabelecimentos com VBP anual superior a R\$ 500 mil se dedica à pecuária (67%). Ou seja, conforme aumenta o VBP maior é a parcela dos estabelecimentos cuja atividade principal é a produção animal, sendo que no caso dos estabelecimentos de menor renda quando a tem como atividade principal, o destaque é a atividade avícola.

Tabela 24 – Número de estabelecimentos segundo tipos de atividade agropecuária, por classes de valor da produção. Região Imediata de Belém, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

	Total	Animal	Aves	Vegetal	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Extração vegetal
Maior que 0 e menor que 5.000	5.521	816	673	5.343	2.054	3.439	414
De 5.000 a menos de 10.000	3.494	673	492	3.458	1.699	2.254	341

De 10.000 a menos de 25.000	5.625	1.198	822	5.567	3.035	3.688	609
De 25.000 a menos de 50.000	3.805	968	616	3.771	2.175	2.383	605
De 50.000 a menos de 100.000	2.082	541	282	2.035	1.285	1.098	420
De 100.000 a menos de 500.000	981	324	145	905	621	337	249
De 500.000 e mais	118	79	58	63	50	16	7
Total	21.626	4.599	3.088	21.142	10.919	13.215	2.645
		21%	14%	98%	50%	61%	12%

b. Açaí

Nos anos 1980, o açaí e o consumo da polpa de seus frutos não “aparecia nas estatísticas de produção” (MOURÃO, 2010, p. 76), sendo objeto de estudos e presente na literatura, por, entre outros fatores, ser um dos alimentos centrais na dieta da população mais pobre do estuário amazônico (SILVA, 2021).

As análises sobre o açaí se avolumaram e ganharam contornos nacionais nos anos 2000, com a produção anterior sendo também importante, mas tendo um olhar mais voltado a questão da importância do produto na cultura e economias paraense e belenense. A que se desenvolve no final dos 90 e cresce nos anos 2000 tem um olhar para as mudanças na demanda e, por conseguinte, na produção.

Assim, de um lado, se lê que a importância do consumo de um produto alimentar típico, que não teve sua demanda afetada pelo crescimento populacional, decorrente das migrações quando da metropolização de Belém, se deve, justamente, aos migrantes. Grande parte provinha das áreas do estuário vizinhas a Belém e de outras regiões paraenses em que consumo do “suco” do açaí era habitual (SILVA, 2021). Por outro lado, as mudanças que se processaram no consumo alimentar no seio das grandes cidades, com o crescimento das mulheres no mercado de trabalho e com o menor tempo para a produção do alimento devido ao gasto com o deslocamento, juntamente com as estratégias das indústrias e do comércio alimentar, não afetaram o seu consumo. É um alimento que se preservou importante no orçamento alimentar e cuja cadeia produtiva – produção, transformação e comercialização – apresenta estrutura relativamente

estável (Nogueira et al., 2013), com tendência de crescimento da produção e transformação.

Esse crescimento, segundo a literatura voltada à economia do açaí, se inicia durante os anos 1990 “com a descoberta de seu alto valor energético, propriedades antioxidantes e a moda de seu consumo nas academias de ginástica, a procura pelo produto deu um salto vertiginoso, passando a ter significativo valor comercial em muitos estados do Brasil e no exterior” (REBELLO et al., 2021: 142). Ou como afirmam Tavares et al. (2022: 444) “o crescimento do mercado de polpa de açaí a partir da década de 1990, facilitado pelo processo de beneficiamento e congelamento, quadruplicou o consumo paraense da fruta, antes restrito ao período da safra, e da incorporação do mercado nacional e externo”.

As análises apontam, assim, um boom na demanda, a partir dos anos 1990, e que, por conseguinte, teve efeitos sobre a produção, como bem aponta Costa et al. (2017: 20) ao afirmar que “o manejo e o cultivo de açaizais se iniciaram há cerca de três décadas na Amazônia e não vai longe a época em que toda a oferta de açaí vinha das ilhas que circundam a cidade de Belém, à base do extrativismo” e dado o caráter sazonal da produção do açaí (a safra é de agosto a novembro), as novas demandas implicaram na geração tecnológica, no caso, o desenvolvimento de cultivares para terra firme e de processos de manejo da produção em várzeas.

Essa expansão da demanda é creditada, em parte, ao consumo das camadas médias da Região Metropolitana e se reflete em um comportamento da demanda pelo produto como um bem de luxo (NOGUEIRA et al., 2013). Os autores concluem que a comparação entre a demanda e a oferta, entre 2001 e 2009, mostra a primeira 26,7% superior a segunda, ou seja, uma forte pressão nos preços do açaí.

Essas mudanças no consumo, como o crescimento da demanda tanto da Região Metropolitana como em outras áreas do estado e do país, levaram a alterações na produção, com destaque para o manejo das várzeas e o desenvolvimento de uma variedade para terra firme (TAVARES et al., 2020). Interessante notar que a cadeia produtiva do açaí pouco se modificou, com o mercado preservando sua característica de concorrência perfeita, ou seja, produtores e comerciantes sendo numerosos e sem poder de influenciar preços. De outra parte, assistiu-se a alterações na agricultura familiar produtora da palmeira, pois sua atividade passou a ganhar contornos comerciais e absorvendo trabalho e terras dos outros cultivos e criações de subsistência (Ribeiro, 2016). Ribeiro chama a atenção, também, para alterações no processamento com o crescimento da metrópole pelas medidas sanitárias que foram sendo tomadas no decorrer dos 90.

A agroindústria processadora ganhou maior espaço na economia do açaí, observando-se, segundo Costa, Andrade e Silva (2006) dificuldades na plena utilização de seu potencial produtivo, decorrente da sazonalidade do açaí e a menor demanda de outras polpas no período da entressafra, os efeitos da flutuação sobre a rentabilidade e a insuficiência dos mecanismos de regulação, ou seja, a falta de governança. Já Santana

(2004), em estudo sobre o desempenho da agroindústria de polpa de frutas no Pará, conclui que as empresas operam com objetivos múltiplos com incrementos em sua capacidade produtiva. E que tal desempenho se deve a flexibilidade de processamento das plantas não se restringindo a determinadas frutas. E essa maior demanda pelo produto implicou, ademais, a importação de frutos de outras regiões do estuário (Amapá) e do estado.

Em realidade os dados de produção do açaí não permitem afirmar que houve um aumento expressivo na escala da extração do açaí durante as décadas de 1990 e até mesmo 2000. Vale sublinhar que a apuração da produção de açaí se restringia até 2015 ao resultado do extrativismo, ou seja, os dados da produção do açaí como cultivo permanente não eram apurados. Essa incorporação tornou ainda mais difícil a análise da produção do fruto do açaí. Isso porque, a produção por meio do cultivo é, no caso do Pará, de 9 a 10 vezes maior que a produção de origem extrativista. Várias dessas dúvidas que surgiram ao longo da revisão da literatura e da realização das entrevistas foram parte da busca das respostas desse trabalho.

Os problemas nos dados da produção do açaí ficam ainda mais evidentes quando se cotejam os dados do Censo Agropecuário de 2017 e as Pesquisas Agropecuárias de 2016 e 2017 relativas as culturas agrícolas e ao extrativismo vegetal, a Pesquisa Agrícola Municipal e Produção (PAM) e a Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), respectivamente. Deve-se alertar que há diferenças entre o período do Censo Agropecuário e das Pesquisas (PAM e PEVS), com o primeiro cobrindo o ano agrícola 2016/17 e as pesquisas, o ano civil. Ademais, o Censo Agropecuário só coleta informações de cultivos permanentes com mais de 50 pés da lavoura. No entanto, as diferenças são muito expressivas para apenas a diferença metodológica entre a PAM, PEV e Censo possam explicar os números encontrados até o momento.

No Gráfico 21 são apresentadas as quantidades produzidas em milhares de toneladas de açaí pelo cultivo permanente e pelo extrativismo no Brasil e no Pará segundo o Censo Agropecuário 2017 e as Pesquisas Agrícolas e do Extrativismo de 2016-17. O uso do valor médio dos anos de 2016-17 tenta reduzir a diferença decorrente do fato do Censo cobrir o ano agrícola 2016-17. Como se pode notar, a produção do açaí cultivado (ou manejado) na média das PAM 2016 e 2017 é de 5,1 vezes maior que a do Censo 2017, para o país, e de 5,4 no caso do Pará. Já em relação as quantidades produzidas por meio do extrativismo, o Censo reporta uma produção nacional 2 vezes maior que a média das PEVSs 2016 e 2017, atingindo quase três vezes no caso do Pará. Vale notar que essas discrepâncias não alteram a diferença significativa da produção total entre as pesquisas e os dados apurados pelo Censo. Qual a produção paraense de açaí nos anos de 2016 e 2017: 639 mil ou 1.651 mil toneladas? Será toda essa diferença decorrente do cultivo de menos de 50 pés no estabelecimento?

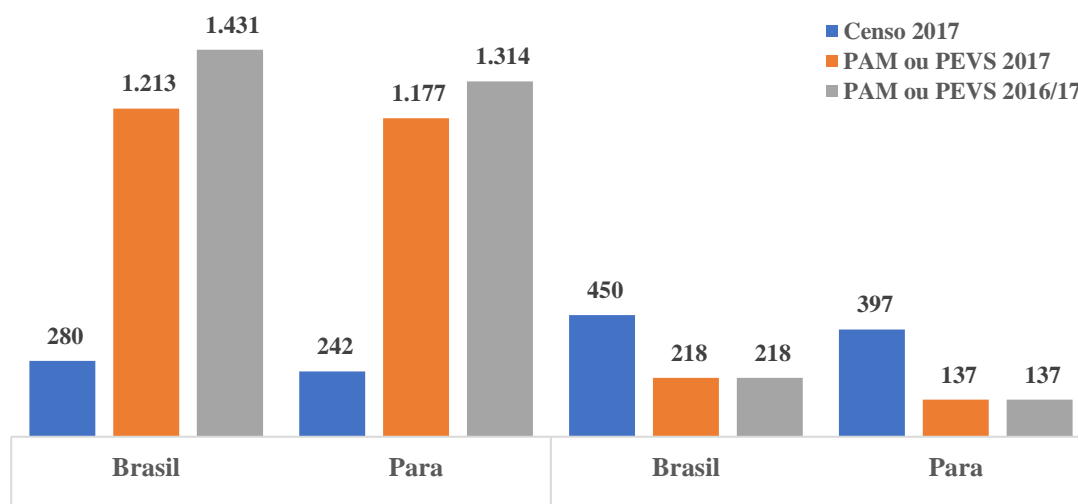


Gráfico 22 – Quantidade produzida de açaí (fruto) como cultivo permanente e atividade extrativista, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a Pesquisa Agrícola Municipal de 2016 e de 2017 e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2016 e de 20

Fonte: Censo Agropecuário 2017; Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) de 2016 e de 2017.

Essa imprecisão parece não se fazer presente para os dados de produção na Região Imediata de Belém. Aqui a produção total segundo o Censo é de 94 mil toneladas, enquanto a média apurada pelas pesquisas de 2016 e 2017 alcança 71 mil toneladas. Como se vê, no caso da região de Belém, o Censo reporta um volume de produção maior. Essa disparidade demonstra a necessidade de um esforço em aprimorar os instrumentos de coleta de dados sobre a produção do açaí, haja vista o incremento de sua importância para a economia da região.

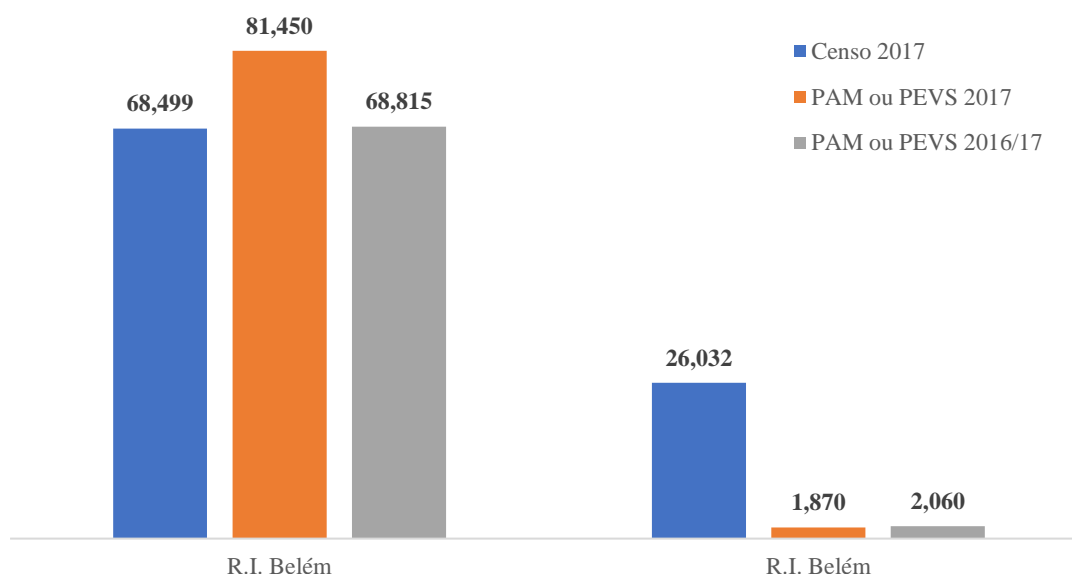


Gráfico 23 – Quantidade produzida de açaí (fruto) como cultivo permanente e atividade extrativista, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a Pesquisa Agrícola Municipal de 2016 e de 2017 e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2016 e de 20

Fonte: Censo Agropecuário 2017; Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) de 2016 e de 2017.

O IBGE apresenta estimativas da quantidade produzida de açaí por meio do extrativismo nos municípios brasileiros desde 1990, sendo apresentados os dados da evolução da quantidade extraída do fruto do açaí no Brasil, no Pará e na Microrregião Homogênea de Belém no Gráfico 20. De imediato, chama a atenção o salto na produção brasileira entre 2010 e 2011, com um aumento de 73%, enquanto a quantidade extraída no Pará e na Microrregião de Belém permaneceu estável. Ou seja, assiste-se a um crescimento inusitado na produção nacional. Não parece crível que seja efetivo esse crescimento, com maior probabilidade de ser decorrente de melhora na captação dessa atividade e produção. Sabe-se que a maior parte desse aumento é tributário do comportamento do Amazonas⁷, devendo-se avaliar se isso decorre de uma melhora nos procedimentos de estimação ou de uma maior preocupação em apurar essa produção, notadamente nesse estado.

Pode-se inferir que esse conjunto de problemas nas mensurações da atividade da extração e cultivo do açaí decorram justamente de seu surgimento como alimento de qualidade e com potencial comercial para além das fronteiras do estado. Além da

⁷ A quantidade de açaí extrativista produzida na região amazonense saltou de 3.256 toneladas, em 2010, para 89.480 toneladas, em 2011. Após esse salto foi paulatinamente se reduzindo até 43.733 toneladas, em 2020.

mudança de patamar na produção nacional advinda do extrativismo, das diferenças entre os dados censitários e das pesquisas anuais e da apuração da produção como cultivo permanente, outros sinais mostram, também, movimentos de adaptação das estatísticas ao protagonismo do açaí nos anos 2000. Entre os quais, a individualização do suco/polpa de açaí na nomenclatura de produtos (NCM) e a inclusão efetiva da produção extrativista ou como cultivo do açaí na Política de Preços Mínimos em 2008⁸ e o consequente acompanhamento dos preços pagos aos produtores.

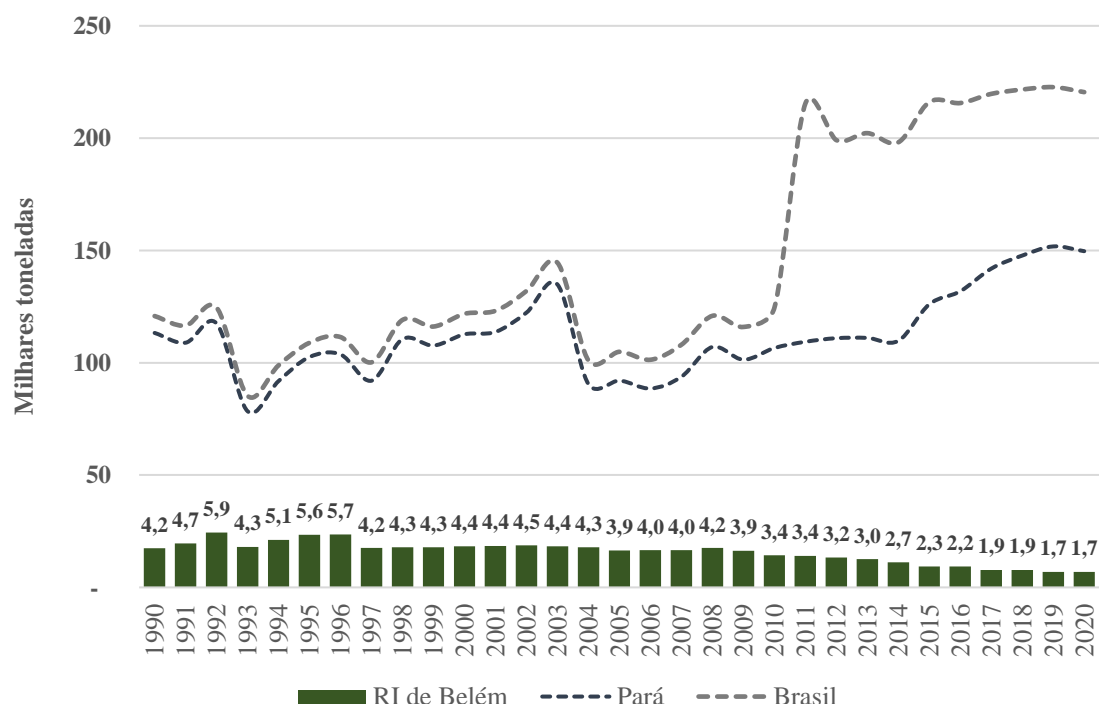


Gráfico 24 – Evolução da quantidade produzida de açaí por meio do extrativismo. Brasil, Pará e Região Imediata de Belém, 1990-2020.

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), IBGE.

É evidente a estabilidade da produção extrativista do açaí no Brasil e no Pará na década de 1990, com a quantidade situando-se em torno de 120 mil toneladas e o Pará respondendo pela quase totalidade (95%) da produção. Após um descenso na produção paraense (logo, nacional) entre 2004-07, quando ficou abaixo de 100 mil toneladas, assiste-se a uma recuperação para o patamar de 120 mil toneladas em 2015. Entre 2015-20, o volume extraído de açaí no Pará cresceu ao redor de 30 mil toneladas ou cerca de 20 %. No caso do país, a avaliação é prejudicada pelo salto entre 2010-11, com a produção mostrando-se estável entre 2011-20 em patamar de 220 mil toneladas.

⁸ A inclusão do açaí na PGPM se deveu a flutuação de preços e para a proteção da renda dos extrativistas com as oscilações de mercado, notadamente na safra. Concretamente, foi na safra 2009/2010 que a política alcançou o produto. (Nogueira *et al.*, 2013)

Já a evolução da produção extrativista de açaí na região imediata de Belém mostra-se diversa da observada no estado como um todo. Nos primeiros anos da década de 1990, a quantidade produzida cresceu, ainda que de forma errática, 50%, retomando ao patamar anterior de 4 mil toneladas no restante da década se estando até o final dos anos 2000. A partir de então, ou seja, entre 2009-20 o volume extraído de açaí na região de Belém diminui em quase 60%, estando abaixo das 2 mil toneladas nos últimos quatro anos da série.

No Gráfico 21 é apresentada a evolução da produção extrativista do açaí em termos de valor bruto da produção, exibindo, em alguma medida, comportamento semelhante ao apurado na análise em termos físicos. Verifica-se que a distância entre a produção nacional e a paraense que, no caso das quantidades, se alarga muito entre 2010-11, reduzindo-se suavemente no restante do período, apresenta evolução diversa no caso do VBP. Como se pode notar, o descolamento é menor e não há um claro movimento de redução no restante do período.

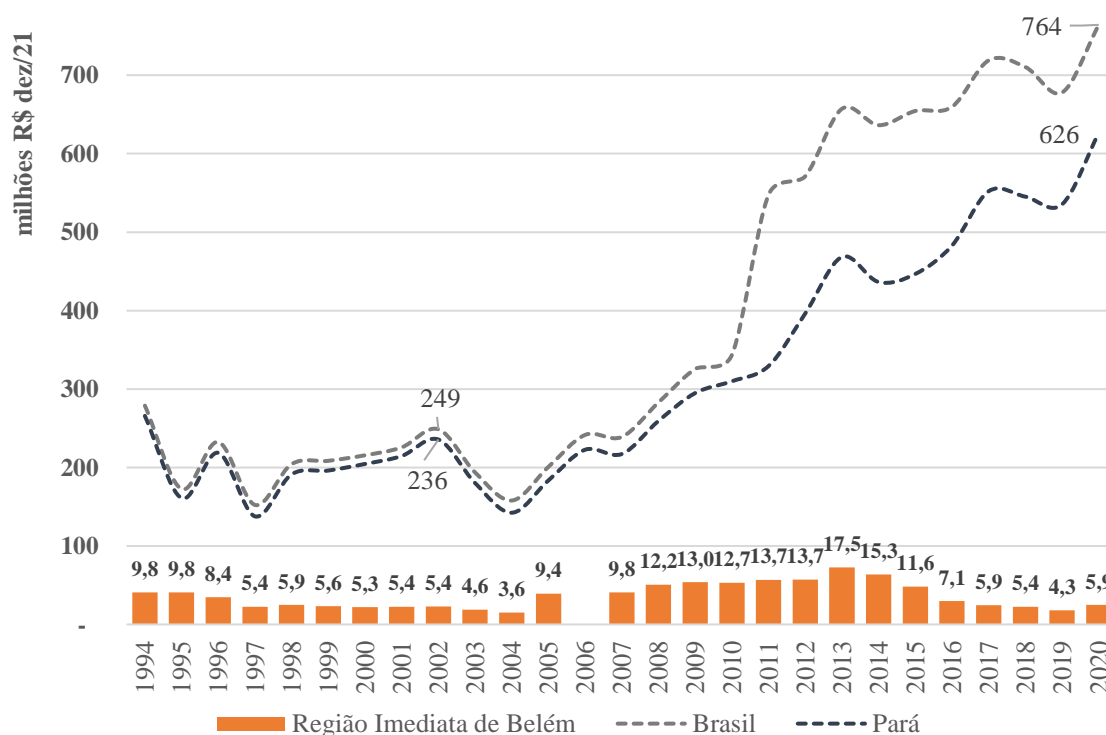


Gráfico 25 – Evolução do valor bruto da produção (VBP) de açaí por meio do extrativismo. Brasil, Pará e Região Imediata de Belém, 1990-2020⁹.

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), IBGE.

Nota: deflacionado pelo IPCA.

⁹ O dado relativo à 2006 na Região Imediata é muito discrepante, sendo, assim, descartado.

A evolução do VBP da extração de açaí para a região de Belém mostra que o comportamento dos preços nos primeiros anos da década de 2010 implica um crescimento do VBP distinto do que se observa em termos de volumes físicos. Conclui-se, assim, que os preços tiveram um comportamento altista nesse período, justamente, como se apontou, quando o produto tem seu novo papel consolidado – a fruta exótica que ganha o “mundo” pelas suas excelentes características nutricionais e sua vinculação com o passado indígena e a sustentabilidade ambiental.

A produção de açaí por meio do cultivo começou a ser apurada, como dito, a partir de 2015. Assim sendo, decidiu-se apresentar a evolução da produção total de açaí, discriminando se extraído ou cultivado e pela localização – Região de Belém, outras regiões do Pará e outros estados da Federação. O Gráfico 22 apresenta essas informações, ficando patente o predomínio da produção com cultivo nas outras regiões do Pará; efetivamente mais de 80% da produção nacional provem do cultivo no Pará, com o cultivo na região de Belém respondendo por cerca de 5%. Os restantes 20% são provenientes da produção extrativista nas outras regiões do Pará e do extrativismo no restante do país. Vale observar que vem crescendo a produção oriunda de cultivos permanentes em outros estados brasileiros.

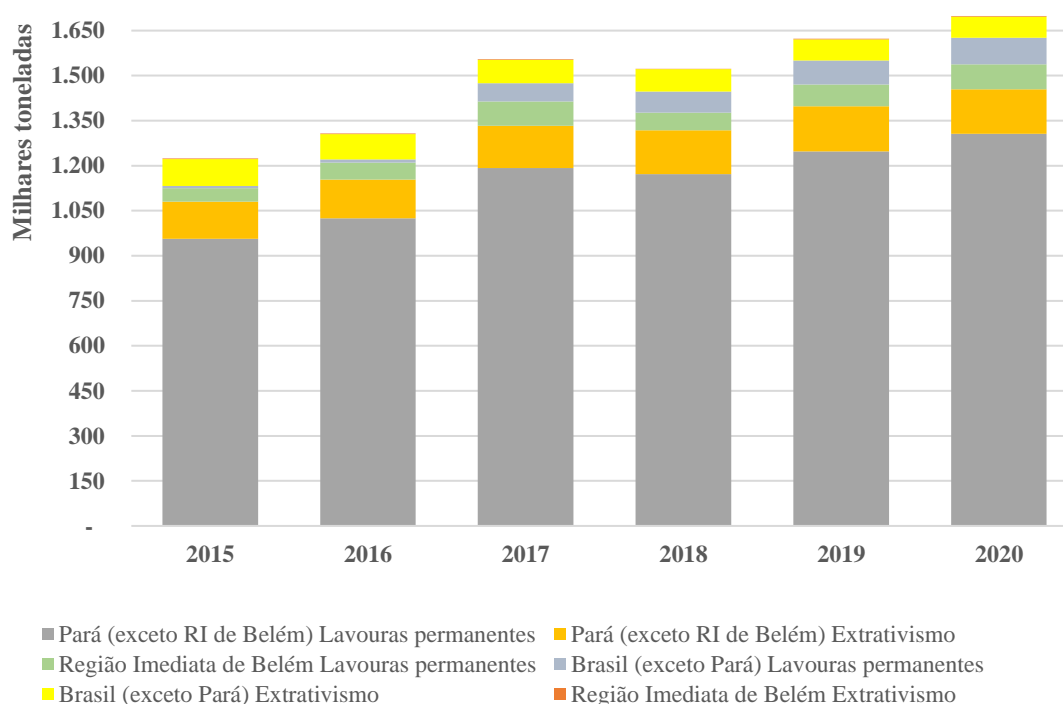


Gráfico 26 – Evolução da quantidade total produzida de açaí, segundo tipo de produção e áreas. Brasil, 2015-20

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

O desempenho da quantidade produzida de açaí entre 2015-2020 mostra um crescimento relativamente expressivo, com um incremento de mais de 470 mil toneladas, o que em

termos percentuais implica um crescimento de quase 40%. Destaca-se o crescimento da produção do cultivo no restante do Brasil, na Região Imediata de Belém e nas outras regiões do Estado. Ou seja, o crescimento na quantidade produzida de açaí se deve ao incremento de sua produção pelo cultivo permanente.

No Gráfico 23 é apresentada a evolução em termos de VBP, com a mesma discriminação apresentada no volume físico produzido. Como se pode notar, a importância relativa dos diferentes subconjuntos se preserva, chamando a atenção que, em termos de VBP, os cultivos mostram-se mais valorados que o montante resultado do extrativismo. Ademais, como se nota, o comportamento dos preços, considerando a inflação, teve um comportamento baixista no período 2016-19, menos expressivo em 2017.

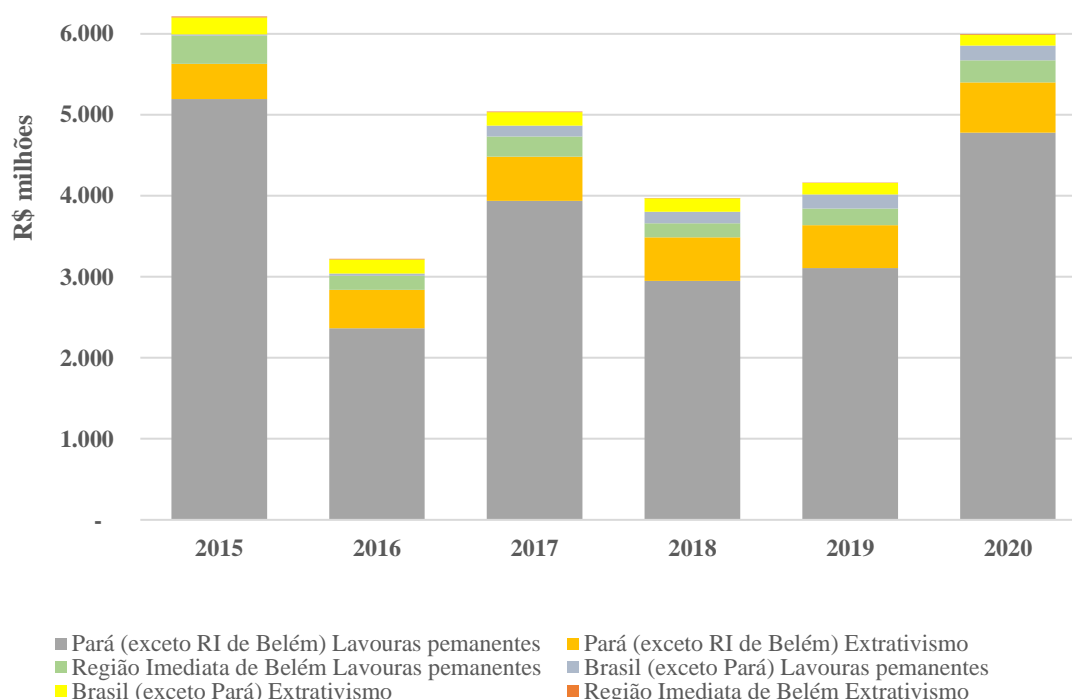


Gráfico 27 – Evolução do VBP total de açaí, segundo tipo de produção e áreas. Brasil, 2015-20.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

Nota: deflacionado pelo IPCA.

A controvérsia sobre a produção de açaí e os diferentes números reportados por diferentes trabalhos, inclusive do próprio IBGE se acentuam quando comparados aos dados de consumo observados na Pesquisa de Orçamento Familiar de 2017-18. Nas entrevistas realizadas existem vários pontos de vista acerca dessa discrepância, bem como dos destinos do açaí produzido no Estado e a potencialidade do cultivo. No caso, a forma como se analisa os dados e suas diferenças implica “apostas” diversas sobre

a potencialidade do açaí. Os céticos, que creem que as potencialidades existem, sendo limitadas, e estando ligadas à conversão da produção em comercial/domesticada. E que sua potencialidade requer o crescimento da produção e do consumo de outras frutas amazônicas. Sobre a disparidade dos números, apontam que a produção estimada na PPM para o cultivo permanente do açaí parece sobrestimada em razão do rendimento físico de 7 toneladas por hectare.

Existe, por outro lado, vários estudiosos – entre os quais Nobre (2019) e Silva (2021) – que acreditam na potencialidade do açaí e sustentam que sua produção se encontra nesse patamar – 1.700 mil toneladas/ano – e que resulta da melhora no manejo, a tornando a exploração do açaí em atividade de cultivo, e da ampliação da produção em terras firmes, com rendimento físico de 10 toneladas/ha.

Decidiu-se realizar então o cotejamento entre o chamado consumo aparente, qual seja, a estimativa de consumo com base na produção, considerando o processo de transformação de fruto em suco de polpa e o percentual destinado a Região Metropolitana de Belém e ao Pará. Estima-se que as 1,7 milhões de toneladas produzidas no Pará processadas resultem em 720 mil toneladas de suco de polpa, ou seja, uma taxa de processamento/aproveitamento de 40%. Considerando que 60% destinam-se aos 8 milhões de paraenses chega-se a um consumo mensal per capita 4,5 kg.

Os dados da POF 2017-18 mostram que a quantidade adquirida para o consumo em casa de açaí foi de 1,33 kg mensais per capita no estado do Pará. Se realizada a conta inversa isso significa que a produção de açaí deveria ser da ordem de 300 mil toneladas, ou seja, 6 vezes menor do que a produção apurada pelas pesquisas de produção agrícola e extrativista do IBGE. Verdade que o consumo de açaí fora de casa não é reportado, uma vez que os tipos de aquisições para alimentação fora de casa são em verdade os tipos de refeição e não as suas composições.

Já caso da Região Metropolitana de Belém, que possui cerca de um quarto da população do estado, o consumo aparente apurado por meio das pesquisas de produção é de 72 kg anuais per capita, ou seja, uma média mensal de 6 kg por pessoa, o que é seis vezes maior do que a quantidade adquirida para a alimentação em casa capturado pela POF.

Para se ter uma ideia da discrepância dos números cotejamos com o consumo de leite estimado pela FAO, que emprega a abordagem do consumo aparente. Caso a produção e o consumo aparente de açaí alcancem os valores estimados pelas pesquisas de produção do IBGE (PAM e PEVS) isso significa que o consumo mensal de leite é similar ao de açaí.

Tabela 25 – Estimativa de consumo aparente de açaí e da produção, como base no consumo domiciliar para o Pará e a Região Metropolitana de Belém. Brasil, 2017-18 e 2020.

Fontes: IBGE (PAM, PEVS, POF) para o açaí; e FAO para o leite.

Indicador	Consumo aparente, pela produção PAM e PEVS	Produção, pelo consumo POF	
		Pará	RM de Belém
Açaí: produção e consumo aparente			
Produção (milhões de t)	1,80	0,53	0,30
Polpa (milhões de kg)	0,72	0,21	0,12
60% Pará	0,43	0,13	
Consumo (kg per capita por ano)	54,00	15,96	
Consumo (kg per capita por mês)	4,50	1,33	
25% Belém	0,18		0,03
Consumo (kg per capita por ano)	72,00		11,83
Consumo (kg per capita por mês)	6,00		0,99
Consumo de leite			
Brasil			
Consumo (milhões de l)	14.784,00		
Consumo (l per capita por ano)	73,92		
Consumo (l per capita por mês)	6,16		

A evolução dos preços pagos ao produtor paraense de açaí, entre 2014 e 2021, que se encontra no Gráfico 24, mostra, de um lado, o caráter sazonal dos preços decorrente da presença de períodos de safra e entressafra. Como se pode notar, o aumento dos preços é observado entre os meses de fevereiro e julho, justamente na entressafra do produto. De outro lado, observa-se um crescimento dos preços, considerando a média móvel de 12 meses dos preços deflacionados, ou seja, dessazonalizando a série, de 21,4% ou termos absolutos de R\$ 0,60. Esse crescimento se concentra no período mais recente, isto é, entre maio de 2018 e meados do ano passado. E, como se pode notar, de fato os preços encontravam-se em patamares inferiores entre 2015 e 2018, o que, como visto, se refletiu em queda no VBP a despeito do crescimento na quantidade produzida.

No entanto, não há elementos para afirmar que o comportamento dos preços está relacionado à insuficiência da oferta frente à uma demanda aquecida, haja visto que o período recente é marcado por tendência altista da maioria dos produtos agropecuários. E, como se verificou na seção 4, o comportamento do IPCA da polpa do açaí nos últimos

15 anos não difere do índice da alimentação e bebidas geral, tendo, inclusive, tendência altista menos pronunciada.

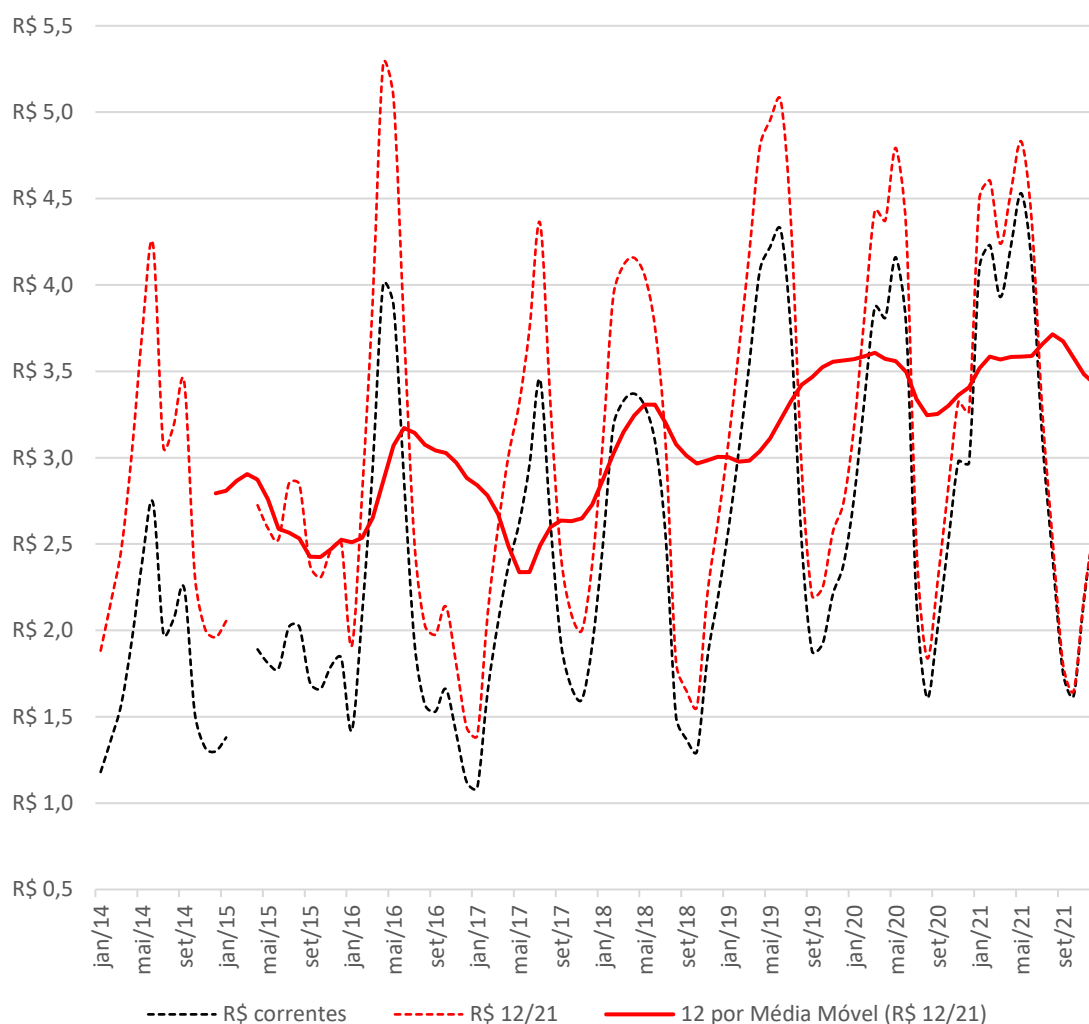


Gráfico 28 – Evolução dos preços pagos ao produtor paraense pelo kg do fruto do açaí, jan. 2014 a dez. 2021. Preços nominais, em R\$ de dez. 2021 e média móvel de 12 meses dos preços deflacionados.

Fonte: INPCA na RM de Belém, IBGE.

c. Pescado

Importância e simbolismo

A atividade pesqueira é muito importante para a cidade de Belém. A construção da cidade ocorreu em função da sua localização privilegiada como porta de entrada para a Amazônia. Por estar situada em uma região estuarina ampla, a relação histórica da cidade se estruturou a partir das redes fluviais e marítimas. A atividade é muito importante para o município sob vários aspectos: histórica, cultural, social e geográfica (Da Silva, 2016). A complexidade do mercado de pescado no município fica evidenciada pela passagem:

“é possível perceber nas antigas e novas formas de uso do espaço do Mercado de Carne e do Mercado de Peixe, na variedade de produtos regionais que transbordam sobre a Avenida Boulevard Castilhos França, imprimindo-lhe suas cores, cheiros, sabores e sons, na manutenção do encontro — nas madrugadas — entre o ribeirão e o urbano na Feira do Açaí e na Pedra do Peixe, que por sua vez, demonstrando vitalidade, resiste contra tentativas de sua extinção como entreposto pesqueiro secular (Da Silva, Pag. 14).”

A história, a etnografia, a complexidade do mercado, das suas relações sociais, das suas redes e teias, e da relação que estabelece com o restante da malha urbana são importantes sob vários aspectos para a compreensão do sistema alimentar de Belém. Juntamente com o açaí e a farinha, o peixe configura um dos pilares fundamentais em termos culturais e sociais na alimentação belenense. Essa importância já foi destacada na seção quatro, com 5,6% do gasto domiciliar alimentar na Região Metropolitana de Belém sendo despendido com pescados frescos contra apenas 1,6% na média nacional, revelando a importância deste item na cesta alimentar do belenense — POF 2017-18, IBGE¹⁰.

Apesar da ausência de informações estatísticas sobre o volume de pescado que sai dos mercados de Belém e da região do entorno, é reconhecida a importância do comércio do pescado da cidade tanto para o abastecimento local quanto intrarregional brasileiro. A análise e interpretação dessa dinâmica acontece por duas versões complementares: de um lado uma análise qualitativa das entrevistas realizadas, de outro as informações do Departamento de Feiras, que disponibilizou um conjunto bastante extenso de dados sobre o comércio de pescado na cidade — o volume (kg) comercializado mensal por tipo de pescado, segundo o local de desembarque do pescado (portos) e o preço médio mensal do pescado vendido nos portos por tipo de pescado entre 2015-21.

A produção e pesca serão analisadas apenas parcialmente, procurando apontar como está organizada e estruturada a rede e seus principais fluxos. A ausência de dados dificulta a contabilização do número de pessoas e barcos envolvidos com a atividade. A sua análise também pode ser justificada pelo fato de que a captura do pescado não ocorre no município e sim em um território amplo que dificulta e foge do objeto principal.

¹⁰ Ver a Seção 4.

Aspectos legais

A Lei Federal de nº 11.959 de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A lei define em seu inciso III do Artigo 2º, como sendo pesca, “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”; no seu Artigo 8º, classifica a pesca como: “comercial e não comercial”.

A pesca comercial pode ser dividida em dois tipos:

- A.** Pesca artesanal – caracterizada, segundo a lei, “quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.
- B.** Pesca industrial, caracterizada como tal “quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

Do ponto de vista do porte, as embarcações são classificadas pela legislação pesqueira no seu Art. 10 § 1º, incisos I a III como: “I – de pequeno porte: quando possui arqueação bruta – AB igual ou menor que 20 (vinte); II – de médio porte: quando possui arqueação bruta – AB maior que 20 (vinte) e menor que 100 (cem); III – de grande porte: quando possui arqueação bruta – AB igual ou maior que 100 (cem).” De acordo com a Organização Marítima Internacional que regula o setor e mais especificamente a Convenção Internacional sobre Capacidade e Tonelagem dos Barcos, datada de 1969 e que entrou em vigor a partir de 1982 para novos barcos e em 1994 para os barcos fabricados antes desta data (UN, 1969). A tonelagem bruta é obtida por meio da soma de os volumes encobertos de uma embarcação – incluindo aqui áreas de cozinha e dormitório por exemplo; a tonelagem líquida é calculada apenas considerando o volume destinado à carga. A capacidade líquida de carga nunca deve ser menor do que 30% da tonelagem bruta.

Para efeitos de legislação é a capacidade de carga dos barcos/navios que define sua atracação e uso em determinados portos. Da Silva (2016) analisando o porto observa que a maioria das embarcações pesqueiras que atraca é de médio e grande porte, portanto estariam em desconformidade com a Lei nº 11959 de 2009 na medida em que a pesca artesanal deveria utilizar apenas embarcações de pequeno porte. O autor

observa, no entanto, que não há qualquer impedimento por parte dos órgãos e autoridades marítimas, nesse quesito, em relação às embarcações regionais.

Do ponto de vista da regulação municipal o Departamento de Feiras e Mercados realiza uma fiscalização mais intensa durante alguns períodos do ano, notadamente próximo a datas comemorativas como a Páscoa, o Círio de Nazaré, Aniversário da Cidade, Natal e Ano Novo quando a demanda de pescado tende a se elevar. Nestas datas o controle de saída de pescado é bem mais intenso.

Organização e estrutura social das redes de comércio de pescado

A produção de pescado pode ser de forma muito simples dividida em duas grandes etapas: uma ligada ao planejamento e execução da pesca até a atracagem do barco no porto para desembarque, e outra que se inicia no momento do desembarque. A primeira diz respeito às atividades produtivas e ligadas ao planejamento e captura do pescado e a segunda diz respeito a cadeia de comercialização. A Figura 3 procura sintetizar essas etapas.



Figura 2 - Fluxograma da pesca (do planejamento à venda para o consumidor final).

Fonte: Adaptado de Da Silva (2016).

Do ponto de vista da atividade da pesca é importante compreender como se dá a organização interna das inúmeras atividades realizadas durante a pesca, e por consequência sua remuneração, de forma a melhor compreender a dinâmica da atividade. De acordo com Da Silva (2016, p. 175) os tripulantes dependem do quanto foi apurado na venda do pescado:

“do valor apurado são retirados 6% (do valor bruto) para remunerar o balanceiro e do percentual de 94% bruto restante, é retirado a metade para pagar os tripulantes parceiros no pescado e a outra metade vai para as despesas de manutenção da embarcação, compra de peças, materiais, equipamentos, insumos; enfim, despesas com a viagem (muitas das vezes a que se encerrou e parte ou totalidade da próxima)”

Quando a despesa com o barco e viagem são menores do que 50% do valor que resta, após o pagamento do balanceiro, é sinal de lucro para o proprietário. Todavia se a despesa for maior que esses 50% aí o proprietário precisa arcar com o prejuízo. Em geral se paga a tripulação, encarregado e balanceiro e os demais custos ficam por conta do proprietário.

A delimitação das categorias envolvidas na rede de circulação do pescado é importante para a compreensão dessa dinâmica em termos locais/regionais, de acordo com Da Silva (2016), assim:

- **“Barqueiros ou geleiros são proprietários de embarcações que capturam e trazem o pescado à Pedra.**
- **Tripulantes são os trabalhadores que atuam nas embarcações que realizam a pesca, é como se auto identificam para diferenciarem de outros pescadores que utilizam anzol, “os anzoleiros”. São tripulantes, também, o maquinista ou motorista, o gelador – responsável por conservar o pescado nas urnas que ficam no porão das embarcações – existe o cozinheiro e o encarregado ou comandante.**
- **Viradores são profissionais que recebem o pescado do barco levando-os até às balanças, onde viram na caixa do carregador.**
- **Carregadores são os profissionais que carregam as caixas com capacidade para até 100 quilos de pescado, até os carros de carroto.**
- **Balanceiros são os comerciantes que intermediam a venda do pescado do barco aos compradores.**
- **Compradores são os sujeitos que comprem o pescado, por atacado, dos balanceiros na Pedra” (pag. 20).**

Para além dessas categorias diretamente envolvidas na atividade, se desenvolvem várias outras atividades econômicas de serviço e complementares ao comércio de pescado, é o caso dos carregadores e prestadores de serviço que acondicionam a mercadoria nas embalagens de transporte, dos vendedores de gelo, vendedores de sacolas e outras embalagens. Ademais, existe todo um comércio de venda de alimentos que passa a funcionar e atender a população de compradores, vendedores, consumidores etc. que aí vem para adquirir produtos.

Também, ao final do horário da comercialização do pescado é o momento em que parte do comércio local abre suas portas para realizar a venda de outros produtos voltados para o abastecimento das embarcações e moradores das ilhas.

Estrutura produtiva

Do ponto de vista da estrutura produtiva existem poucas informações organizadas a respeito à estrutura de pesca em Belém. Apresentamos as informações do Sindicato da Indústria da Pesca do Estado do Pará, que informa existirem 27 empresas associadas e com diferentes atividades: captura, processamento, captura e processamento e apenas comercialização de pescados. Destas, 22 estavam localizadas na Região Metropolitana, sendo a grande maioria localizadas no Município.

Segundo os registros do Serviços de Inspeção Federal estão registrados no Pará 24 frigoríficos voltados para o processamento de pescados, dos quais a maior parcela encontra-se localizada no Município de Belém.

Quadro 4 – Perfil da indústria pesqueira do Pará.

Fonte: Elaboração própria com base no cadastro do Serviço de Inspeção Federal e do Sindicato da Indústria da Pesca do Estado do Pará.

Município	Captura	Processamento	Captura e processamento	Comercialização	Frigoríficos SIF
Belém	18	1	1	1	14
Ananindeua	1				1
Abaetetuba	1				
Vigia			2		2
Óbidos					2
Altamira					
São João de Pirabas					1
Salvaterra					1
Bragança		2			3
Total	20	3	3	1	24

Os dados do comércio de pescado

O comércio do pescado em Belém teve início ainda no período colonial e do próprio povoamento se desenvolvendo na região do Mercado Ver-o-Peso. Posteriormente foi estrutura da a Pedra do Peixe ou simplesmente Pedra (DA SILVA, 2016). O pescado chega na Pedra do Peixe e é redistribuído para outros mercados locais que revendem o pescado para o consumidor final, para fora do estado do Pará e grandes redes de supermercado. As informações disponíveis abarcam apenas aos mercados e feiras onde ocorre a venda de pescado sob controle do Departamento de Feiras e Mercados. Assim, estamos olhando apenas para uma parcela diminuta da produção.

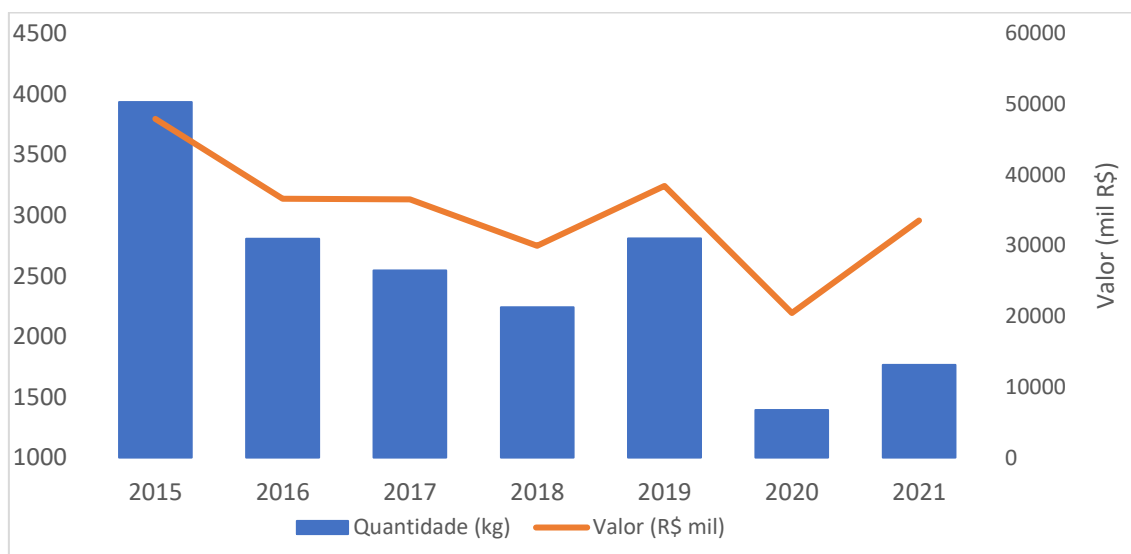


Gráfico 29 - Evolução do comércio de pescado em Belém: quantidade (kg mil) e volume monetário (R\$ mil correntes).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SigSecon, DFMP, 2022.

O comércio de pescado em 2021 esteve presente em 12 mercados e feiras de Belém, mostrando uma maior concentração principalmente nos mercados em detrimento das feiras, que no ano de 2021 possuíam 145 permissionários nos mercados contra apenas 18 localizados nas feiras. Em termos de equipamentos a diferença também é significativa, sendo de 227 equipamentos localizados nos mercados contra apenas 21 equipamentos presentes nas feiras.

Em termos de tipo de pescado de um total de 42 tipos diferentes de pescado para os quais são apresentados dados relativos à comercialização e preços, há uma concentração em oito tipos que se sobressaem, com destaque para a dourada que responde por quase 25% do peixe comercializado. A maior parte do pescado é proveniente de água doce, mas há presença de peixes de água salobra.

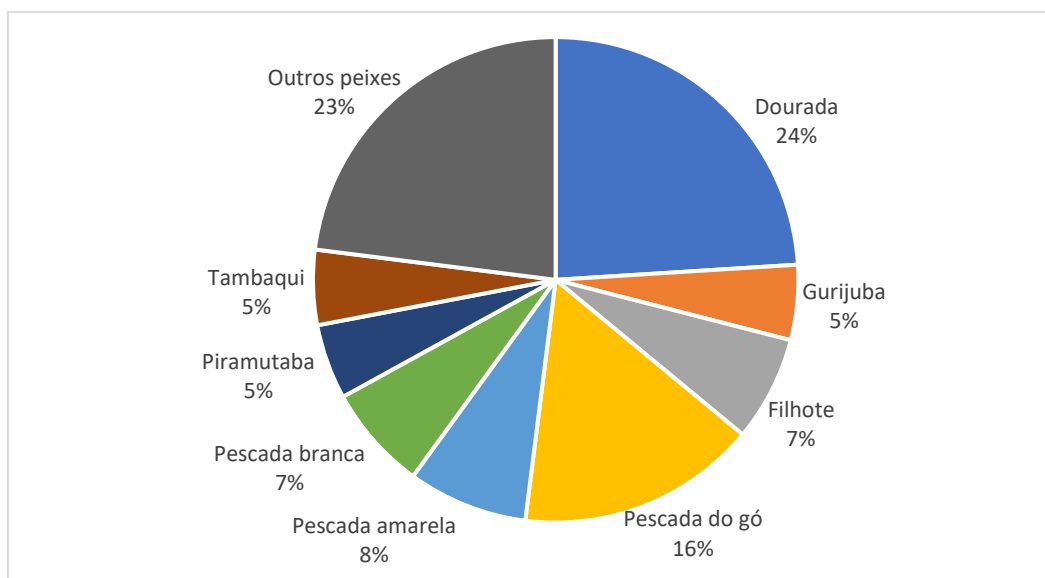


Gráfico 30 – Participação percentual dos principais peixes comercializados, por quantidade, nas feiras e nos mercados. Belém, 2021.

Fonte: Elaboração própria com base dos dados do Sig Secon, DFMP, 2022.

Abaixo, a evolução temporal da comercialização dos principais peixes mês a mês de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. Os dados revelam a sazonalidade da pesca de alguns peixes. Observa-se a queda na oferta em alguns meses, característico das mudanças climáticas, de maré e das restrições ligadas ao defeso.

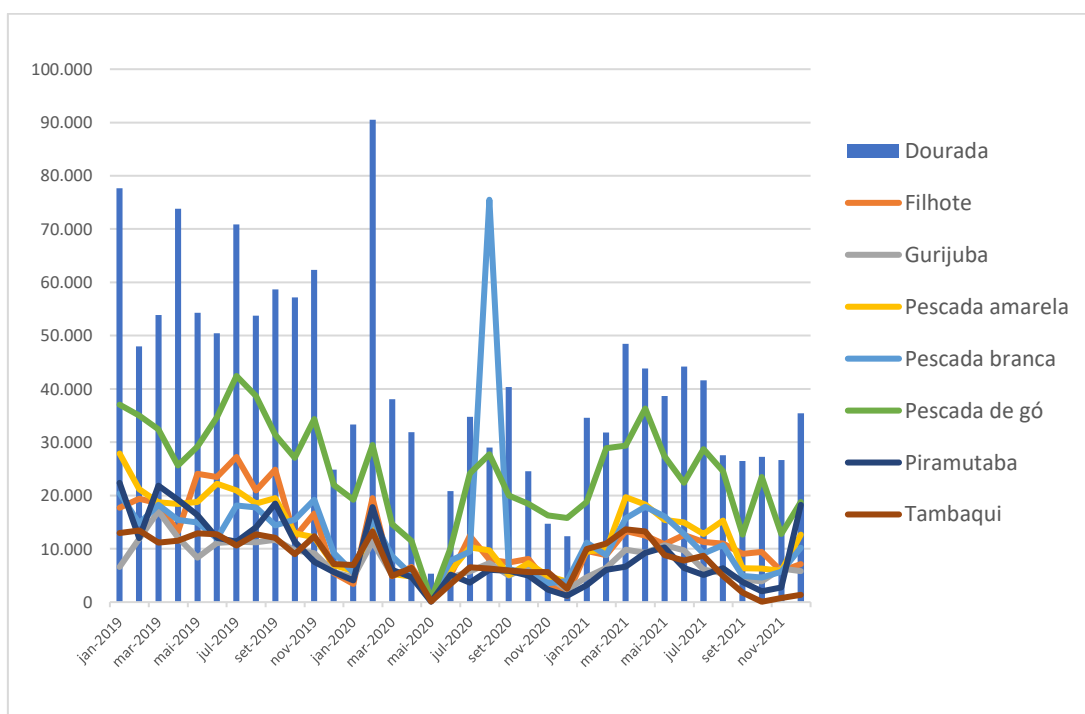


Gráfico 31 – Evolução mensal do comércio dos principais pescados. Belém, 2019-21 (em kg mil).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sigsecon, DFMP, 2022.

II. INDÚSTRIA¹¹

A indústria ligada à transformação primária e ao processamento de produtos alimentares em Belém e na Região Metropolitana de Belém possuía, em 2020, 205 e 338 estabelecimentos, respectivamente. Isso corresponde a 20% e 32% da produção do setor no Estado do Pará.

Em termos de emprego, a indústria de acordo com os dados da RAIS, a cidade de Belém tinha em 2020 5,1 mil empregos no setor, o que corresponde a 15% do emprego do setor no estado do Pará. A Região Metropolitana de Belém, na mesma data tinha 9,8 mil empregos na indústria de alimentos e bebidas, o que representava 28% do emprego do estado do Pará.

¹¹ Na ausência de dados fiscais é comum a utilização de dados de emprego e dos estabelecimentos da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério da Economia.

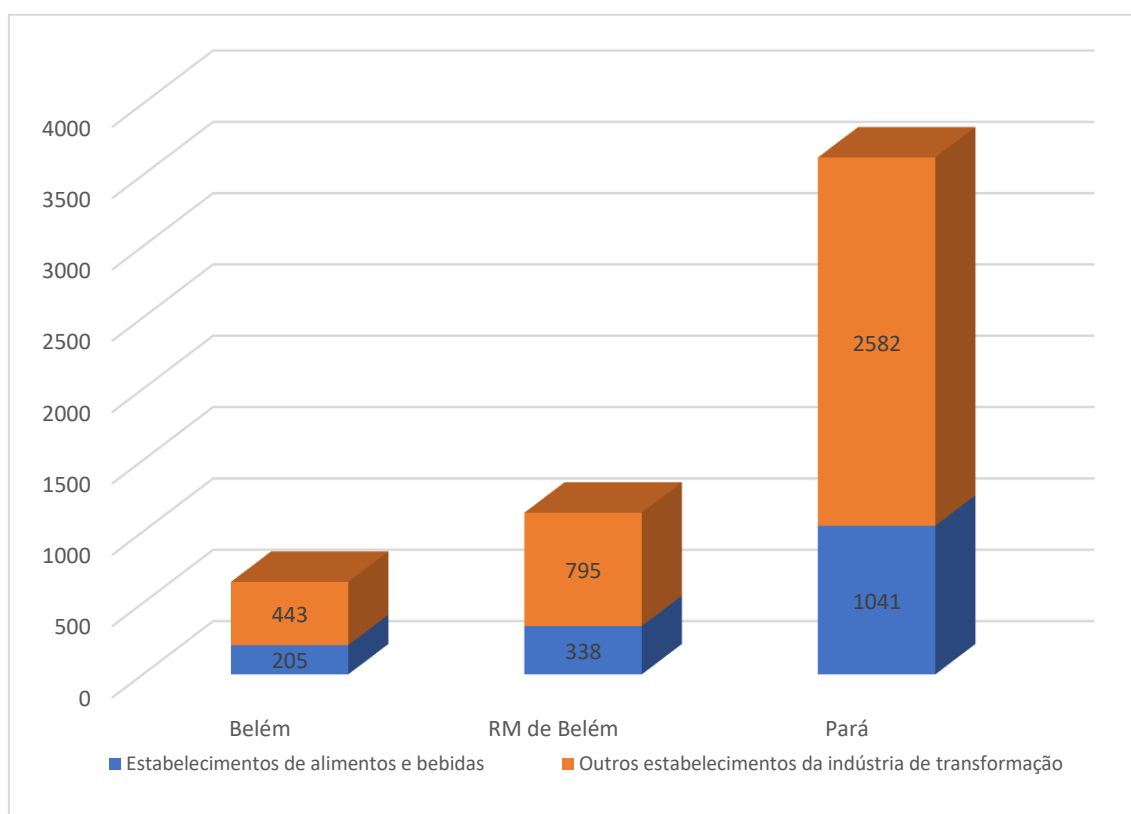


Gráfico 32 - Número de estabelecimentos na indústria de transformação, segundo tipologia. Belém, Região Metropolitana e Pará, 2020.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), IBGE, 2020.

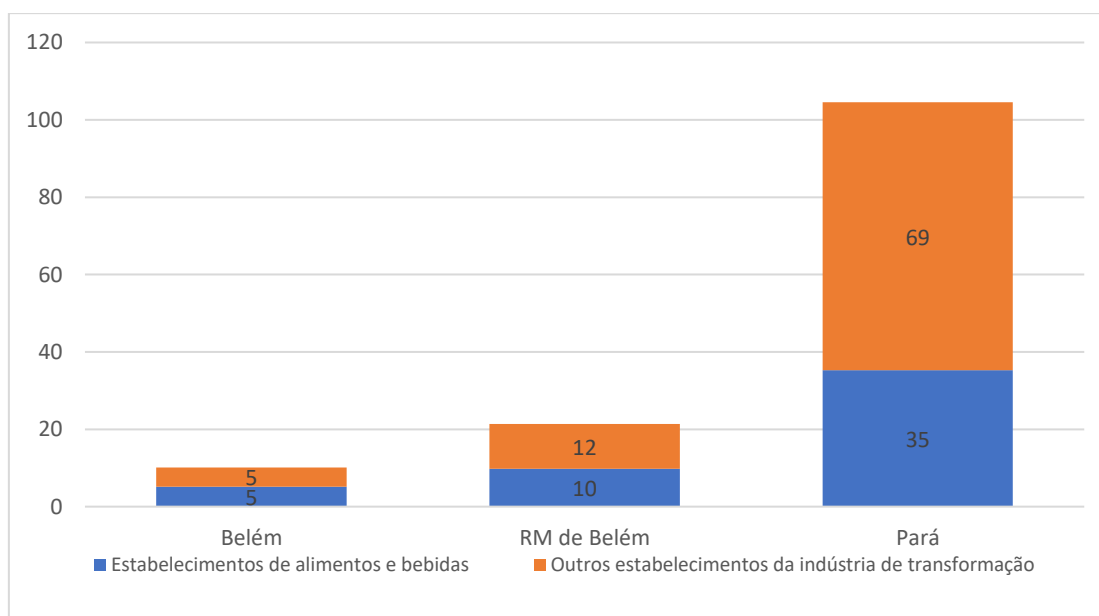


Gráfico 33 - Empregos na indústria de transformação, segundo tipologia. Belém, Região Metropolitana e Pará, 2020.

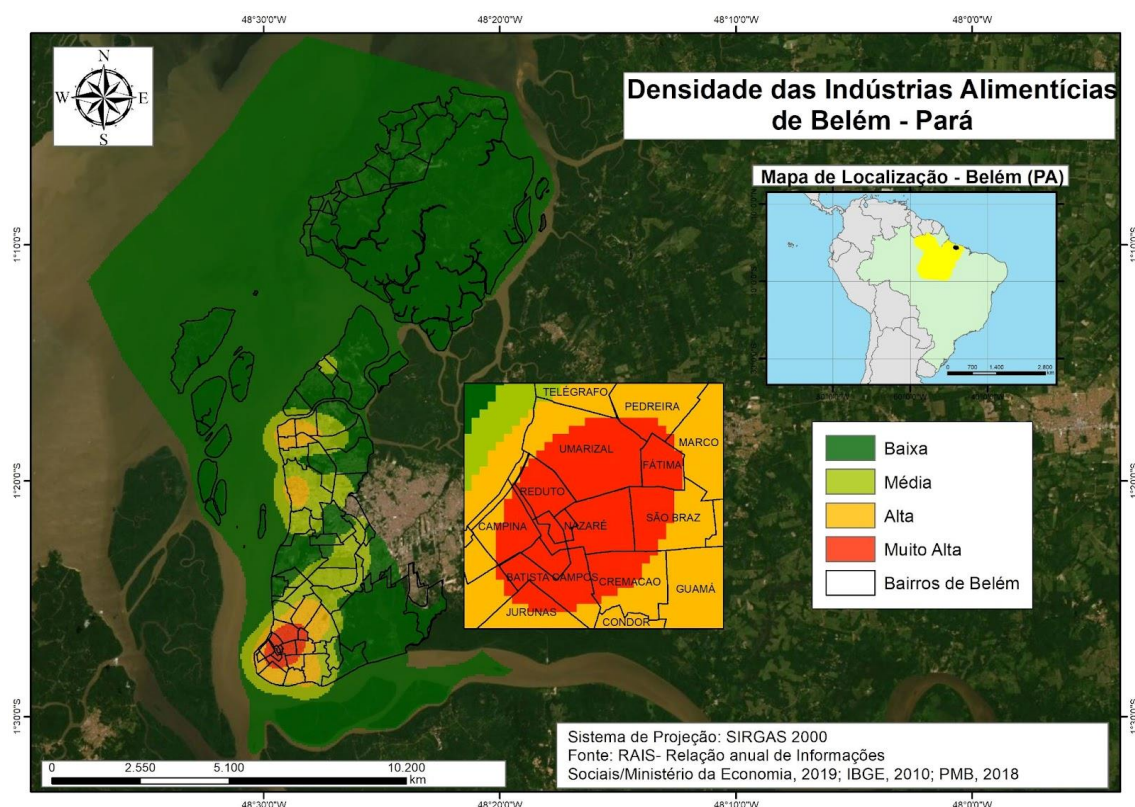
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), IBGE, 2020.

A indústria de transformação possui pequena relevância no Município de Belém, abarcando cerca de 10 mil empregos de um total de 400 mil empregos segundo os dados da RAIS. No caso da indústria de alimentos e bebidas, ela responde por cerca de 5 mil empregos o que corresponde a pouco mais de 1% do emprego total e 50% do emprego na indústria de transformação.

Na Região Metropolitana se observa um quadro semelhante, com pequena participação da indústria de transformação no emprego total, a indústria de alimentos e bebidas responde por cerca de 45% do emprego da indústria de transformação.

Quando se analisa o emprego da indústria de alimentos e bebidas, observa-se claramente que a maior parte do emprego está fora da Região Metropolitana de Belém. Isso pode ser explicado principalmente pela presença de grandes frigoríficos nas regiões do sudoeste do Pará e do processamento em outras regiões do estado.

Em relação ao número de estabelecimentos há um maior equilíbrio relativo e uma participação semelhante dos estabelecimentos da indústria de alimentos e bebidas em relação a indústria de transformação como um todo. Cerca de um terço da indústria de transformação é do ramo alimentício e de bebidas.



Mapa 5 – Densidade das indústrias alimentícias de Belém

Fonte: Elaboração própria, com dados da Relação Anual de Informações Sociais, Ministério da Economia, 2019.

Uma característica importante dos estabelecimentos do ramo de alimentos e bebidas da indústria presentes na cidade de Belém é o fato de que são muito pequenos, inclusive com 11% dos 205 estabelecimentos informando não possuírem nenhum empregado. O total de estabelecimentos com menos de 20 pessoas empregadas representa 70% do total de estabelecimentos da indústria de alimentos e bebidas de Belém. Comparativamente a outras regiões metropolitanas a escala da indústria alimentícia de Belém é muito inferior.

A Região Metropolitana de Goiânia, que possui uma população em tamanho equivale à de Belém, por exemplo, contava com 902 estabelecimentos na indústria alimentícia, empregando mais de 25 mil pessoas. Em termos comparativos isso representa 4,4 vezes mais estabelecimentos e 2,6 vezes mais empregos. A Região Metropolitana de João Pessoa que possui cerca de metade da população da RM de Belém possuía no mesmo ano 9,6 mil pessoas empregadas na indústria alimentícia. Isso indica uma estrutura industrial de pequena escala e baixo dinamismo comparativamente a outras regiões metropolitanas, evidencia haver espaço para sua expansão. Para isso, no entanto, um dos obstáculos mais importantes diz respeito ao nível e à distribuição da renda pessoal, de forma a criar um mercado capaz de induzir esse adensamento no setor.

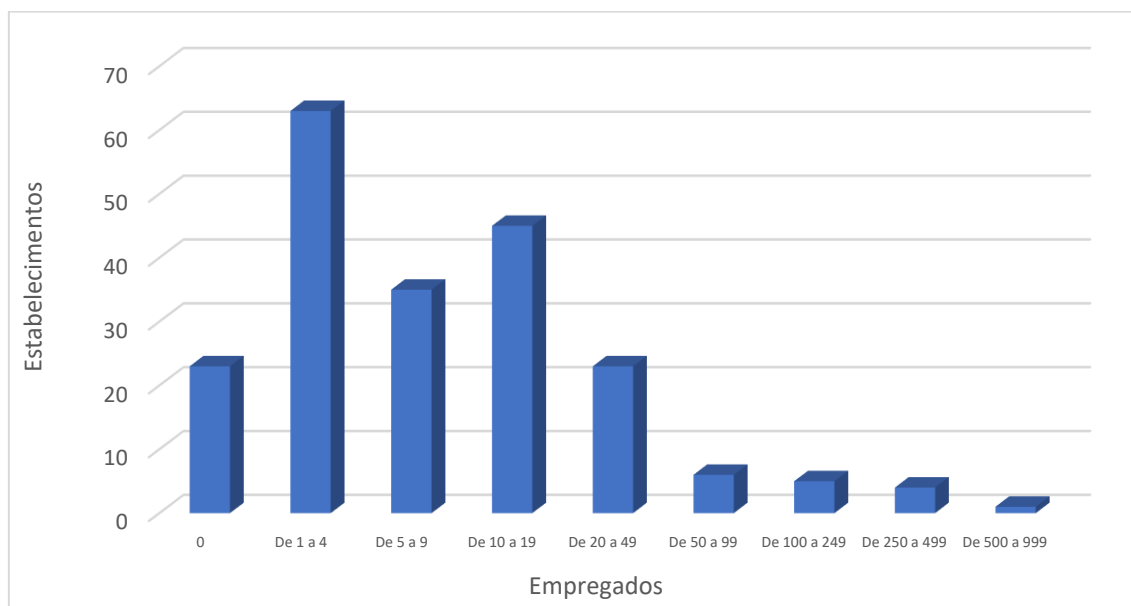


Gráfico 34 – Número de estabelecimentos da indústria de alimentos e bebidas, segundo o porte. Belém, 2020.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2020.

A abertura de indústria no nível de 3-dígitos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (Gráfico 34) revela uma presença importante de empregos na área de preservação e fabricação de produtos de pescado. Essa indústria no Município de Belém abarca cerca de 18% do emprego na indústria de alimentação do município. Em relação ao número de estabelecimentos, de acordo com a RAIS havia em Belém em 2020, 20 estabelecimentos relacionados a essa atividade, número que é coerente com os dados do Quadro 4 anterior.

A fabricação de bebidas não alcoólicas possui uma importância relativa maior para o município em detrimento da Região Metropolitana, bem como a fabricação de bebidas alcoólicas. No caso desta última a importância relativa se aproxima entre o Município e a Região Metropolitana.

No caso do abate e fabricação de produtos de carne, como dito anteriormente, os grandes frigoríficos encontram-se localizados fora da Região Metropolitana, fazendo com que a importância relativa deste segmento industrial no Município e na Região Metropolitana sejam menores do que no estado do Pará como um todo.

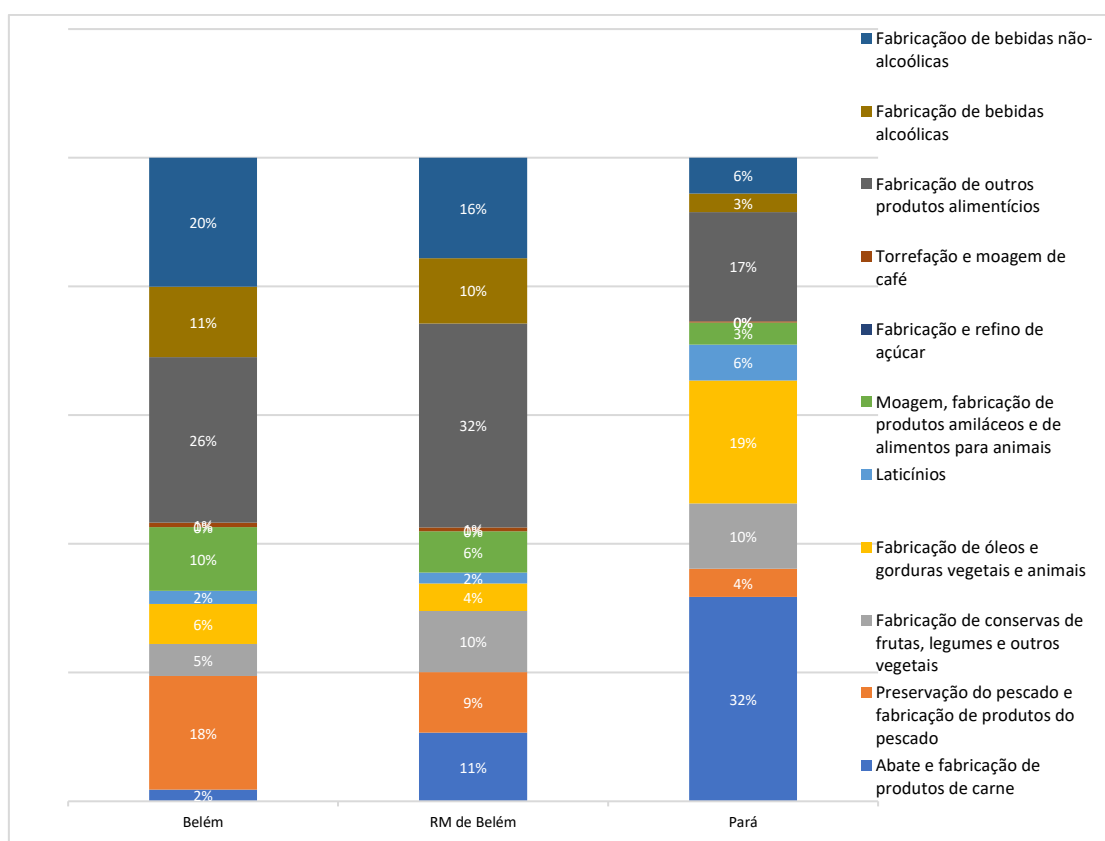


Gráfico 35 – Distribuição do emprego na indústria de alimentos, por segmentos industriais. Belém, Região Metropolitana e Pará 2020.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), IBGE, 2020.

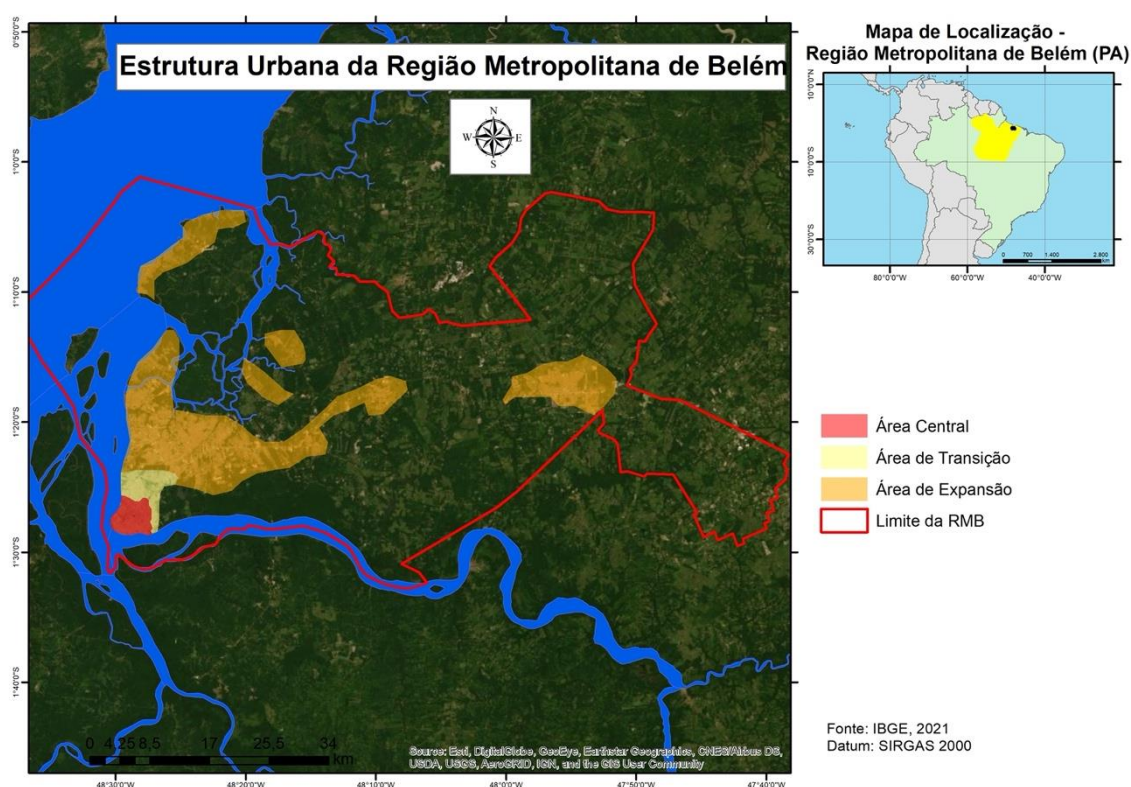
7.

Comercialização e serviços: o abastecimento alimentar

A estrutura de abastecimento alimentar do Município de Belém é bastante complexa e se caracteriza por possuir elementos bastante heterogêneos no que diz respeito a distribuição dos produtos alimentares. Há dois circuitos econômicos que se articulam e complementam. Aquele ligado às cadeias longas cuja conexão principal ocorre por meio da rede rodoviária e centro atacadista principal do município através da Ceasa. Além da Ceasa que funciona como um grande entreposto comercial para produtos alimentícios, a rede de supermercados em Belém é bastante complexa e formada por redes atacadistas e varejistas. Ao que parece, o sistema de comercialização do atacarejo, uma combinação do atacado com o varejo cujo hábito de compra tem crescido acima das aquisições pelo varejo, segundo dirigente da ASAP. O que tem servido de porta de entrada de redes que não pertencem ao Estado do Pará e que se fazem presentes nas regiões Nordeste e Centro-Sul do país.

De outro lado, nas cadeias curtas, a articulação fluvial é elemento historicamente importante e central no desenvolvimento de Belém, como descrito no início do trabalho. Assim, os portos permanecem fonte importante no abastecimento alimentar da cidade, notadamente para a oferta de pescado, açaí e outros produtos que vem das ilhas e regiões do entorno, ou mesmo do Amapá.

O Mapa 6 é importante para compreender a expansão das redes de abastecimento de Belém. A área central, também onde estão localizadas as principais áreas portuárias de Belém e a mancha urbana originária foi se expandindo em cima do eixo rodoviário que se estabeleceu a partir da década de 1950. Os equipamentos da rede de abastecimento vão seguir em alguma medida esse eixo de expansão, ou seja, com uma concentração inicial na área central, intensamente populosa com predominância de residências multifamiliares dada o grau de verticalização, seguida por uma área de transição em direção aos municípios circunvizinhos e que compõem a rede metropolitana, findando nas áreas de expansão que seguem a dinâmica de interligação entre os polos de crescimento, sendo o último mais expressivo, o município de Castanhal, 76 km de distância da Capital.



Mapa 6 – Estrutura urbana da Região Metropolitana de Belém.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE, 2021.

Esta seção está subdividida 5 tópicos. A primeira trata da Ceasa, a segunda seção trata das grandes redes de atacado e varejo presentes no Município de Belém. A terceira subseção trata da articulação e importância dos portos para o abastecimento municipal/regional. A quarta trata das feiras e mercados e a última analisa os outros serviços alimentares.

I. A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARÁ (CEASA -PA)

A Ceasa foi criada em uma sociedade anônima de capital autorizado, fundada em 21 de novembro de 1972, porém suas atividades comerciais começaram três anos depois, no dia 28 de janeiro de 1975. A inauguração oficial aconteceu em 13 de março de 1975. Passou para o controle acionário do Estado do Pará em 26 de setembro de 1989, através do Decreto-Lei nº 2.400 de 21/12/1987 e Decreto nº 2.247 de 08/04/1988 e permanece sob controle estadual desde então.

Os dados apresentados foram repassados pela Ceasa e dizem respeito à quantidade de produtos comercializados segundo cada produto, grandes grupos de produtos e preços médios mensais. Os preços de janeiro a dezembro de 2021 foram utilizados para cálculo dos valores comercializados por produto o que permitiu a comparação de diferentes tipos de produto.

O abastecimento de hortifrutigranjeiros em Belém para os equipamentos de varejo, que não pertencem às grandes cadeias de supermercados, tem na Ceasa (Centrais de Abastecimento do Estado do Pará S.A.) seu principal local de comercialização. Em termos de quantidade comercializada, nesta central, 80% dos alimentos comercializados são oriundos de fora do estado (Ceasa-PA, 2021). Em termos monetários essa participação chega a 82%. Em termos quantitativos as frutas se destacam por conta do peso e por responderem por cerca de 50% do volume financeiro comercializado na Ceasa em 2021.

A Tabela 26 também releva que são nas hortaliças de folha, flor e haste que se observa a maior participação relativa, seja no quantitativo de peso, seja no valor financeiro comercializado. Por serem produtos altamente perecíveis em muitos casos, com alto volume o transporte de alguns destes produtos de outros estados, se torna mais difícil sendo que parte importante da oferta precisa ser suprida pela produção regional e local. No caso das hortaliças de raiz, tubérculos, bulbos e rizoma – onde estão por exemplo produtos como batata, cebola, alho, beterraba, cenoura, o peso se sobressai fazendo com que a participação seja elevada tanto em termos de volume quanto em termos monetários. No caso da mandioca, uma parcela significativa dela é direcionada diretamente para a produção de farinha e de outros produtos locais, o que faz com que sua oferta na Ceasa não seja capaz de fazer face à oferta dos demais produtos ligados a este grupo específico. No caso dos produtos diversos, o grande destaque é o ovo, que sozinho responde por quase 75% do volume comercializado de produtos diversos pela Ceasa. A importância regional/local da oferta pode ser verificada, mas em um quantitativo que está bem abaixo da demanda pelo produto.

Tabela 26 - Pará e outros estados: origem, volume (kg) e valor comercializado (R\$ de 2021), segundo grupos de produtos, 2021.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Ceasa/PA.

Grupo de produtos/ Volume e Valor por Origem	Volume (Kg mil)					Valor (R\$ milhões)				
	Pará		Outros estados		Total (kg)	Pará		Outros estados		Total (R\$)
	Kg	%	Kg	%		R\$	%	R\$	%	
Frutas	42.897	32	92.749	68	135.514	116	26	326	74	441
Hortaliça (folha, flor e haste)	2.366	18	11.099	83	13.358	20	36	35	64	56
Hortaliça (fruto)	4.277	11	35.402	90	39.541	15	9	150	91	165
Hortaliça (taiz, tubérculo bulbo e rizoma)	1.661	3	62.124	97	63.785	2	1	182	99	184
Produtos diversos	1.662	15	9.528	85	11.190	9	12	64	88	73
Total	52.863	20	210.902	80	263.388	162	18	757	82	919

A análise da procedência estadual demonstra que Pernambuco responde por 17,3% da quantidade comercializada, seguido por Minas Gerais e Bahia, com cerca de 16% do quantitativo comercializado. Em termos de valores comercializados Pernambuco mantém a participação com 17% do valor, seguida por Bahia com 16% do valor transacionado e Minas Gerais com 13,8% do valor transacionado.

Importante destacar que, com exceção do Tocantins, nenhum outro estado da região Norte oferta qualquer produto para a Ceasa. A explicação decorre das dificuldades logísticas da Região Amazônica, que tornam a navegação e o setor aéreo a principal forma de articulação regional.

Em termos regionais a região Nordeste se destaca como grande ofertante de produtos para a Ceasa, seguida pela região Sudeste, com destaque para Minas Gerais. Importante observar que não há produtos provenientes do Rio de Janeiro sendo ofertados na Ceasa, o que pode ser explicado pelas características do Estado com a pequena produção de hortifrutigranjeiros.

Tabela 27 - Origem dos produtos provenientes de outros estados comercializados na Ceasa/PA: volume (em kg) e valor comercializado (em R\$ de 2021), 2021.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Ceasa-PA.

Estado/Região	Kg mil	%	R\$ milhões	%
Tocantins	3.348	1,6	12	1,7
Norte	3.348	1,6	12	1,7
Maranhão	8.740	4,2	31	4,1

Piauí	6.360	3,0	23	3,0
Ceará	16.986	8,1	70	9,2
Rio Grande do Norte	3.557	1,7	13	1,7
Paraíba	35	0,0	0	0,0
Pernambuco	35.933	17,2	129	17,0
Sergipe	191	0,1	1	0,1
Bahia	33.671	16,1	121	16,0
Nordeste	105.472	50,4	386	51,1
Minas Gerais	34.001	16,3	105	13,8
Espírito Santo	4.280	2,1	17	2,3
São Paulo	20.513	9,8	80	10,6
Sudeste	58.794	28,2	202	26,7
Paraná	3.736	1,8	12	1,5
Santa Catarina	14.644	7,0	47	6,2
Rio Grande do Sul	3.340	1,6	12	1,5
Sul	21.720	10,4	70	9,2
Mato Grosso	998	0,5	7	0,9
Goiás	18.175	8,7	79	10,5
Distrito Federal	7	0,0	0	0,0
Centro-Oeste	19.180	9,2	86	11,4
Total	208.514	100,0	757	100,0

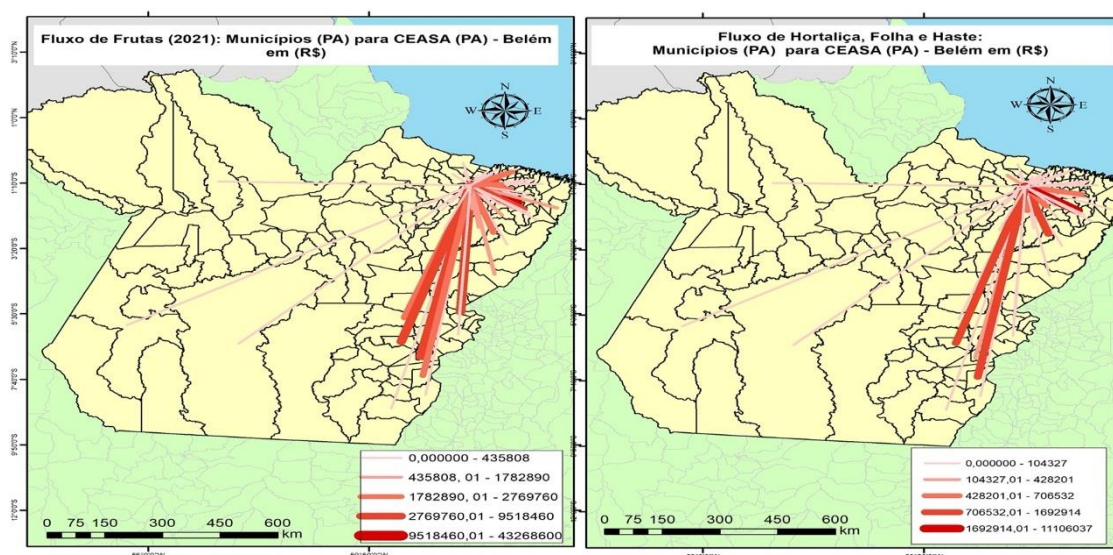
A produção estadual representa pouco mais de 20% da comercialização da Ceasa e sua origem provém de três regiões do Estado do Pará: Rio Guamá com mais de 50% de participação, Rio Capim e BR-222 com mais de 30% e Marajó com mais de 6%. A concentração nas duas primeiras regiões, Rio Guamá e Rio Capim e BR-222, está diretamente relacionada com o desenvolvimento da malha rodoviária regional. As perdas nacionais no transporte de frutas chegam a cerca de 30 milhões de toneladas, representando de 20% a 35% da produção. No caso das hortaliças, as perdas estão estimadas em 27 milhões de toneladas, o que representa entre 20% e 50% da produção (Carvalho, Pinheiro, 2010, Agência Pará, 2021).

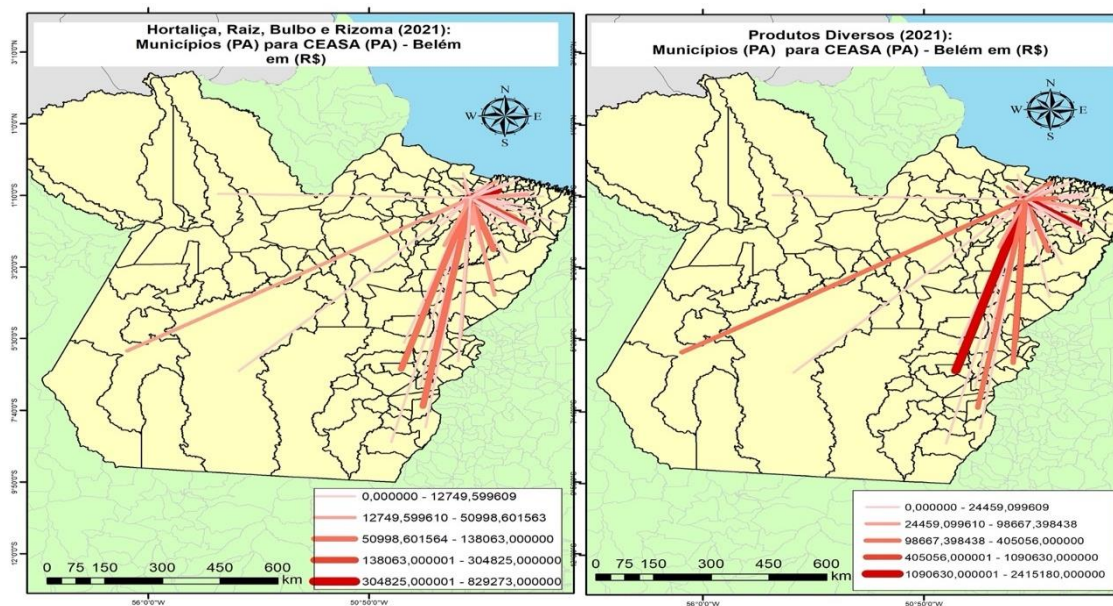
Analisando a oferta proveniente dos municípios paraenses, 80% em termos quantitativos são frutas, sendo os 20% restantes ligados a hortaliças, legumes,

tubérculos, raízes diversas, rizomas e produtos diversos. Isso se verifica também em termos monetários, mas com uma participação um pouco menor das frutas que fica em 72% do volume financeiro, sendo a oferta de hortaliças folhosas, de flor e hastes responsável por 13% do volume financeiro. É neste subgrupo também que se observa a menor diferença nos volumes financeiros comercializados entre produtos provenientes do Estado do Pará e aqueles provenientes de outros estados – R\$ 20 milhões do Pará e R\$ 35 milhões de outros estados (Tabela 26).

A análise da procedência dos produtos por município mostra que há uma concentração, sendo que os municípios de Capitão Poço e Santo Antônio do Tauá são responsáveis, respectivamente por 31% e 12% do quantitativo e 27% e 16% do volume financeiro comercializado em 2021. A concentração é bastante expressiva sendo que apenas 10 municípios paraenses foram responsáveis por 79% do quantitativo e 81% do volume financeiro ofertado a Ceasa no ano de 2021.

A participação do Pará se concentra em produtos regionais como laranja, acerola, limão, banana, abacaxi, coco verde, cupuaçu e maracujá. Alguns produtos de oferta típica local como bacuri, murici, pitaya, taperebá são ofertados tem origem apenas nos municípios paraenses. Entretanto, como o volume comercializado é pequeno isso faz com que sua importância relativa em relação a outros produtos seja bastante inferior. No caso da farinha de mandioca, a importância da oferta regional se destaca, mas é possível afirmar que parte relevante desta oferta não passa pelo Ceasa, tendo sua comercialização realizada por outros canais de intermediação direta, pelos permissionários das feiras e mercados da cidade.





Mapa 7 – Fluxo de comércio de produtos dos municípios paraenses comercializados na Ceasa-PA segundo grupos de produtos (frutas; hortaliças: folha e haste; hortaliças: raiz, bulbo e rizoma; produtos diversos) (em R\$ de 2021).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Ceasa-PA.

Tabela 28 – Valor e participação de produtos comercializados na Ceasa-PA, 2021 (todos os produtos).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Ceasa-PA.

Município	Total (R\$)	%
Capitão Poço	43.842.750,91	27,1
Santo Antônio do Tauá	25.101.051,41	15,5
Curuçá	10.721.711,62	6,6
Santa Izabel do Pará	10.019.149,82	6,2
Igarapé-Açu	7.885.143,06	4,9
Salvaterra	7.404.476,16	4,6
Castanhal	7.158.191,87	4,4
Maracanã	5.944.228,14	3,7
São Miguel do Guamá	4.432.617,44	2,7
São Francisco do Pará	4.243.329,36	2,6
Mãe do Rio	3.344.886,34	2,1
Garrafão do Norte	2.796.777,17	1,7
Irituia	2.772.344,63	1,7
Canaã dos Carajás	2.654.973,31	1,6
Ourém	2.074.522,62	1,3
Santa Luzia do Pará	2.025.235,22	1,3
Inhangapi	1.824.044,87	1,1
Dom Eliseu	1.653.017,53	1,0
Marapanim	1.124.090,11	0,7
Belém	1.085.496,13	0,7
Concórdia do Pará	1.045.177,29	0,6
São Domingos do Capim	992.912,50	0,6
Moju	984.383,12	0,6
Aurora do Pará	960.404,04	0,6
Nova Timboteua	816.307,41	0,5
Santa Maria do Pará	795.274,10	0,5
São Caetano de Odivelas	757.388,92	0,5
Tomé-Açu	726.301,57	0,4
Vigia	635.618,42	0,4
Terra Alta	589.371,18	0,4
Magalhães Barata	514.473,65	0,3
Ipixuna do Pará	415.098,21	0,3

Município	Total (R\$)	%
Bujaru	318.571,15	0,2
Floresta do Araguaia	311.011,16	0,2
Acará	290.540,90	0,2
Capanema	278.916,08	0,2
Paragominas	257.646,87	0,2
Marabá	257.310,54	0,2
Monte Alegre	212.126,95	0,1
Marituba	208.605,05	0,1
Ananindeua	202.268,53	0,1
Santa Bárbara do Para	194.978,41	0,1
Nova Esperança do Piria	192.381,47	0,1
São Domingos do Araguaia	173.115,10	0,1
Barcarena	155.404,08	0,1
Altamira	149.003,60	0,1
Conceição do Araguaia	148.745,87	0,1
Igarapé-Miri	140.218,85	0,1
Salinópolis	127.575,76	0,1
São João da Ponta	116.885,28	0,1
Soure	97.529,63	0,1
São João do Araguaia	56.892,29	0,0
Cachoeira do Arari	51.473,97	0,0
Benevides	42.342,70	0,0
Abaetetuba	42.262,84	0,0
Xinguara	40.637,35	0,0
Bragança	39.777,72	0,0
Santa Maria das Barreiras	33.054,22	0,0
São Geraldo do Araguaia	20.047,76	0,0
Itaituba	12.462,12	0,0
Colares	10.565,71	0,0
Cachoeira do Piriá	8.127,47	0,0
Tracuateua	6.073,83	0,0
Limoeiro do Ajuru	5.418,31	0,0
Total	161.542.719,69	100,0

II. A REDE DE SUPERMERCADOS DE ATACADO E VAREJO DE BELÉM

Em termos estruturais, essa rede é formada por redes regionais e locais que dominam o comércio varejista de Belém. Até alguns anos atrás a rede varejista era dominada pelo Grupo Yamada, fundado em 1950 e que dominou o mercado até o início dos anos 2000.

O grupo experimentou uma enorme crise nos últimos anos e em resultado da crise acabou permitindo a entrada de novos grupos e redes varejistas e atacadistas no Município e na Região Metropolitana. Com relação a rede Yamada, esta chegou a possuir vinte lojas em Belém e na RM de Belém, entretanto, perderam a competitividade, fechou e vendeu as lojas grandes e atualmente restam seis lojas que trabalham no esquema de lojas de conveniência e vizinhança, o custo operacional é menor e a receita é maior, isso leva a uma queda do custo fixo.

Atualmente observa-se a presença de oito grupos varejistas e atacadistas na Região Metropolitana de Belém, com destaque para as redes locais/regionais como os grupos Lider, Nazaré e Formosa. Ao longo dos últimos anos observou-se uma expansão de grupos nordestinos como o Grupo Mateus, que teve uma expansão significativa em Belém.

As redes de atacarejo nacionais como a rede Assaí e Atacadão também vêm ganhando espaço regional. A Tabela 28 apresenta a síntese das principais redes de varejo e atacado do Município de Belém e Região Metropolitana. Belém possui 36 lojas de supermercados com diferentes perfis, abarcando tanto os varejos quanto o atacado, com uma predominância da rede varejista. O restante da RM possui apenas 13 lojas cuja concentração ocorre nos municípios de Ananindeua e Castanhal, ao longo do eixo da rodovia federal que liga Belém a Brasília.

A interpretação das informações qualitativas permite constatar que se observa na rede de supermercados comportamento semelhante àquele verificado na análise dos dados da Ceasa. Em entrevista realizada com dirigentes da Aspas constatou-se que o Pará é “fundamentalmente um estado importador de produtos, inclusive os alimentícios”.

Há atualmente uma percepção por parte dos dirigentes das Aspas de que o atual contingente de lojas é muito grande para a população e a renda que circula na Região Metropolitana de Belém, características já apontadas inicialmente. Houve, durante a pandemia uma expansão da rede. Esse crescimento ocorreu por conta de um aumento da demanda de produtos oriundos das redes de supermercado durante os períodos de fechamento e restrições de circulação de pessoas. Foram abertas seis novas lojas de atacarejos. O resultado dessa expansão representou uma queda das vendas por metro quadrado.

O principal grupo regional atualmente é o Líder, que provém de Igarapé-Mirim e iniciou como comércio voltado para o atendimento das embarcações. Posteriormente adquiriram uma padaria e um supermercado. Eles também possuem duas fazendas que abastecem parte da venda realizada na sua rede.

Até 2014 prevaleciam as redes de supermercados regionais, as redes eram fortes e atendiam a demanda. A primeira rede de fora do estado a entrar foi a Bom Preço, que posteriormente foi adquirida pelo Grupo Lider.

Os espaços do Yamada que foram vendidos foram adquiridos pelo Grupo Mateus proveniente do Maranhão, esse grupo é o quarto entre os maiores do país (REVISTA

SUPERHIPER, 2021), trabalham com lojas de atacado e varejo, como também farmácia, padarias e venda de eletrodomésticos.

No ranking das 500 maiores no estado do Pará, aparece primeiramente a Lider, com 24 lojas e 15.400 funcionários, seguida da rede Formosa, com quatro lojas e empregando 3.500 funcionários, e do Supermercado Cidade, com seis lojas e 490 funcionários. Em quarto vem a rede Portugal, com duas lojas e 330 funcionários, e o quinto é o Rei do Alho, com duas lojas e 110 funcionários.

Entre as Unidades da Federação, o Pará é a décima em termos de faturamento, com R\$ 6,6 milhões em 2020, e representa 1,8% do total das vendas das redes acompanhadas pela Superhiper, com 146 lojas, 1,7% do total das lojas do país. A região Norte é a menor em faturamento, 2,7% do total, e número de lojas, 3,0%, de acordo com a Revista Superhiper (2021).

A conversa com o dirigente da Aspas revelou também que eles possuem pouco conhecimento acerca de novas formas de organização das redes de supermercado em sistemas de cooperativas, associações ou cadeias voluntárias. Esse sistema, muito comum em alguns países europeus, tem como objetivo elevar o poder de compra das pequenas redes e permitir que elas pratiquem preços mais competitivos (REVISTA SUPERHIPER, 2021).

Com relação à aquisição de produtos regionais, especialmente hortifruti, o dirigente da Aspas informou na entrevista concedida ao estudo que a maioria das aquisições ficam no setor das folhagens e algumas raízes, os demais produtos desse setor são adquiridos da Ceasa-PA, ou da Ceasa-SP ou da região Nordeste, ou seja, corroborando aquilo que já foi constatado na análise dos dados da Ceasa.

Em relação as folhosas, a rede varejista de supermercados possui fornecedores fixos delas. Constatou-se também que os produtos regionais encontrados nas prateleiras foram a farinha de mandioca industrializada, o camarão seco e algumas geleias.

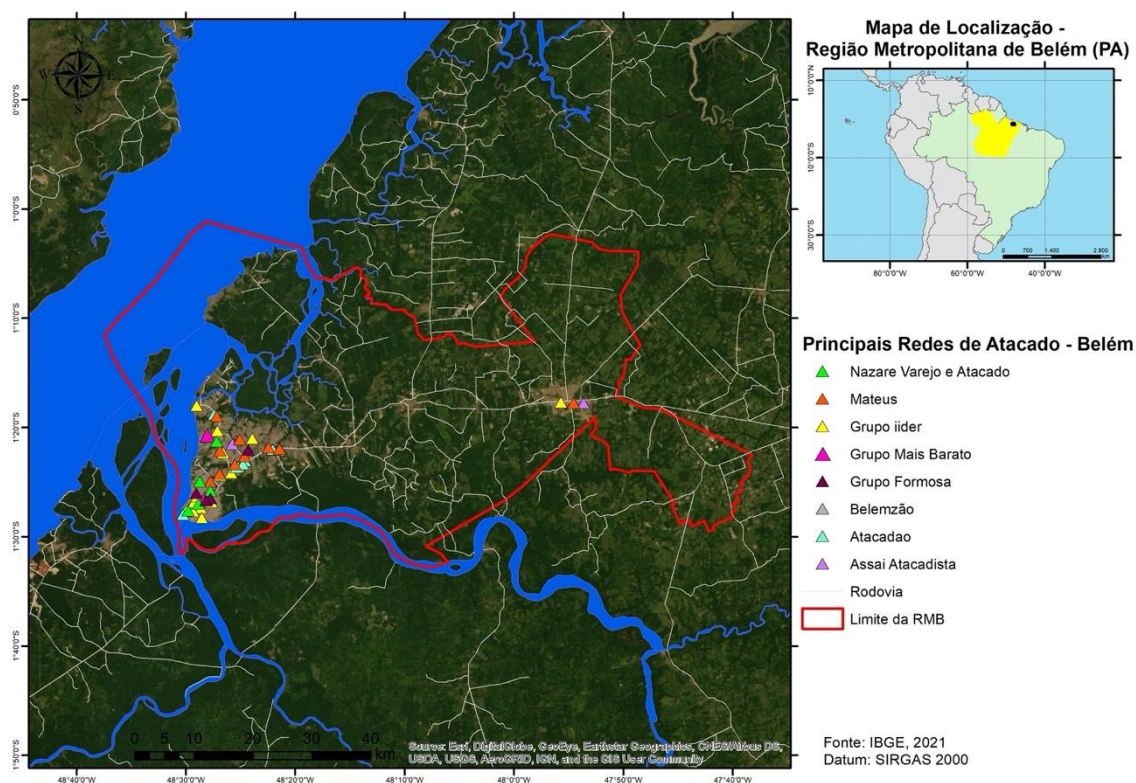
Uma outra mudança advinda da pandemia foi a organização das redes de supermercados para suprir a demanda de delivery e aplicativos, sendo que esse serviço deve permanecer mesmo com retomada de uma certa normalidade no cotidiano das pessoas. A Vigilância Sanitária fiscaliza periodicamente a rede de supermercados, segundo o dirigente.

Tabela 29 - Lojas por segmento de atuação. Belém e Região Metropolitana, 2022.

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa e levantamento nas redes.

Grupo	Atuação	Lojas em Belém	Lojas na RM de Belém
Grupo Líder	Varejo	18	0

Assaí	Atacado/varejo	1	2
Grupo Mais Barato	Varejo	2	0
Belemzão	Varejo	0	1
Atacadão	Atacado/varejo	2	4
Grupo Mateus	Varejo/atacado	4	6
Grupo Nazaré	Varejo	5	0
Grupo Formosa	Varejo	4	0
Total		36	13

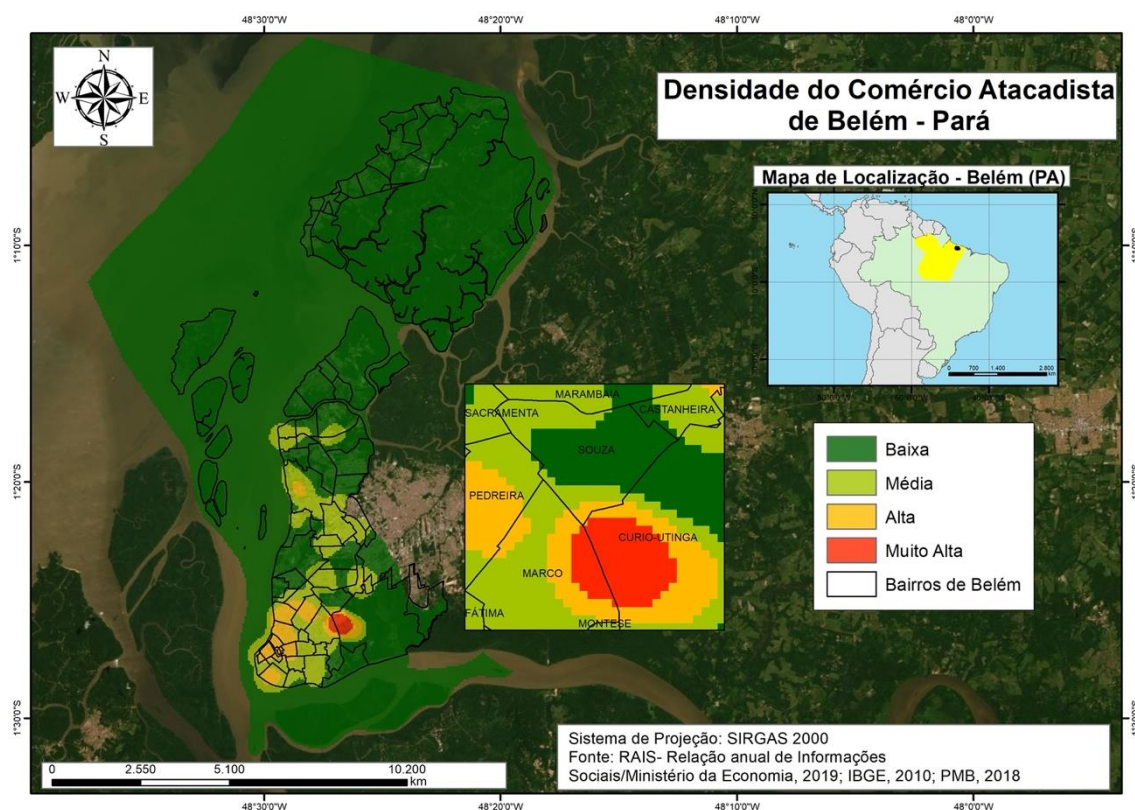


Mapa 8 - Localização da rede de atacado e varejo na Região Metropolitana de Belém.

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE, 2021.

Há uma gama bastante elevada de estabelecimentos no setor alimentício, em especial no setor de comércio e atacado varejistas. De acordo com os dados da RAIS, havia no Município de Belém 295 estabelecimentos ligados ao comércio atacadistas. A RAIS Identificada permitiu a geolocalização dos mesmos e a construção de um mapa de densidade da presença desses estabelecimentos. Há uma concentração predominante

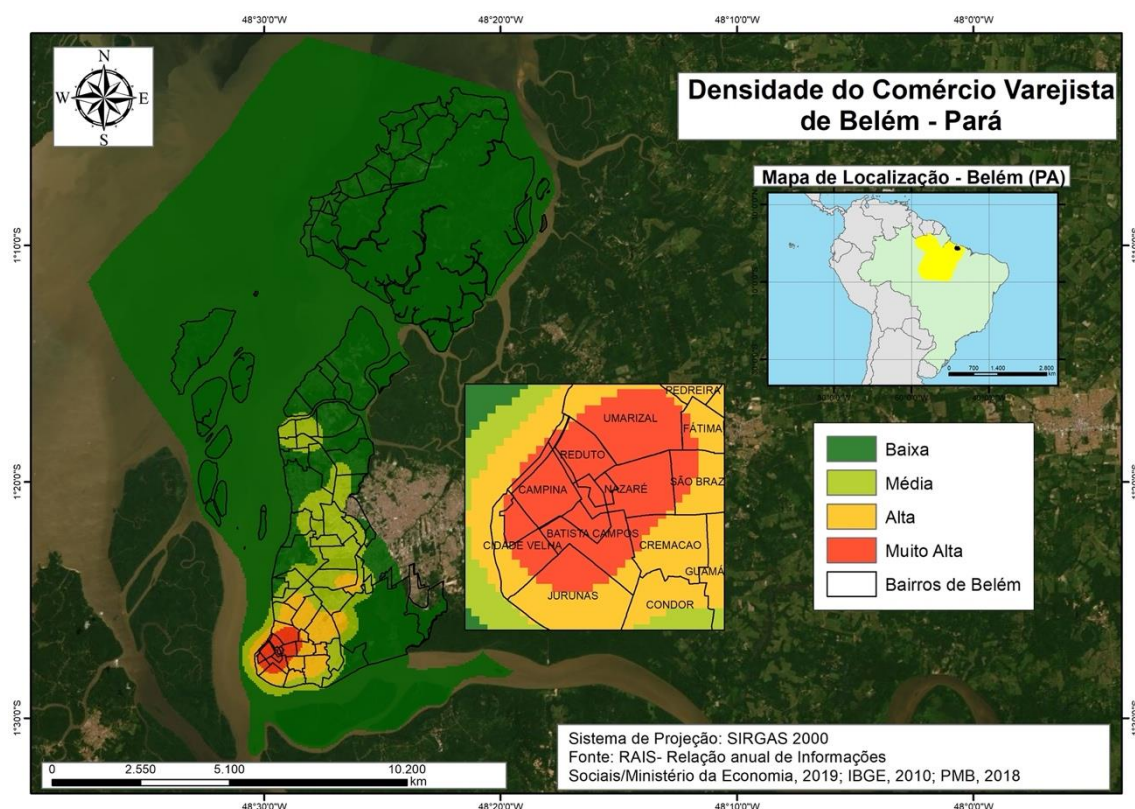
na região do Curió Utinga, diferentemente de comércio varejista há uma dispersão no caso do atacado.



Mapa 9 – Densidade dos estabelecimentos atacadistas. Município de Belém, 2019

Fonte: Elaboração própria, com dados da Relação Anual de Informações Sociais, Ministério da Economia, 2022.

No caso do comércio varejista, pelas suas características, Belém possui, segundo a RAIS Identificada, 970 estabelecimentos ligados ao comércio varejista de alimentos. Eles foram geolocalizados de forma a permitir a construção de um mapa de calor. Observa-se que no caso do comércio varejista a sua localização se aproxima mais da região central e próxima a feiras, portos e mercados da cidade, notadamente nos bairros da Cidade Velha, Umarizal, Batista Campos, Reduto e Nazaré.



Mapa 10 – Densidade de estabelecimentos do comércio varejista. Município de Belém, 2019.

Fonte: Elaboração própria, com dados da Relação Anual de Informações Sociais, Ministério da Economia, 2019.

III. PORTOS

O Município de Belém, diferentemente de outras capitais brasileiras, tem seu abastecimento alimentar organizado a partir de dois sistemas de transporte: o aquaviário e o terrestre, resultado das características da região e da importância e do papel dos rios no seu processo de comunicação, desenvolvimento e conexão com o país e o exterior. Os portos compõem a estrutura do abastecimento com o comércio atacadista e são a estrutura mais antiga e consolidada do município. Através dos portos chegam os produtos via rio que abastecem o mercado local.

Os portos e trapiches são os elos que articulam com maior força o continente da parte insular da cidade, proporcionando a canalização de produtos agrícolas regionais à população dos bairros mais próximos (MEDEIROS, 2010).

Essa conexão historicamente realizada nos portos e trapiches públicos e privados são os principais espaços que permitem o desenvolvimento de relações (econômicas, funcionais e simbólicas) da população ribeirinha com Belém, trazendo a sua produção para ser comercializada nas feiras e nos portos que se formaram devido à intensidade desses fluxos. Diversos são os motivos que levam as pessoas até a Capital, entre os quais se destacam o trabalho – muitos se deslocam à procura dos serviços ofertados na cidade –, ou para visitar parentes, conforme nos descreve (SILVA, 2006, apud IPEA, 2016).

Essa característica é relevante, pois a mudança da prevalência do sistema aquaviário para o rodoviário tem forte ligação com a mudança de hábitos alimentares e predomínio de equipamentos onde ocorre o comércio atacadista, principalmente. A mudança do eixo transporte também é influenciada pela construção hidrelétricas para a infraestrutura energética que em vários rios da região se torna uma barreira para o transporte hidroviário.

Assim, passa a ocorrer uma certa distinção entre o tipo de alimento regional e o “nacional”, o alimento regional tem sua origem na produção das ilhas, cada vez menos, ou que procede de outras cidades e estados beira-rio. Já o alimento de tipo nacional provém de fora via rodovias, ou de cidades da RM de Belém ou nordeste do Estado. Dois entrevistados atribuíram à chegada da BR Belém-Brasília a desorganização de parte da produção local/estadual de hortifrutigranjeiros, também à falta de uma constância nas políticas públicas de apoio à produção regional.

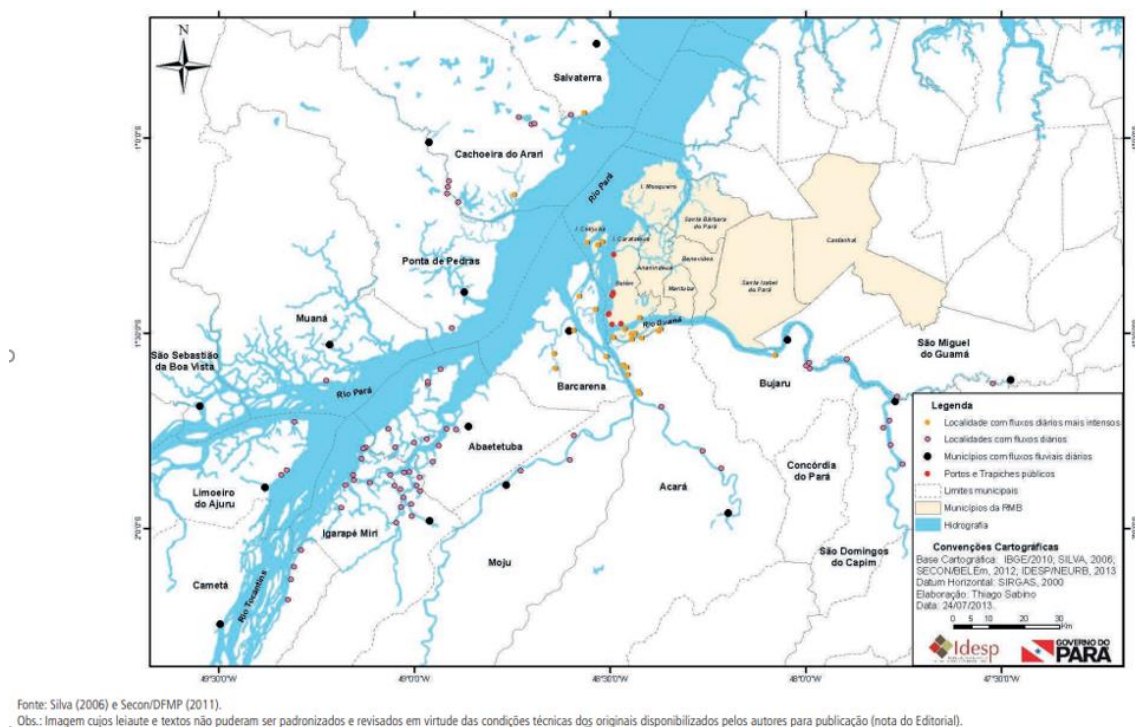
Existem em Belém cinco portos públicos administrados pela Secretaria Municipal de Economia de Belém (Secon): o porto da Palha, do Açaí, do Sal e feira do Açaí, e trapiche de Icoaraci. Também, outros portos como a praça Princesa Isabel e o porto do Ver-o-Peso (mapa abaixo), que são usados como um ponto de acesso a Belém aonde chegam produtos e pessoas de diversas localidades do estado e ilhas próximas da Capital. Vários destes portos funcionam em período integral, em vários deles no período noturno ocorrem feiras de produtos por atacado proveniente das ilhas, especialmente pescado e açaí.

Uma complexa rede de abastecimento e comércio para além do transporte de pessoas, mesmo tendo perdido importância, ainda mantém as “relações de troca” entre ilhas e o continente. No entorno desses portos existe todo um comércio que funciona em horário diferenciado, abre suas portas mais cedo, que dependem muito das compras realizadas por esta população, material para pesca, manutenção de embarcações, roupa/mesa/banho, gêneros alimentícios etc.

Em levantamento realizado pelo Departamento de Feiras, Mercados e Portos da Secon (BELÉM, 2011, apud IPEA 2016), foi identificado o principal destino dos fluxos que convergiam para cada um destes portos e todos eles têm fortes relações com as ilhas próximas, e localidades de outros municípios paraenses mais distantes de Belém (como Acará, Moju, Igarapé Mirim, Cametá, Barcarena, Abaetetuba, Cachoeira do Arari, Ponta

de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Bujaru, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá e até de outros estados, como é o caso do Amapá (IPEA, 2016).

O porto da Pedra do Peixe é o principal entreposto de abastecimento de pescado do município, desembarcando, segundo dirigentes da Secon, 70% do volume de pescado que atende tanto o mercado local e quanto os compradores de outros municípios e da indústria de pescado.



Mapa 11 – Fluxos fluviais diários de municípios e localidades para Belém.

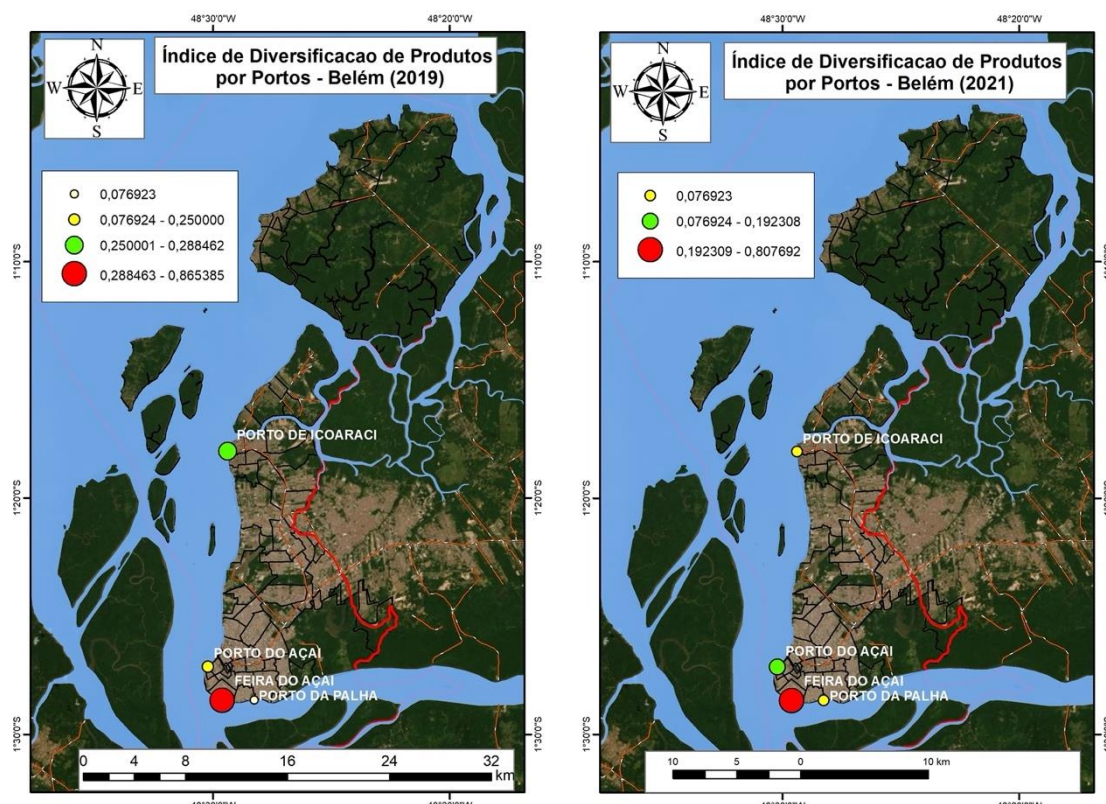
Fonte: Silva (2006) e Secon/DFMP (2011).

Além dos fluxos fluviais diários, é importante ressaltar aqueles que ocorrem nos finais de semana e feriados, quando existe um maior deslocamento por parte da população da capital para outros municípios e as ilhas, locais que são usados como balneários, com destaque para o grande fluxo de pessoas em direção às ilhas de Cotijuba e Combu e para os municípios de Barcarena, Salvaterra e Soure (Ipea, 2016).

Por fim, ao se analisar os elementos relacionados à governança metropolitana da RM de Belém, é necessário atentar para como se desenvolve a integração da capital com os demais municípios paraenses e com as ilhas por meio da circulação fluvial, principalmente porque esses fluxos populacionais, comerciais e simbólicos, demandam serviços e impactam diretamente na dinâmica urbana de Belém (Ipea, 2016).

Os portos apresentam atuação muito distinta entre si. O porto ligado a feira do açaí apresenta uma gama de produtos muito diversificada, diferentemente outros portos. Há uma mudança importante entre 2019 e 2021, com uma perda de diversificação do porto

de Icoaraci em relação ao período pré-pandemia (Mapa 12). Este inclusive é um ponto importante a ser explorado e avaliado pelos gestores públicos — em que medida a pandemia provocará algum tipo de reconfiguração nos hábitos de compra dos belenenses.



Mapa 12 – Índice de diversificação de produtos comercializados nos portos de Belém, 2019-21.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do DPFM.

IV. MERCADOS E FEIRAS

A rede de mercados e feiras públicas é muito relevante para o abastecimento do Município de Belém. Juntamente com a rede de supermercados de atacado e varejo elas constituem a espinha dorsal para o consumidor final na aquisição de produtos alimentícios na cidade.

Essa constatação pode ser verificada nas conversas com agentes públicos diversos, em especial com o Departamento de Feiras, Portos e Mercados da Prefeitura de Belém, bem como em trabalhos anteriores, como já apontado por Medeiros (2010).

Em Belém, as feiras livres estão ligadas ao processo de formação e expansão da cidade e de seu espaço urbano, das atividades econômicas e comerciais. A maioria das feiras têm mais de 30 anos de existência. O crescimento populacional dos últimos cinquenta anos (Mapa 2) incorporou novas áreas à periferia urbana e estimulou o desenvolvimento de atividades varejistas, incluindo as feiras livres (Medeiros, 2010).

Na primeira gestão do atual prefeito Edmilson (1997-2005), foi desenvolvido todo um trabalho de formalização de parte do comércio ambulante informal local. Muitos desses ambulantes se transformaram em feirantes ou permissionários de mercados passando a comercializar seus produtos em espaços cedidos pelo poder público, mantendo o hábito de comércio durante todos os dias da semana.

Esse crescimento de permissionários, advindo da ação pública, foi muito mais uma resposta às necessidades de abastecimento das inúmeras famílias de baixo poder aquisitivo nas periferias, do que propriamente resultaram da ação planejada do poder público municipal. Isso contribui para explicar o porquê de grande parte delas se localizarem em bairros populares, fora do centro ou na periferia da cidade (Mapa 13) e uma parcela pequena está localizada próxima dos corpos hídricos.

Medeiros (2010) afirma que os preços praticados nas feiras livres eram mais baixos que os praticados pelas grandes redes varejistas¹², com a chegada das redes de atacarejo parte desse cenário mudou. As feiras livres em Belém representaram 11% do hábito de compra da população local de acordo com os dados da POF 2017-18.

As feiras e os mercados possuem uma “vantagem” ante supermercados e atacarejos que é poder vender hortifrutigranjeiros em unidades ou quantidades mais fracionadas que ainda permitam às pessoas a aquisição conforme sua disponibilidade orçamentária. Vende-se parte de linguiça, parte de repolhos, quantidades de arroz abaixo das embalagens de venda dos supermercados. Isso ocorre de uma “adaptação” pela necessidade de sobrevivência econômica do comerciante em função da realidade de baixos salários e pobreza (Figura 3).

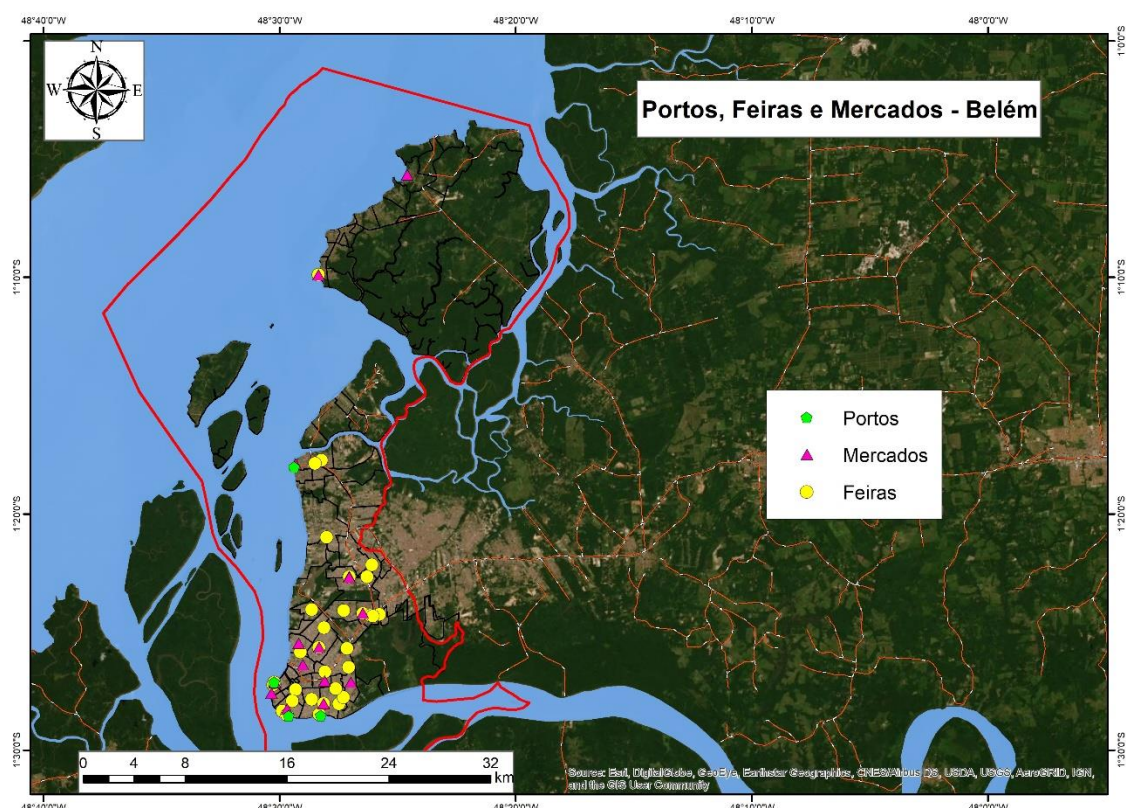
¹² Rede varejista aqui quer dizer supermercados, quitandas, mercearias, sacolões etc.



Figura 3 – Mercado do Guamá: fracionamento de legumes, hortaliças e secos (abr. 2022).

Fonte: Aly Jr.

Atualmente a cidade de Belém conta com 32 feiras e 17 mercados, sendo que no Mercado Ver-o-Peso existe uma praça de alimentação também sob a responsabilidade da Secon, além da existência de outras 13 feiras que são irregulares. O Mapa 13 abaixo apresenta a distribuição das feiras, mercados e portos, elaborados com base nos dados informados pelo Departamento de Feiras, Portos e Mercados (DFPM) em 2022.



Mapa 13 – Localização geográfica das feiras livres, dos mercados e portos em Belém.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secon, 2022.

O número de feiras é muito superior ao de mercados, por consequência no número de permissionários e equipamentos também. Enquanto os mercados possuem 1.251 permissionários, o conjunto das feiras possui 7452 permissionários. A diferença se verifica no número de equipamentos – 2.072 nos mercados e 11.333 nas feiras. Há uma complementariedade e especializações diferentes nesses equipamentos.

O Departamento de Feiras e Mercados lista 19 atividades ou segmentos que estão presentes nas feiras e nos mercados. A Tabela 29 apresenta a lista das atividades presentes nos mercados e nas feiras, o número absoluto e relativo de permissionários e equipamentos em cada uma delas.

Algumas atividades se concentram nas feiras ao passo que outras estão presentes quase que exclusivamente nos mercados, como por exemplo o comércio de carne bovina, que, devido a necessidade de refrigeração, estocagem e manuseio, tem a sua oferta quase totalmente limitada aos mercados. Por outro lado, a venda de aves e abate está presente quase que exclusivamente nas feiras¹³ devido a maior facilidade de

¹³ A Vigilância Sanitária impediu o abate nas feiras da cidade. O que ocorre atualmente é que galinhas, galos, patos e outras aves são abatidas em locais próximos às feiras após a compra.

manuseio e menor necessidade de equipamentos. O açaí está presente quase que exclusivamente nas feiras, enquanto produtos industrializados estão quase exclusivamente presentes nos mercados. A oferta de uma série de serviços e pequenos consertos também se faz muito mais presente nas feiras em detrimento dos mercados.

Tabela 30 - Mercados e feiras: número absoluto e relativo de permissionários e equipamentos segundo o tipo de atividade, maio de 2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DPFM

Estrutura/Atividade	Mercados				Feiras			
	Permissionários		Equipamentos		Permissionários		Equipamentos	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Açaí	10	1	12	1	360	5	464	4
Alimentação	118	9	196	9	21	0	28	0
Artesanato	10	1	17	1	6	0	10	0
Artigos de umbanda	34	3	61	3	4	0	6	0
Aves e artigos de pássaros	1	0	1	0	110	1	151	1
Carne	119	10	185	9	82	1	125	1
Ervas medicinais	9	1	14	1	225	3	355	3
Farinha	72	6	148	7	50	1	80	1
Frango abatido	9	1	15	1	1.177	16	2.033	18
Hortigranjeiros	135	11	258	12	589	8	852	8
Industrializados	356	28	580	28	10	0	13	0
Jardinagem	1	0	1	0	174	2	225	2
Lanches	64	5	88	4	166	2	258	2
Mariscos	62	5	99	5	189	3	300	3
Mercearia	49	4	83	4	351	5	476	4
Pescados	145	12	227	11	18	0	21	0
Polpas e congelados	2	0	2	0	2	0	2	0
Salgados	5	0	5	0	165	2	228	2
Serviços	50	4	80	4	3.753	50	5.706	50
Total	1.251	100	2.072	100	7.452	100	11.333	100

A tabela 31 apresenta a lista das 32 feiras municipais, o número de permissionários e equipamentos presentes nas mesmas. Observam-se estruturas muito distintas, com escalas muito diversas — algumas enormes como a do Ver-o-Peso e outras muito pequenas, como a do Maracajá.

Tabela 31 – Feiras municipais, permissionários e equipamentos. Belém, 2022

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DPFM, Secon.

Feiras municipais	Permissionários	Equipamentos
Feira da 8 de Maio	248	552
Feira da 25 de Setembro	479	841
Feira da Acatauassu Nunes	66	72
Feira da Augusto Corrêa	59	84
Feira da Bandeira Branca	162	252
Feira da Batista Campos	118	274
Feira da Cabanagem	210	340
Feira da Campina	66	92
Feira da Cremação	221	352
Feira da Marambaia	86	127
Feira da Pedra do Peixe	326	384
Feira da Pedreira (Casa do Bife)	412	476
Feira da Sacramenta	27	46
Feira da São Benedito	142	186
Feira da São Domingos	58	79
Feira da Tavares Bastos	381	467
Feira da Teófilo Conduru	52	98
Feira do Açaí	198	270
Feira da Castanheira	61	111
Feira da Catalina	26	34
Feira do Conj. Providencia	2	2
Feira do Entroncamento	288	488
Feira do Entroncamento (folhagem)	138	190
Feira do Guamá	457	775
Feira do Jurunas	574	918
Feira do Maracajá	12	30
Feira do Panorama XXI	108	126
Feira do Parque União	290	344
Feira do Porto da Palha	315	373
Feira do Porto do Açaí	86	92
Feira do Telégrafo	309	493
Feira do Ver-o-Peso	1.475	2.365
Total	7.452	11.333

As feiras acontecem todos os dias da semana, inclusive várias delas funcionam de segunda a segunda no mesmo local, e nestas a maioria das barracas não é desmontada. Também há feiras que funcionam de sexta a domingo, e outras que acontecem em determinados períodos do ano, é o caso, por exemplo, da feira dos agricultores que ocorre na Ilha do Mosqueiro.

Ainda é importante mencionar as feiras de produtos orgânicos, que é organizada pela uma associação de produtores orgânicos de Belém. Estas acontecem todas as quartas e aos sábados na praça Umarizal.

Quanto ao horário de funcionamento também há diferenças, existem feiras com funcionamento diurno, das 6-7 horas da manhã até às 14 horas, e feiras noturnas, principalmente aquelas que tem perfil atacadista ou semiatacadista que funcionam a partir da meia noite até às 6 horas da manhã (é o caso da Feira do Entroncamento) e outras que iniciam às 2 horas e encerram às 6 horas da manhã, é o caso da Feira da Pedra do Peixe e a do Porto da Pedra.

Vale destacar que os portos, como as feiras localizadas à beira dos rios, são entrepostos comerciais que participam ativamente da vida econômica do município uma vez que articulam a dinâmica da produção das ilhas com o consumo de inúmeros bairros próximos ao rio, não somente estes bairros na medida em feirantes de outros bairros e mesmo a rede varejista vem realizar compras nestes equipamentos.

Ainda na caracterização das feiras vale mencionar as que são chamadas de entreposto, que são aquelas onde ocorre a venda em sistema de varejo e atacado, o que revela que os circuitos curtos e longos se conectam nestes espaços, fazem parte da dinâmica no processo de organização do abastecimento do município. No caso do atacado a venda é feita para outros equipamentos de varejo existentes na cidade, como para feirantes que comercializam em outras feiras da cidade, esse é o caso da Feira do Entroncamento e do Ver-o-Peso, que inclusive se abastecem de alguns produtos provenientes da Ceasa.

Vale destacar que feiras como a do Entroncamento, do Parque União (Tapanã) e outras localizadas na região de expansão urbana apresentam uma dinâmica de funcionamento atrelada aos fluxos de produtos agrícolas oriundos de pequenos e médios municípios da região Nordeste do Pará sob influência da BR 316. Para os produtores que aí comercializam, essa feira representa uma economia de tempo e dinheiro, e isso inclusive tem levado a um processo de esvaziamento do comércio atacadista que ocorre na madrugada no mercado do Ver-o-Peso (Medeiros, 2010).

Essa feira atende consumidores de vários bairros e distritos, como Guanabara, Marambaia, Castanheira, Souza, Val de Cães, Sacramento e praticamente toda a região sob influência da Rodovia Augusto Montenegro. A partir da consolidação da feira ocupando grande área daquele local, outras atividades econômicas varejistas passaram a se instalar nas proximidades. Assim, grandes redes de supermercados (foi o caso do Yamada) e de lojas se fizeram presentes no lugar.

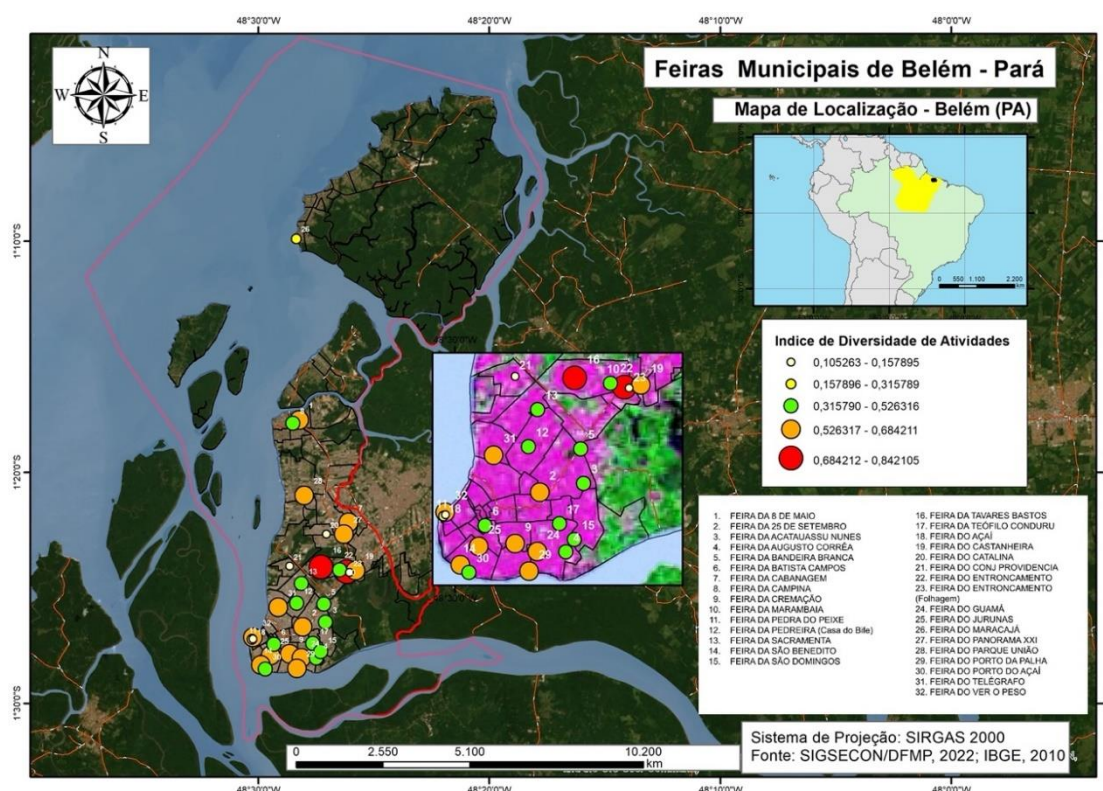
As características das feiras livres identificadas até o momento permitem que o poder público possa organizá-las em tipos: quantidade de feirantes, regulares/irregulares, tipos de produtos comercializados, localizadas ao redor de mercados/sem mercado ao redor, feira semiatacadista (entreposto), feira do produtor, feiras orgânicas, feiras diárias, feiras de alguns dias da semana, próximas ao rio, distantes do rio, feira noturna, alcance municipal versus bairro.

No universo de feirantes que atuam no Município de Belém existe uma diferenciação econômica entre eles, entre mais e menos capitalizados, e essa situação resulta no fato de existirem permissionários que possuem até três barracas licenciadas, o que é permitido pelo regulamento.

Uma forma de analisar a complexidade das feiras e mercados é por meio do número de atividades presentes em cada um desses locais. Assim, foi calculado um índice de diversificação simples, que é a soma das atividades presentes naquela feira ou mercado dividido pelo número de atividades possíveis (19 conforme a Tabela 6 e o DPFM).

O índice possui uma escala de 0 a 1, sendo 0 para aquela feira ou mercado que não possuía nenhuma atividade sendo realizada (poderia estar em reforma por exemplo e 19 para a feira que possui todas as atividades listadas pelo DPFM).

Em relação à diversificação, as feiras possuem características bem diferentes sendo que poucas são muito diversificadas. A maioria oferta um nível de atividades intermediário – entre 9 e 13 das 19 atividades possíveis. O mapa abaixo apresenta o índice de diversificação das feiras.



Mapa 14 – Índice de diversificação das feiras municipais de Belém, 2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DPFM.

Dentre as oito maiores feiras, a do Entroncamento e a do Ver-o-Peso são as que mais se destacam pelo tamanho. Enquanto a primeira está mais voltada para o sentido da

rodovia federal, a segunda tem sua dinâmica relacionada com o rio. Para este autor as feiras surgem no espaço urbano local tomando como referência quatro aspectos importantes:

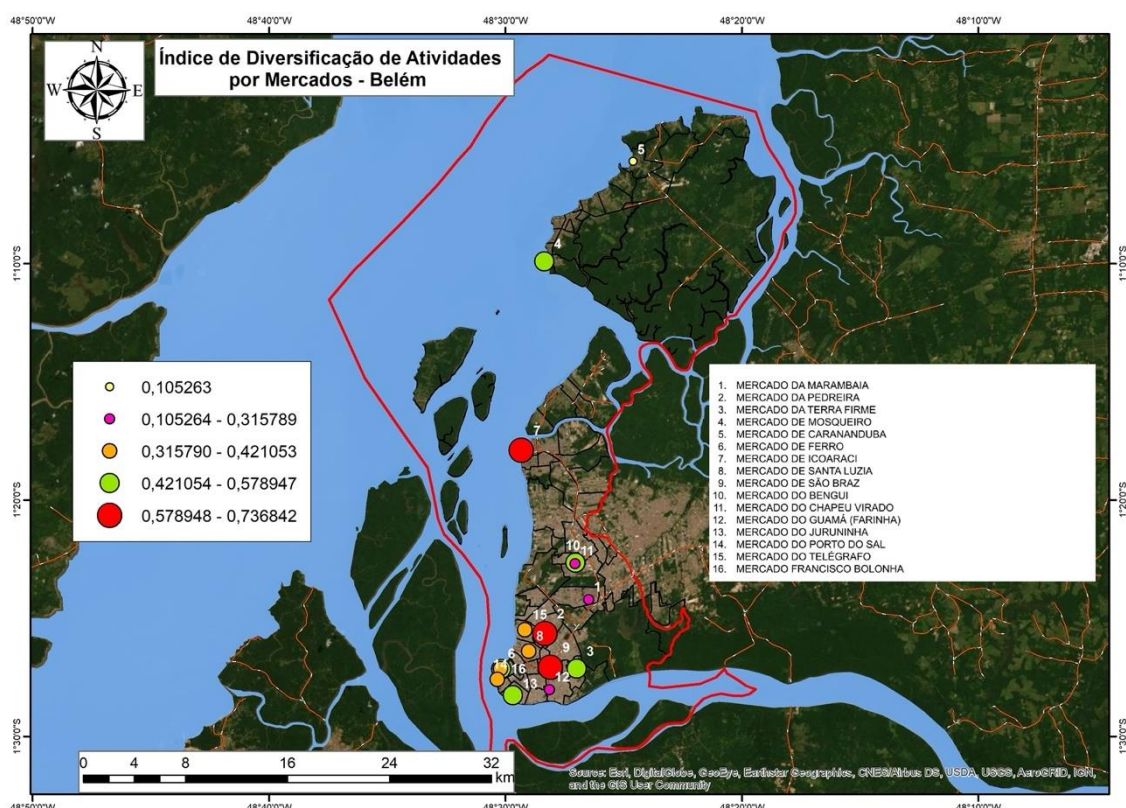
- quantidade de feirantes regulares ou irregulares;
- diversidade de produtos comercializados;
- importância da feira para o bairro;
- área de abrangência dentro da escala do município (MEDEIROS, 2010)

A pesquisa de campo identificou que a localização das feiras não guarda uma certa distância entre elas, o que resulta numa certa disputa pela clientela. Um exemplo é o caso das feiras da 25 e a São Brás, ambas muito próximas e diárias. O que determina o público presente na feira é a qualidade e o preço dos produtos.

Observa-se pelo mapa de localização das feiras, mercados e portos uma certa concentração dessas atividades. As regiões mais centrais concentram um maior número de feiras.

Os mercados possuem características distintas das feiras, funcionamento distinto, estrutura física e de equipamentos muito diferenciada. Por essas características, concentram determinadas atividades como a venda de carne, pescado e produtos industrializados cuja ocorrência é quase exclusiva a esses equipamentos.

O Mapa 15 apresenta o índice de diversificação das atividades dos mercados, cujo cálculo foi explicado anteriormente. Observa-se uma maior diversificação entre os mercados em relação às feiras.



Mapa 15 – Índice de diversificação das atividades dos mercados municipais de Belém, 2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DPFM.

Os mercados, comparativamente as feiras, possuem tamanho muito menor; ainda assim, se verificam mercados com tamanho bastante expressivo. A diversificação dos mercados é, na média, um pouco menor do que aquela observada nas feiras — nove contra dez atividades em média.

Tabela 32 - Mercados municipais, permissionários e equipamentos. Belém, 2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DPFM.

Mercados municipais	Permissionários	Equipamentos
Mercado da Bandeira Branca	19	36
Mercado da Marambaia	11	25
Mercado da Pedreira	207	265
Mercado da Terra Firme	101	167
Mercado de Mosqueiro	53	111
Mercado de Carananduba	4	7

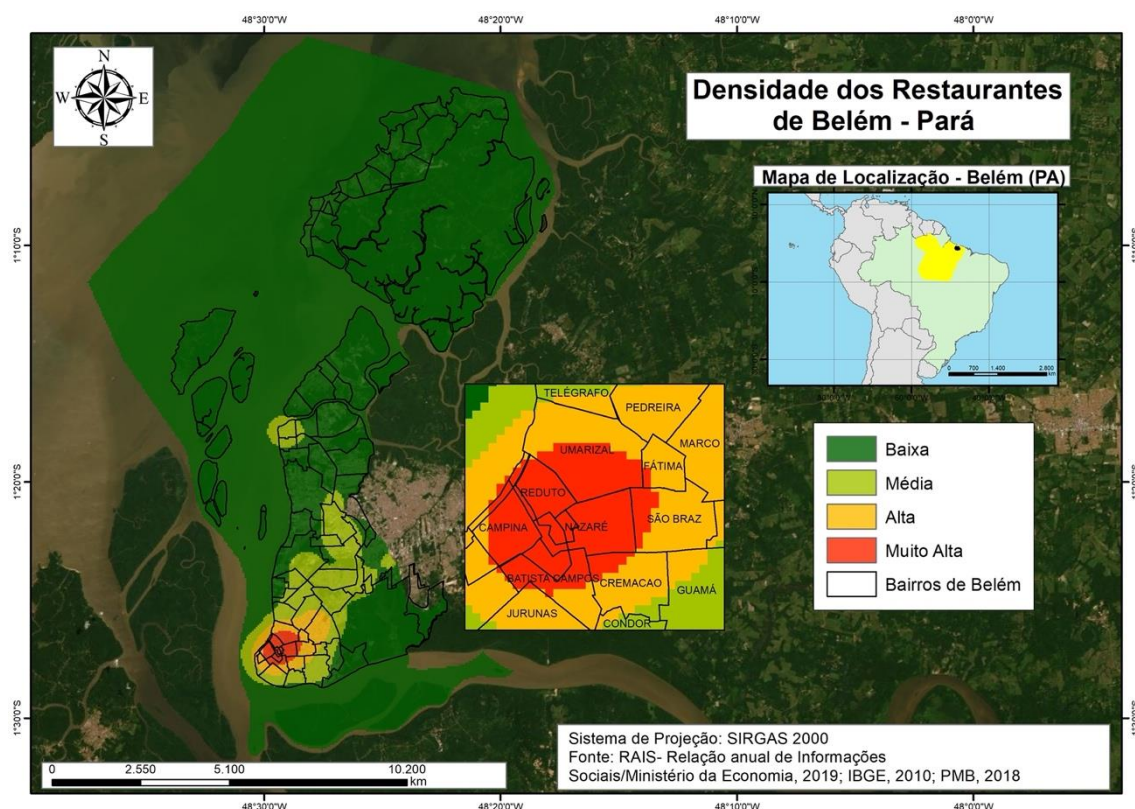
Mercado de Ferro	95	111
Mercado de Icoaraci	101	156
Mercado de Santa Luzia	40	66
Mercado de São Braz	266	531
Mercado do Bengui	69	126
Mercado do Chapéu Virado	14	23
Mercado do Guamá (Farinha)	110	217
Mercado do Juruninha	15	16
Mercado do Porto do Sal	27	36
Mercado do Telégrafo	26	57
Mercado Francisco Bolonha	93	122
Total	1.251	2.072

A estrutura do Departamento de Feiras, Mercados e Portos tem atualmente 187 funcionários para fiscalizar todos esses equipamentos, nos quais atuam aproximadamente 8.703 permissionários. A esse total deve ser acrescido o número de 600 feirantes irregulares, que atuam sem a permissão de uso. Para o ano de 2009 foi apresentado um quadro da participação de feirantes nas 32 feiras existentes à época, como também a condição (regular ou irregular) desses feirantes (Quadro 6).

A principal tarefa desses servidores, de acordo com o chefe do Departamento de Feiras, Mercados e Portos, é garantir que a metragem autorizada para ocupação do espaço público seja mantida, pois é comum os feirantes aumentarem a metragem ocupada sem a autorização do Poder Público. Outra atividade desenvolvida pelo Departamento é acompanhar e produzir estatísticas a respeito da comercialização de produtos alimentícios, volume, produtos, tipos etc.

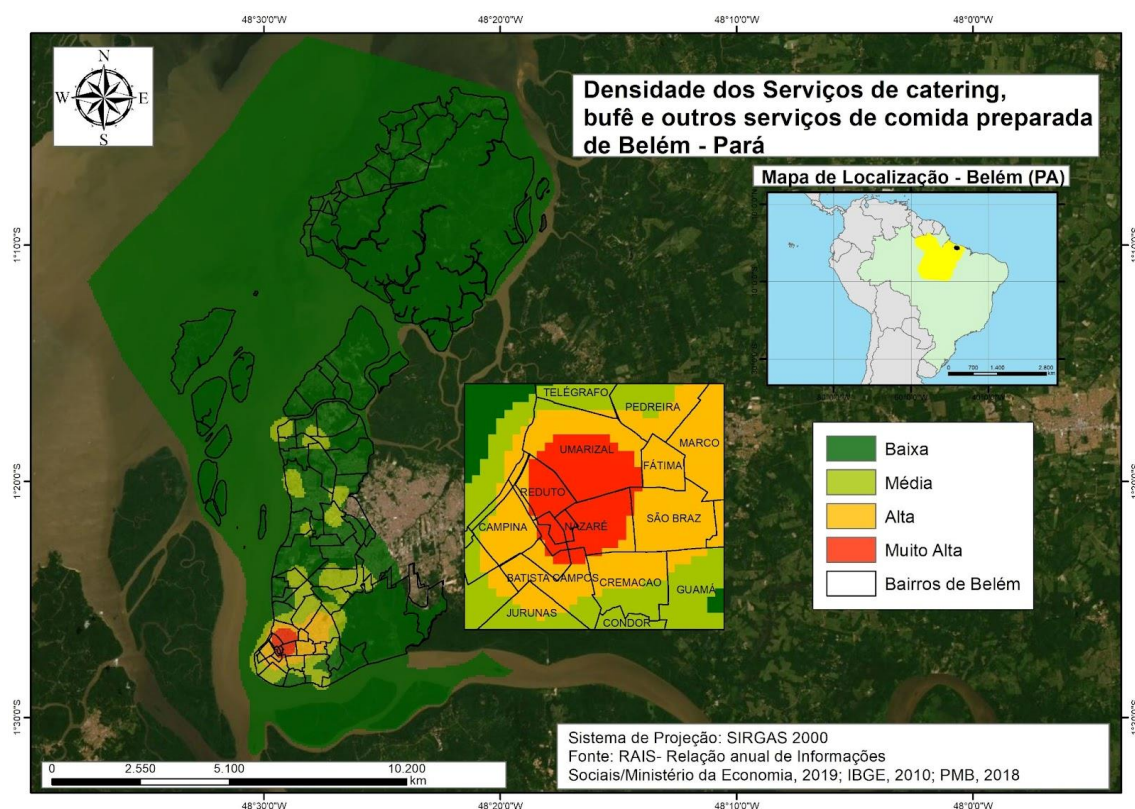
Outros serviços alimentícios

Uma característica importante do setor de alimentos é a parte de serviços voltados principalmente para a oferta de alimentação – restaurantes, serviços de catering e hotelaria que servem refeições prontas. Isso envolve uma gama bastante ampla de serviços, com diferentes graus de sofisticação, tamanho, escala e diversidade. Desde o pastel até o restaurante sofisticado, são 1341 estabelecimentos na RAIS Identificada e há uma concentração nas regiões do Umarizal, Nazaré, Reduto, mas que se dispersa na região central da cidade.



Mapa 16 - Densidade de estabelecimento de restaurantes, bares e outros produtos relacionados a comida em Belém, 2019.

Fonte: Elaboração própria, com dados da Relação Anual de Informações Sociais, Ministério da Economia, 2019.



Mapa 17 - Densidade de estabelecimentos de serviços em Belém, 2019.

Fonte: Elaboração própria, com dados da Relação Anual de Informações Sociais, Ministério da Economia, 2019.

8. Políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar

Esta seção inicia fazendo uma breve apresentação sobre a ação pública na área da segurança e do abastecimento alimentar no Brasil e no exterior, para então apresentar uma síntese das entrevistas realizadas em Belém. Dessa forma ela está organizada em quatro tópicos.

I. BREVE HISTÓRICO DO ABASTECIMENTO E DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A questão da alimentação é um tema sensível para os governos, principalmente o Governo Federal, pois muitas vezes é associada com a carestia de preços e o desabastecimento de produtos, a exemplo do que se tem vivido nos últimos anos de ultraliberalismo agroexportador, que se manifesta na ausência de políticas públicas de regulação das exportações de produtos agropecuários de sorte a garantir o abastecimento do mercado interno, o acesso aos alimentos e o controle dos preços dos itens que compõem a cesta básica de alimentos. Quando esses dois pontos – carestia e desabastecimento – chegam a patamares que acentuam a fome e a desnutrição, um sinal de alerta se acende.

Na história de nosso país temos vários momentos em que se associam carestia e desabastecimento e que levaram à intervenção governamental, diferentemente do que ocorre neste momento, em que se assiste uma ausência de proposta e uma inércia. Ao contrário, o que se propõe é ampliar o desmonte de estruturas que auxiliam na regulação do abastecimento como as compras e formação de estoques, liberação de crédito para ampliar a produção de alimentos e não somente de commodities de exportação. Seria preciso executar programas que fortalecem a produção e a doação de alimentos para os setores da sociedade que passam algum tipo de privação.

Nos anos 1960 o país passava por sérios problemas de abastecimento desde a produção até o escoamento e, em 1962, foi criada a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) com o intuito de superar o problema da escassez de oferta de produtos hortifrutigranjeiros, devido à limitada cadeia logística da época, incapaz de escoar de maneira eficiente o que era produzido no campo. Dessa maneira o governo passou a criar centrais de abastecimento e postos de varejo. No início da década de 1970, a Cobal

implantou os hortomercados destinados ao comércio varejista de hortifrutigranjeiros, concentrando os vendedores em um único espaço coberto, visando à melhoria das condições de higiene e à redução das perdas de alimentos perecíveis (ZEFERINO, 1989).

Nos anos 1990 a crise econômica e o avanço das políticas neoliberais levaram a que várias empresas públicas fossem extintas ou sofressem uma fusão, foi o caso da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem. Dessa fusão, em abril de 1990 foi criada a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, que ficou encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento no âmbito do Governo Federal (ZEFERINO, 1989).

A fome e a insegurança alimentar são problemas não resolvidos e é importante destacar que, ao longo dos últimos anos, se tem assistido ao desmonte das políticas ligadas ao tema, foi o caso dos programas de aquisição de alimentos, a merenda escolar, a política de estoques reguladores, a distribuição de cestas básicas às populações em situação de vulnerabilidade etc.

De acordo com a FAO (2021) o percentual da população latino-americana em insegurança alimentar moderada e grave passou de 25%, em 2014, para 40%, em 2020. O Brasil, depois de ter atingido o seu percentual mais baixo em 2013, quando cerca de 10% da população apresentou insegurança alimentar moderada e grave, este voltou a subir e chegou a 20,5%, em 2020, de acordo com o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN, 2022). Vale ressaltar que esses grandes números escondem diferenças e desigualdades regionais importantes, ainda mais considerando as dimensões territoriais, a complexidade e a diversidade cultural brasileira.

Os números acima revelam que a crise econômica que o Brasil vem experimentando ao longo dos últimos cinco anos, agravada pela pandemia do Covid-19, recolocaram o debate sobre o tema no centro das atenções. Isso por diversas razões: aumento do desemprego, estagnação da renda, aumento dos preços de produtos alimentícios básicos, fechamento de redes de assistência alimentar como restaurantes populares, cantinas escolares e pequeno varejo de alimentos nas periferias urbanas. Esse cenário acarretou uma piora nas condições para compra de alimentos, tendo contribuído para a elevação da insegurança alimentar (GALINDO, 2021).

Em paralelo, ainda durante a pandemia, ocorreu um fenômeno de concentração das compras em supermercados e consequentemente a elevação das vendas de alimentos prontos e processados. Isso foi resultado de uma sinalização dada pelo Poder Público e pela imprensa, que informavam ser esses locais mais seguros para se realizar a compra de alimentos. Da mesma forma, do lado da alimentação saudável, expressa nos alimentos orgânicos e agroecológicos, houve a tendência de crescimento da

comercialização, principalmente para os segmentos que adotaram a venda por aplicativos, grupos de WhatsApp e realização de entregas domiciliares (BELIK, 2020).

Esse quadro de crise, com fome, desemprego, carestia e desabastecimento, levou prefeituras e governos estaduais a assumirem papéis cada vez mais relevantes na construção, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas voltadas à garantia e preservação da segurança alimentar em espaços regionais. Essa volta do poder público municipal, ainda que incipiente, retoma uma trajetória que foi muito acentuada na segunda metade dos anos 1970 até o início desse milênio. Um exemplo é o município de Araraquara, que, por meio da Lei Municipal N. 9.160, de 17 de janeiro de 2018¹⁴, procurou fortalecer as cadeias curtas de comercialização, fazendo com recursos próprios a aquisição e a doação de alimentos, de forma semelhante, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo estadual paulista, que ampliou iniciativa similar durante a pandemia.

Verifica-se também nessas iniciativas a tentativa de fortalecer as cadeias curtas de comercialização. Ademais, há uma mudança no entendimento da agricultura urbana, da agroecologia e sua relação com o espaço urbano-regional do entorno¹⁵, em consonância com o movimento internacional liderado pelas Nações Unidas, em especial pela FAO, que vem incentivando a estruturação de redes regionais de abastecimento (FAO, 2018).

No período que inicia na segunda metade dos anos 1980 e se estende até o início dos anos 2000, estados e municípios passaram a ganhar uma centralidade na política de abastecimento e segurança alimentar no Brasil. Assistiu-se a diversas iniciativas que tentaram, de diferentes formas, garantir melhores condições de acesso de parte da população residente em médias e grandes cidades, melhores condições de comercialização para agricultores, experiências de controle de preço da comercialização de alimentos básicos no varejo de sorte a melhorar as condições de acesso (principalmente para a população de baixa renda), criação de restaurantes com venda de refeições à preços subsidiados, recuperação do papel dos mercados municipais, melhoria da qualidade da merenda escolar com a introdução de alimentos não industrializados, parceria com entidades sociais e do terceiro setor para melhoria da alimentação em creches, asilos, hospitais, criação de bancos de alimentos, criação de equipamentos como varejões e feiras de preços controlados.

As experiências citadas foram inúmeras e ocorreram de norte a sul no país. Muitas iniciaram por meio de parceria dos governos estaduais, foi o caso de São Paulo, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro entre outros. Por sua vez, os municípios de Santo André, Belo Horizonte, São Paulo, Santos, Piracicaba, Porto Alegre, Curitiba, Angra dos Reis e Jaboticabal, entre outros, ganharam destaque por distintas iniciativas que responderam à demanda de grupos locais.

¹⁴ <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9160>.

¹⁵ A Revista de Agricultura Urbana, de maio de 2015, dedica um número inteiro à discussão e à comparação dos diferentes Sistemas Alimentares das Cidades-Regiões de diversos países.

De acordo com o apresentado até aqui, as políticas de abastecimento e da segurança alimentar são muito abrangentes, pois envolvem desde a produção agropecuária e sua transformação, seu processo de deslocamento no território local, regional ou nacional, até os serviços alimentares como supermercados e restaurantes, com impactos setoriais e sociais muito diversos, e engloba desde a produção em pequena escala e familiar até a produção mercantil e de larga escala. Esses processos se organizam de acordo com as distâncias e o grau de intermediação nas chamadas cadeias curtas ou cadeias longas (HOFFAMANN, 1973).

De acordo com Belik (2020) as cadeias longas se caracterizam pela maior complexidade e abrangência, e memo pelas suas conexões com os mercados internacionais. As cadeias curtas contam com menos elos, se caracterizando pela abrangência local/regional e, assim, calcada na agricultura de menor escala e apresentando maior heterogeneidade.

II. MUNICÍPIOS: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

A base da atuação das políticas públicas de abastecimento alimentar está associada ao direito básico à alimentação, muito antes da sua incorporação na CF 1988, em PEC aprovada no ano de 2010. Ainda, tratando do tema alimentação, Gomes Jr. e Martins (1992) consideram ser indispensável recuperar a dimensão pública da questão alimentar, por isso é necessária a presença governamental regulando as atividades econômicas para garantir a materialização do direito à alimentação.

Se a resolução ficar por conta do mercado, o abastecimento alimentar não aparece como uma questão central da sociedade. Ele irá aparecer como um problema de “alimentação”, alvo portanto dos famosos (e difamados) programas sociais compensatórios das “deficiências” do modelo econômico ou ficará restrito ao seu aspecto mais determinante que é a renda (GOMES JR. E MARTINS, 1992).

Uma política de abastecimento municipal pressupõe a recuperação da capacidade do Estado de intervir no mercado de alimentos, seja na indução da concorrência nos setores oligopolizados, seja na inibição de práticas especulativas. O fortalecimento da esfera municipal é indispensável, já que os municípios representam um espaço privilegiado para o resgate da cidadania, pois ela favorece a participação e o controle popular sobre a gestão pública e facilita a identificação dos grupos sociais que devem ser o alvo das ações específicas ou emergenciais (GOMES JR.; MARTINS, 1992).

Ressalte-se que de acordo com a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em seu Artigo 3º, diz que “a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem

comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2022).

Neste sentido existem várias experiências municipais que revelam os esforços de aperfeiçoamento dos instrumentos de intervenção direta ou por formas alternativas e/ou concorrenciais de distribuição varejista. O poder público local pode atuar nas esferas da produção, circulação e comercialização de alimentos, além da informação e do direito, pois existe uma dimensão pública governamental que regule as atividades econômicas para garantir a materialização do direito à alimentação (GOMES JR.; MARTINS, 1992).

O abastecimento ainda não recebe a devida atenção governamental por não ser objeto de reivindicação de algum grupo social específico. Dessa forma, no âmbito local, são poucas as iniciativas de políticas públicas que resultem na obtenção de uma disponibilidade de alimentos que seja, ao mesmo tempo, suficiente para incorporar os excluídos do mercado, que ofereçam alimentos saudáveis, realizada com estabilidade e autonomia e que seja sustentável a longo prazo (GOMES JR.; MARTINS, 1992; BELIK, 2020).

Gomes Jr e Martins (1992) destacam o papel privilegiado do município já que nesse nível de organização é possível tratar de forma privilegiada o resgate da cidadania, pois favorece a participação e o controle de parte da sociedade na formulação e execução das políticas públicas. Eles consideram que o equacionamento da questão do abastecimento alimentar urbano deve ocorrer de forma articulada.

No início dos anos 2000, Cunha, Lemos, Nabuco e Pessoa organizaram tipologias para organizar os eixos de intervenção e as diferentes orientações seguidas em cada um desses eixos. Eles também partiram das experiências desenvolvidas pelas prefeituras no campo da gestão e do abastecimento alimentar, tendo como referência especial a Prefeitura de Belo Horizonte. A literatura mais recente incorporou questões novas e atuais a discussão sobre as políticas de abastecimento e segurança alimentar, e a questão da sustentabilidade tem ganhado cada vez mais espaço na discussão: seja do ponto de vista ambiental, mas também no que diz respeito a saúde pública.

No que tange à presença de políticas públicas municipais de abastecimento Belo Horizonte desenvolve há quase 30 anos uma Política de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional por meio da Subsecretaria de Abastecimento, atualmente Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. A subsecretaria responde por projetos que se desenvolvem por meio de sete linhas de ação: a) fomento à agricultura urbana; b) abastecimento e regulação do mercado; c) comercialização subsidiada de alimentos; d) programa assistência alimentar; e) educação para o consumo; f) capacitação e qualificação profissional; g) gestão de políticas em segurança alimentar e nutricional.

Na última década, posteriormente ao período que se encerrou no início dos anos 2000, a discussão relacionada com o papel das cidades na formulação de políticas voltadas

para o abastecimento e segurança alimentar ganhou novamente espaço na agenda com várias experiências internacionais sendo destacadas por sua relevância, foi o caso de cidades como Nova York, Cidade do Cabo, Vancouver, Londres e Shanghai. Também podem ser incluídas as municipalidades espanholas e alemãs.

A questão é ainda mais central quando se trata de países pobres e em desenvolvimento, em especial na África, onde há grandes cidades e aglomerados urbanos. No âmbito latino-americano pode ser destacada a cidade de Quito, no Equador, e no caso brasileiro já foram citadas várias capitais e cidades de médio e grande porte.

Empregando uma metodologia de análise de rede para comparar o desempenho e a abrangência das políticas de abastecimento e segurança alimentar desenvolvida por 32 cidades, Filippini, Mazzocchi e Corsi (2019) analisam as 148 cidades que assinaram o Pacto de Milão, iniciativa proposta pela Prefeitura de Milão durante a Expo 2015 para o desenvolvimento de ações ligadas à construção de políticas urbanas e municipais para o abastecimento e a segurança alimentar (Urban Food Policy).

Os autores constataram que, em geral, as questões da produção, da equidade social e da governança representam a maioria das ações implementadas pelas cidades analisadas, e elas estão intimamente ligadas às dimensões sociais e econômicas da população, produção e consumo de alimentos (FILIPPINI, MAZZOCCHI E CORSI, 2019).

Para Dernber et al. (2019) as políticas podem ser dívidas temporalmente em dois tipos: as chamadas “velhas políticas” concebidas na década de 1970 e cujo ponto central era a questão da fome e da segurança alimentar. A partir dos anos 1980 esse paradigma veio sofrendo alterações, oriundas de uma “nova” visão sobre segurança alimentar que não se restringe ao acesso à comida. Esse conceito abarca a perspectiva de que todos os indivíduos devem possuir condições de ter acesso a alimentação em quantidades físicas e econômicas suficientes, mas também do ponto de vista sanitário e nutricional, permitindo que tenham uma dieta que lhes garanta boas condições de saúde. A globalização, o rápido processo de urbanização e integração tecnológica influenciaram essa mudança de paradigma, revalorizando as escalas local/regional (DOERNBERG et al., 2019).

Dessa forma, a política de abastecimento e segurança alimentar, quando analisada pela perspectiva dos sistemas, abrange a questão ambiental, saúde pública, nutrição, pobreza, capacidade de construção social, participação popular, marketing e desenvolvimento econômico, dentre outros aspectos. Ela questiona a capacidade de governos locais e regionais em lidar com a política de abastecimento e segurança alimentar, mostrando que existe um limite na capacidade de iniciativas do poder local, e que isso pode ser uma armadilha quando se negligência aspectos que têm importância em escala nacional/internacional (DOERNBERG et al., 2019, e FILIPPINI et al., 2021).

O desafio para as políticas públicas está, portanto, em como equilibrar a realidade e o potencial de resolução de problemas do abastecimento e da segurança alimentar de acordo com a localidade e a região.

Procurando sintetizar os elementos necessários à construção de uma política de abastecimento e segurança alimentar, identificamos na literatura sobre o tema que, para uma boa organização e sistematização de políticas públicas, seria necessário que a mesma estivesse organizada em quatro eixos: sendo um vertical, ligado à coordenação e governança da política, responsável por estruturar as diversas ações, criar as articulações institucionais, monitorar as ações, acompanhar sua execução, avaliar os resultados e apontar as necessidades de ação de acordo com uma visão de planejamento de curto, médio e longo prazo.

Os eixos horizontais englobam os três sugeridos por Cunha et al. (2000), explicados após o Quadro 5 com adição de um quarto, a saber: o eixo Regulatório, o Compensatório, o das Práticas Urbanas e o da Sustentabilidade.

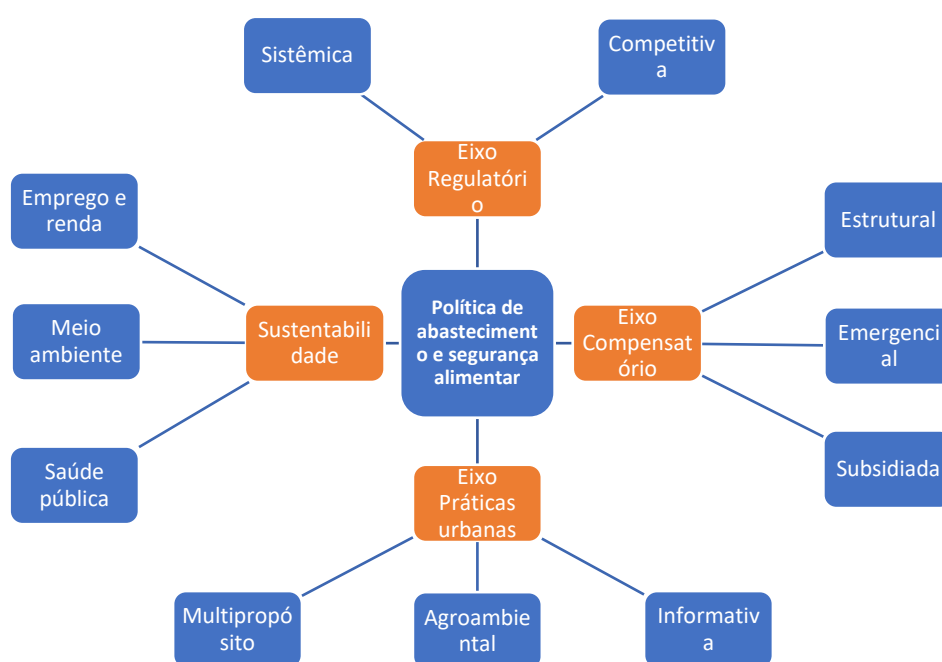


Figura 4 – Síntese metodológica dos programas de abastecimento.

Eixo Regulatório: envolve ações no mercado agroalimentar pelo lado da oferta, com diferentes tipos de intervenção: i) controle de preços; ii) aumento da competição para ofertar melhores preços; iii) ampliação da oferta de produtos agroalimentares; iv) criação de oportunidades comerciais para produtos específicos; e v) viabilização de espaços comerciais que promovam o escoamento da produção e a inserção de produtores rurais na cidade.

Por sua vez, as orientações do eixo da regulação são:

1. sistêmica: apoiar novos canais e/ou circuitos de comercialização no mercado urbano, gerando alternativa de renda rural beneficiando a população urbana com produtos mais baratos e de melhor qualidade;

2. competitiva: estimular a competição entre os agentes do comércio varejista, utilizando dos espaços públicos, visando regular preços e ampliar as opções de abastecimento alimentar;
3. normativa: direcionada para a criação de normas de funcionamento comercial no aspecto sanitário, de postura pública, de atendimento ao consumidor e de padronização de equipamentos e produtos.

Eixo Compensatório: envolve as ações de intervenção do poder municipal para a garantia do acesso, atua direta ou indiretamente no: i) fornecimento regular de refeições para a rede pública municipal de ensino, como verbas próprias ou por transferência; ii) fornecimento regular de gêneros alimentícios para a rede pública ou conveniada (hospitais, centros de saúde) e assistência social (asilos, creches, centros de apoio à infância e juventude, centro comunitários, etc.); iii) suplementação alimentar para instituições sociais e de saúde consideradas de utilidade pública; iv) fornecimento e coordenação de doações de alimentos para grupos sociais em situações de risco; v) comercialização subsidiada, de forma seletiva, de refeições e gêneros alimentícios.

As orientações para o eixo compensatório são as seguintes:

1. estrutural: visa a entrega regular de refeições para rede de ensino público municipal e distribuição regular de refeições e/ou gêneros alimentícios para instituições públicas e/ou conveniadas de ensino, saúde e assistência social, com verbas próprias ou de repasse (transferências);
2. emergencial: visa suprir com gêneros alimentícios para suplementar a alimentação de indivíduos biologicamente vulneráveis à desnutrição (gestantes, nutrízes, crianças e idosos), entrega de alimentos, organização e apoio a iniciativas de distribuição para grupos sociais em situações de risco ou expostos a riscos ambientais (seca, enchentes, etc.);
3. comercialização subsidiada: intervenções que ocorrem por meio da comercialização regular de gêneros alimentícios e/ou refeições, com algum grau de subsídio, direto ou indireto, pelo poder público.

Eixo das Práticas Urbanas: relacionadas com o modo de vida urbano em sua interface com a questão alimentar, atua na difusão de informações sobre preços, direito e a defesa do consumidor, alternativas de consumo, aproveitamento de alimentos, educação alimentar e/ou agroecológica e produção própria de alimentos, por meio de: i) difusão de informações sobre preços praticados no varejo; ii) atendimento e informações diretas ao cidadãos, através de telefones públicos, balcões, mídia ou

internet; iii) difusão e apoio a iniciativas de produção individual ou comunitária de alimentos; iv) oficinas e material informativo sobre aproveitamento de alternativas alimentares e valores nutricionais; e v) oficinas ecológicas ou agroecológicas.

As orientações neste eixo são:

1. informativa: promove a difusão de informações sobre preços dos programas públicos e/ou rede privada de abastecimento na área alimentar e aspectos nutricionais dos alimentos, assim como direitos do consumidor;
2. agroambiental: realiza a difusão de técnicas e práticas de aproveitamento dos recursos naturais urbanos, seja para a produção individual ou comunitária de alimentos;
3. multipropósito: ações que relacionam aspectos da alimentação com outros objetivos da gestão pública, como lazer e cultura, em equipamentos urbanos como mercados, centros comunitários, restaurantes públicos etc. (Cunha, Lemos, Nabuco, Pessoa, 2000).

Outro aspecto ressaltado por Cunha, Lemos, Nabuco, Pessoa (2000) se refere às parcerias, participação popular e articulação interinstitucional, envolvidas na elaboração, operacionalização e ampliação do alcance dos programas. Concordando com Gomes Jr., Martins (1992) e Belik (2020) os autores afirmam que esse processo significa retomar o papel do Estado de organização e coordenação de programas públicos, bem como a descentralização das políticas públicas.

III. O CASO DE BELÉM

Seguindo a proposta metodológica de Cunha et al. (2000) um dos objetivos do trabalho foi o de levantar a estrutura e organização dos diferentes agentes envolvidos na discussão, elaboração e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o abastecimento e segurança alimentar no Município de Belém. Após as entrevistas realizadas com diferentes atores, das informações coletadas foi realizada uma síntese apresentada no quadro abaixo.

O Quadro 5 apresenta esse mapeamento. Foram identificadas 29 ações, organizadas nos três eixos: o Regulatório, que abarca a maior parte das ações, com um total de 16 programas e ações. O eixo Compensatório que possui 7 ações, o eixo Informativo de práticas urbanas que possui dois programas associados a ele. Adicionamos um 4º eixo, que foi denominado sustentabilidade e que possui quatro ações.

Quadro 5 – Tipologia das ações de políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional. Belém.

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa, 2022.

Programa/Ação	Descrição	Eixo	Orientação	Setor/Órgão Responsável	Executor (Município ou Estado)
Compra da agricultura familiar	Programa de estímulo à produção e geração de renda para agricultores familiares por meio das compras institucionais para a alimentação escolar	Regulatório	Sistêmica	FMAE/PNAE	M
Aquisição da agricultura familiar	Programa de aquisição e doação de alimentos para entidades sociais	Regulatório	Sistêmica	Funpapa	M
Microcrédito	Programa de apoio a pequenos empreendimentos individuais e coletivos que inclui o setor agroalimentar	Regulatório	Sistêmica	Banco do Povo	M
Capacitação para agroindústria artesanal	Ação desenvolvida junto com o Bora Belém para a formação de novas habilidades produtivas com a industrialização de alimentos	Regulatório	Sistêmica	Banco do Povo/ Senar/ Bora Belém	M/E
Cursos de gastronomia, pesca e agroflorestal	Cursos profissionalizantes voltados para moradores das ilhas	Regulatório	Sistêmica	Funbosque	M
Feira do Produtor	Espaços de comercialização com a prática da venda direta de produtos da agricultura familiar, ribeirinha e assentada	Regulatório	Sistêmica	Secon	M
Feiras, mercados e portos atacadistas	Equipamentos que vendem no atacado, sendo os portos exclusivamente atacadistas, enquanto os demais vendem no varejo e no atacado	Regulatório	Sistêmica	Secon	M
Cursos Senar	Desenvolvimento de novas habilidades para a geração de renda pelo empreendedorismo ou pela inserção no mercado de trabalho	Regulatório	Sistêmica	Secon	M
Feiras livres e mercados	Local de comercialização no sistema de varejo, são espaços públicos geridos pela Secon sem interferência na formação de preços	Regulatório	Competitiva	Secon	M
Vigilância sanitária	Orientação e fiscalização sobre a qualidade dos alimentos nas redes de atacado e varejo	Regulatório	Normativa	Sesma	M
Certificação de batedores de açaí	Trabalho desenvolvido pela Vigilância Sanitária que passa pela	Regulatório	Normativa	Sesma	M

	capacitação e pela certificação do local de trabalho dos batedores				
Programa/Ação	Descrição	Eixo	Orientação	Setor/Órgão Responsável	Executor (Município Estado)
Fiscalização de feiras, mercados e portos	Orientação e fiscalização sobre a qualidade dos alimentos. Autorização para práticas de comercialização em espaços públicos.	Regulatório	Normativa	Secon	M
Controle da comercialização de pescados na Semana Santa	Há um decreto estadual e outro municipal em Belém que regulam o comércio atacadista de pescados durante a Semana Santa. É proibida a saída de peixes para outros estados, evitando-se assim o desabastecimento da população.	Regulatório	Normativa	Secon	M/E
Conferência Municipal de Produção Familiar e Agroecologia	Dar visibilidade à produção familiar e aos praticantes da agroecologia, bem como definir as linhas para a atuação do governo municipal nesta área	Regulatório	Normativa	Secon	M
Consórcio de gestão de feiras e mercados	O poder público pretende fazer uma organização tripartite que envolva a população, os comerciantes e o poder público para tratar do gerenciamento e da manutenção desses equipamentos	Regulatório	Normativa	Secon	M
Orçamento participativo	Conferência municipal que definiu as prioridades do investimento público no PPA para dois anos	Regulatório	Normativa	Segep	M
Merenda escolar	Alimentação oferecida para alunos de creches, do ensino fundamental e do EJA	Compensatório	Estrutural	FMAE/Semec	M
Café da manhã para crianças vulneráveis	Política de reforço alimentar para crianças que dispendem muito tempo no deslocamento até a escola (a maioria é filha de ribeirinhos e assentados) e que, para isso, tomam seu café da manhã muito cedo	Compensatório	Emergencial	FMAE/Semec	M
Doação de alimentos	Ação voltada para a população vulnerável do município	Compensatório	Emergencial	Coopsan	M/E
Concepção de novos alimentos	Trata-se da procura pela inovação na produção de alimentos, aproveitando os produtos abundantes na localidade	Compensatório	Emergencial	Coopsan	M
Doação de cestas básicas	Ação voltada para a população vulnerável do município	Compensatório	Emergencial	Funpapa	M

Bora Belém (renda cidadã)	Programa de complementação de renda	Compensatório	Emergencial	Funpapa	M/E
Restaurante do povo	Equipamento que oferece alimentação para a população a preços subsidiados	Compensatório	Emergencial	Banco do Povo/ Governo Estadual	M/E
Programa/Ação	Descrição	Eixo	Orientação	Setor/Órgão Responsável	Executor (Município Estado)
Orientação alimentar	Trabalho desenvolvido pela FMAE e pela Semec com os pais para reforçar a importância da alimentação escolar em detrimento a produtos industrializados e calóricos	Práticas urbanas	Agroambiental	FMAE/Semec	M
Coleta/divulgação e volumes e preços de comercialização em feiras, mercados e portos	Serviço realizado pela Secon com apoio do Dieese para o acompanhamento dos preços dos alimentos comercializados nos equipamentos de atacado e varejo da prefeitura municipal	Práticas urbanas	Informativo	Secon/Dieese	M
Hortas escolares	Programa educativo para valorização da produção e consumo de alimentos saudáveis	Sustentabilidade	Saúde pública	FMAE	M
Programa quintais produtivos	Programa na área da segurança alimentar para a melhoria da dieta alimentar das famílias e produção de pequenos excedentes comercializáveis	Sustentabilidade	Saúde pública/Emprego e Renda	Funbosque	M
Agricultura urbana e periurbana	Política voltada para a produção de alimentos agroecológicos nos espaços que as pessoas disponham com a finalidade de melhorar a dieta alimentar e vender o excedente	Sustentabilidade	Saúde pública/Emprego e Renda	Secon	M
Educação ambiental para catadores de resíduos sólidos	A iniciativa tem a finalidade de melhorar os indicadores e os volumes de resíduos não orgânicos recicláveis, melhorando a renda dos catadores	Sustentabilidade	Saúde pública/Meio Ambiente	Sema/Sesan	M

A atuação da Prefeitura Municipal de Belém no campo do abastecimento e segurança alimentar ocorre por meio de diversas secretarias, fundações e departamentos que lidam direta ou indiretamente com as ações nesse campo. Neste tópico são apresentados os principais achados. Abaixo sistematizamos as funções e os resultados do levantamento de informações e entrevistas dos diversos atores institucionais envolvidos com os programas voltados para o abastecimento e segurança alimentar.

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (Segep)

No âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento foi possível identificar, por meio das entrevistas realizadas, que o início da administração foi marcado por uma conjuntura financeira delicada, ocorreu uma queda na arrecadação e ela resultou de diferentes situações, a crise econômica que aumentou o grau de desemprego e reduziu a renda da massa assalariada; da inflação do custo de vida e da cesta básica levando as pessoas a não pagar seus tributos; e da redução dos repasses oriundos de recursos do governo federal. Ademais, o governo municipal buscou sem sucesso em aprovar anistia ou renegociação de dívidas tributárias dos munícipes.

Conforme os entrevistados nesta Secretaria, a execução das ações do Plano Plurianual (PPA) e a organização da ação administrativa revela que as ações direcionadas para a agricultura familiar, o abastecimento e a segurança alimentar (metas, objetivos e políticas públicas) estão pulverizadas, e levam a identificar que há uma dispersão das ações de abastecimento e segurança alimentar em muitas secretarias e autarquias, e que seria importante atuar de forma integrada.

No Orçamento Participativo (OP) as prioridades definidas foram: saúde (saúde da família), educação (escola e creche), melhoria do transporte, apresentadas na Figura 5. A agricultura aparece diluída no anseio expresso na reivindicação do desenvolvimento das ilhas do município. No OP foi identificada a existência de 47 comunidades agrícolas, com um conjunto de famílias que varia entre 20 e 40 membros.

A reivindicação associada à agricultura foi protagonizada pela Ilha do Mosqueiro que demandou uma política pública voltada para o meio rural, como também uma política de transporte hidroviário. O que se conclui é que tema da segurança alimentar e do desenvolvimento rural ainda é um debate localizado nos movimentos sociais.



Figura 5 – Prioridades aprovadas no Planejamento Participativo 2021-23.

Fonte: Segep.

Coordenação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (Copsan)

A coordenação de políticas de segurança alimentar e nutricional está ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito e é composta pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) e desenvolve suas ações em parceria com a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE), a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), a Secretaria Municipal de Educação (Semec), a Secretaria Municipal de Economia (Secon), Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (Segep) e Fundação Papa João XXIII (Funpapa).

Tem como finalidade promover o Direito Humano à Alimentação Adequada, através da valorização e incentivo ao consumo de alimentos regionais em qualidade e quantidade suficiente que atendam às necessidades básicas de vida dos munícipes. Sua atuação, segundo a sua coordenadora é voltada para a criação e aplicação de soluções que contribuam para amenizar a situação de insegurança no campo das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Desenvolve ações de capacitação e na pandemia organizaram a coleta e distribuição de cestas básicas. No momento a Coordenadoria vem desenvolvendo pesquisa para incluir o caroço do açaí como ingrediente na fabricação de pães, e deixar de ser um problema ambiental para o município.

A coordenadoria estabeleceu parceria com outros órgãos da administração estadual e municipal. No primeiro caso foi citada as tratativas de estabelecer parceria com o Banco de Alimentos da Ceasa. No segundo caso as parcerias em desenvolvimento são com o Banco do Povo que coordena o Restaurante Popular através do apoio à realização de cursos de capacitação.

Uma iniciativa importante anunciada pela coordenadora é a proposta a realização de uma Conferência Municipal e criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, pois ele permitirá estabelecer o Sistema de Segurança Alimentar e poder captar recursos oriundos do governo federal e estadual.

Secretaria Municipal de Educação (Semec)

A Secretaria Municipal de Educação possui um papel importante no âmbito de uma política de abastecimento e segurança alimentar na medida em que cuida da alimentação escolar. É responsável pela construção e manutenção das instalações voltadas para preparo da alimentação nas escolas e creches. Ela atua em parceria com a FMAE na produção da merenda escolar. É a Semec que faz a contratação das

cozinheiras que são coordenadas pela FMAE. Também a realização das hortas escolares é resultado de uma parceria entre a Fundação e a Semec.

Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE)

O papel da FMAE é organizar a compra e o preparo da Merenda Escolar distribuída aos estudantes da rede municipal e conveniadas. Promove o programa de horta escolar e educação alimentar para os estudantes da rede municipal.

A atuação da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) ocorre em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (Semec), esta última é quem contrata as merendeiras e as coloca à disposição da FMAE. A execução orçamentaria é fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar, que é quem aprova as contas da execução da merenda escolar.

O público atendido pela merenda escolar são os alunos de creches, escolas municipais e entidades da sociedade civil conveniadas. No caso dessas últimas a prefeitura além de fornecer a merenda escolar, cede professores, merendeiras e material de ensino.

Para cada modalidade do ensino atendida pela FMAE existe um tipo de exigência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): para as creches são quatro refeições ao dia (café, lanche da manhã, almoço e lanche da tarde); para o ensino fundamental tem de fornecer um lanche/refeição ao dia; no ensino médio se deve fornecer um lanche/refeição ao dia; e para o ensino de alfabetização de jovens e adultos (EJA) um lanche/refeição ao dia.

A Prefeitura fornece ao todo 100 mil refeições dia que se destina a um público de 70 mil estudantes da rede municipal e das entidades conveniadas. Atualmente a participação da agricultura familiar no fornecimento de gêneros para a merenda está em torno de 32% e a meta da atual gestão é chegar a 50% em 2024.

O total de escolas no município é de 218 unidades próprias e outras 20 unidades são entidades conveniadas. Para a elaboração da merenda o município conta com seis nutricionistas alocadas na FMAE e 400 cozinheiras.

As escolas não contam com uma estrutura que possibilite o armazenamento de gêneros alimentícios, esse quadro vem mudando desde 2021 quando a Prefeitura começou a fazer reformas para melhor adequar as escolas para o preparo e armazenamento da merenda escolar.

A FMAE tem entre seus objetivos combater os efeitos da vulnerabilidade social sobre o desenvolvimento infantil por meio da alimentação. Nos bairros ou comunidades onde foram identificadas vulnerabilidades, os alunos ao chegar na escola recebem um café da manhã. A maioria das crianças beneficiárias desta ação é oriunda de comunidades ribeirinhas.

O critério para a definição da vulnerabilidade foi o do tempo gasto com deslocamento até a escola, já que estes alunos têm que tomar seus cafés da manhã muito cedo, pois saem de suas casas de madrugada para ir à escola e se deslocam em barco. Para essa iniciativa foram selecionadas 14 escolas que compõem a região das ilhas do Município de Belém e Unidades Escolares da região rural foram selecionadas.

Tabela 33 - Unidades escolares em vulnerabilidade social. Belém.

Fonte: Semec e FMAE.

Unidade educacional	Área	Turno	Número de alunos
EMEIF de Educação do Campo Angelus Nascimento	Rural	Manhã	172
EMEF Maria Clemildes	Rural	Manhã	55
Anexo Bacabeira	Rural	Manhã	27
EMEIF Santana do Aurá	Rural	Manhã	43
EM Milton Monte	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	71
UP Nossa Senhora dos Navegantes	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	54
UP Nazaré	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	36
UP Santo Antônio	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	53
UP Sebastião Quaresma	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	62
UP Jutuba	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	31
UP Jamaci	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	29
UP Flexeira	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	49
UP Faveira	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	233
UP Seringal	Ilha/Ribeirinhos	Manhã	8
Total de Alunos Atendidos			923

O recurso dispendido com a execução dessa ação é oriundo do orçamento municipal e não recebe recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao todo são 20 escolas nas quais é distribuído o café da manhã.

As populações de ribeirinhos não são objeto de política alimentar escolar diferenciada a exemplo do que o MEC/FNDE desenvolvem para quilombolas, indígenas e escola do campo. O FNDE não reconhece a condição de vulnerabilidade em termos de segurança alimentar desta população, possivelmente porque este segmento carece de uma organização que os represente nacionalmente para reivindicar e obter políticas do governo federal e estadual.

A composição do cardápio trabalha na perspectiva de preservação dos hábitos alimentares regionais, assim entram no cardápio da merenda produtos com o açaí, pescados, farinha de tapioca, frutas e folhosas da região, pupunha e macaxeira. Esses produtos têm grande aceitação e são demandados pelos estudantes. No caso da proteína de origem animal são oferecidos carne bovina, pescado e carne de frango e sua procedência não é da agricultura familiar, assentada.

Os produtos de origem da agricultura familiar são adquiridos de três cooperativas, a principal fornecedora é a Copabel (Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Belém do Pará), situada na Ilha de Cotijuba, que é a principal fornecedora de produtos para a merenda. As cooperativas entregam os produtos diretamente nas escolas¹⁶, uma das justificativas apresentadas pela presidente da FMAE é porque a Fundação não possui servidores e nem estrutura para receber e armazenar produtos perecíveis, daí essa função ser repassada para os agricultores e suas cooperativas.

A Secretaria da Educação e a FMAE desenvolvem um trabalho de esclarecimento com os pais para que estes evitem mandar seus filhos com lanches ou dar dinheiro para seus filhos comprarem lanches, de modo a estimular que estes comam refeições e tenham uma melhor alimentação e nutrição.

Durante a pandemia de Covid-19, a Prefeitura, por meio da FMAE, distribuiu um kit de cesta básica equivalente às refeições que os alunos fariam nas escolas. Em 2021 foi entregue apenas um kit pois os alunos voltaram às aulas presenciais no segundo semestre e, em 2020 foram entregues dois kits de cesta básica.

Conforme já foi explicado a FMAE também fomenta a organização das hortas escolares e os produtos obtidos nestas hortas são utilizados no preparo da merenda escolar. Outra atividade prevista e que não pode ser realizada, em função da Covid, foi o concurso de culinária com a participação das cozinheiras.

Banco do Povo (Fundo Ver-o-Sol)

O Banco do Povo de Belém é responsável pelo financiamento de alternativas socioeconômicas, que são implementadas através da política de crédito solidário (microcrédito), pela capacitação profissional e pelo restaurante popular.

¹⁶ É importante destacar que não existe uma forma única de recepção dos produtos para a merenda escolar e a sua distribuição para as escolas, uma vez que o sistema de produção da merenda escolar pode ser feito de forma capilarizada, isto é, diretamente na cozinha das escolas ou pode ser feito em uma cozinha industrial própria da prefeitura ou de uma empresa terceirizada e é levado às escolas. Nas escolas as cozinheiras mantêm a temperatura e distribuem a alimentação para os alunos. Outra questão é o armazenamento dos produtos recebidos que posteriormente será entregue às escolas para a produção da merenda: pode acontecer das prefeituras possuírem um almoxarifado que centraliza o recebimento e organiza a distribuição dos alimentos para as escolas ou pode ocorrer dos alimentos serem em sua maioria entregues diretamente nas escolas e lá armazenados em câmaras frigoríficas.

O Banco é um fundo de desenvolvimento municipal criado em 1997 na primeira gestão do prefeito Edimilson para trabalhar com microcrédito. Nasceu para ser gerido na Secom, mas mudou de secretaria durante as gestões passadas, assim como ganhou atribuições que não possuía antes, é o caso do restaurante popular após convênio celebrado entre a prefeitura e o governo federal, em 2005.

A receita que movimenta o Fundo provém de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPN) e 0,64% do ICMS. Entretanto, o custeio do restaurante consome praticamente um quarto do orçamento do Fundo e disputa recursos humanos e financeiros que poderiam estar sendo utilizados nas atividades principais do Fundo, o microcrédito e a capacitação/formação de mão de obra. Está prevista a abertura de mais uma unidade do restaurante popular no Mercado São Braz.

A situação encontrada pela atual gestão no restaurante era bastante ruim. Algumas mudanças já foram implementadas a começar pela mudança da empresa que administra e elabora as refeições. Para o ano de 2022 as mudanças planejadas são resolver o problema da fila que fica na calçada deixando as pessoas à mercê da chuva e melhorar as condições de higiene.

Com essa intervenção houve uma ampliação do público, anteriormente os frequentadores eram os moradores de rua, os ambulantes e os aposentados. Depois da nova gestão e melhoras no local, este passou a ser frequentado por trabalhadores do entorno. Segundo as entrevistadas o aumento da divulgação, do custo de vida, da alimentação fora do lar, e a melhora da qualidade das refeições, são as principais justificativas para a diversificação e ampliação do perfil dos usuários.

Com relação à indagação de organizar os produtores em torno do fornecimento de produtos para o restaurante, a resposta obtida é que se faz necessário que os produtores se organizem para atender a pauta dos produtos ofertados nos cardápios e que esses produtos tenham qualidade.

Os entrevistados informaram que é necessário capacitar agricultores e suas organizações de comercialização em assuntos como contabilidade, administração, escala de produção e padronização de produtos.

No caso do microcrédito o financiamento de empreendimentos de economia solidária deve ser para um grupo entre três e dez pessoas, e nesse caso pode ser liberado um montante de recursos de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) seja para investimento ou para capital de giro. Em governos passados os recursos do microcrédito foi destinada para apoiar a manutenção dos equipamentos das feiras e mercados.

Também foi citada a existência em Mosqueiro uma experiência de banco comunitário que desenvolve uma moeda social, é o Banco Tupinambá.

Desde 2021 o Banco do Povo desenvolve um trabalho de formação e qualificação profissional para mulheres beneficiadas pelo Bora Belém, programa de renda básica que é gerido pela Funpapa, e o papel do Banco é contribuir com as portas de saída, ou seja,

promover atividades produtivas que emancipem os beneficiários dos programas de auxílio à renda.

Como exemplo, até o presente, foi citada a formação esteve ligada ao setor de alimentos e a ação foi desenvolvida junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), já foram formadas 240 mulheres. No entanto, há um problema com a escala e a quantidade de produtos produzidos. Outro aspecto a destacar é o fato de o Banco insistir em que as pessoas devem procurar o trabalho associativo ou cooperado.

O Fundo ainda tenta constituir parcerias para a formação, é o caso da Faculdade de Tecnologia de Alimentos, como também com o Instituto de Ciências Econômicas e Aplicadas que irá atuar juntamente na incubação de empreendimentos cooperados. A Figura 6 apresenta um exemplo de produto desenvolvido por ex-alunos da parceria do Banco do Povo com a Senar.



Figura 6 – Licor de jambu.

Fonte: Aly Jr., 2022.

Fundação Escola Bosque (Funbosque)

A Escola Bosque realiza a formação nas áreas da educação ambiental, agricultura e produção de plantas medicinais. Com unidades em três outras ilhas, a Fundação ainda mantém uma escola de pesca situada na Ilha do Outeiro.

A iniciativa Casa Escola da Pesca foi idealizada com o fim de fortalecer a identidade cultural das populações tradicionais, perdida ao longo do tempo, e valorizar o conhecimento que os estudantes trazem ao longo de sua vivência. Os alunos são em parte moradores das ilhas de Belém, e são predominantemente ribeirinhos. Valoriza-se a prática do uso das plantas medicinais, pois em muitas comunidades elas são o principal recurso para o tratamento de diversas doenças, além de trazer uma grande

economia para as famílias. O curso visa valorizar e resgatar o uso tradicional das plantas medicinais além da identidade das populações tradicionais. Além disso, visualizar o uso das ervas medicinais enquanto uma cadeia produtiva, que inicia com o pequeno produtor e se estende até a fabricação de medicamentos, evidenciando assim a importância da agricultura familiar.

Por outro lado, o Ecomuseu da Amazônia atua na área da formação em diferentes eixos temáticos. No caso do eixo Cultura, a proposta é integrar conhecimento técnico-artesanal voltado à geração de renda e qualidade de vida para as comunidades beneficiadas. No eixo Meio Ambiente, trabalha-se a aquicultura sustentável de várzea, que estimula o aproveitamento das áreas de várzea do Município de Belém para o cultivo e o manejo de peixes e camarões amazônicos, junto a isso tem-se o Projeto Sustentabilidade e Segurança Alimentar, com a finalidade de fomentar a geração de trabalho, renda e alimentação diminuindo a insegurança alimentar nas comunidades atendidas pelo Ecomuseu, desenvolvidas na comunidade Curupeté em Caratateua. Por fim, o eixo do Turismo de Base Comunitária inclui o Roteiro Patrimonial de Visitação, nas comunidades de Pedra Branca/Seringal e Poção/ Fazendinha da Ilha de Cotijuba.

Em parceria com a Universidade Federal Rural do Pará (UFRP) a Funbosque desenvolve o projeto Quintais Produtivos na Ilha de Caratateua, distrito de Outeiro em Belém (PA), um projeto de constituição da Associação Beneficente das pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida do estado do Pará, para desenvolver atividades produtivas para a sua subsistência e manutenção. A denominação de quintais produtivos pela se destina para as experiências, urbanas, periurbanas e rurais relacionadas à produção de alimentos do dia a dia nas áreas aos arredores da casa. Os quintais produtivos são espaços de difusão de conhecimento da soberania alimentar, capacitação profissional e valorização dos saberes tradicionais.

Secretaria Municipal de Saúde (Sesma)

Reponde pela vigilância sanitária e por programas de saúde infantil e para doenças crônicas como pressão alta e diabetes.

A Vigilância Sanitária atua mais no campo do treinamento e da capacitação, é o caso do trabalho com os batedores de açaí. Sua atuação no setor de feiras segue a linha de orientar os comerciantes de alimentos.

Fundação Papa João XXIII (Funpapa)

Responsável pela gestão da Política de Assistência Social no município de Belém, atua para garantir o acesso a serviços, benefícios e programas socioassistenciais, o que inclui o fornecimento de refeições às populações em situação vulnerável. É responsável pela operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Bora Belém,

que é um programa de renda mínima resultado de parceria da Prefeitura e o Governo do Estado. Atua, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), na formação de jovens na área de Manipulação de Alimentos, com técnicas de controle de qualidade e segurança alimentar, e no curso Produção de Mudanças de Plantas Ornamentais.

Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan)

É responsável pela coleta de lixo dos equipamentos públicos de comércio de alimentos, como também dos resíduos da comercialização de açaí que ocorre na malha urbana e é produzido pelos “batedores de açaí”.

Secretaria Municipal de Economia (Secon)

É a responsável pelos equipamentos públicos de venda de alimentos como feiras, mercados e portos. Também essa Secretaria é encarregada das políticas públicas de comércio ambulante e de agricultura. Dentre as secretarias municipais é aquela que abarca o maior número de ações e programas no âmbito de uma política de abastecimento e segurança alimentar.

Está estruturada em quatro departamentos, além de áreas técnicas e de planejamento que são ligadas diretamente ao secretário.

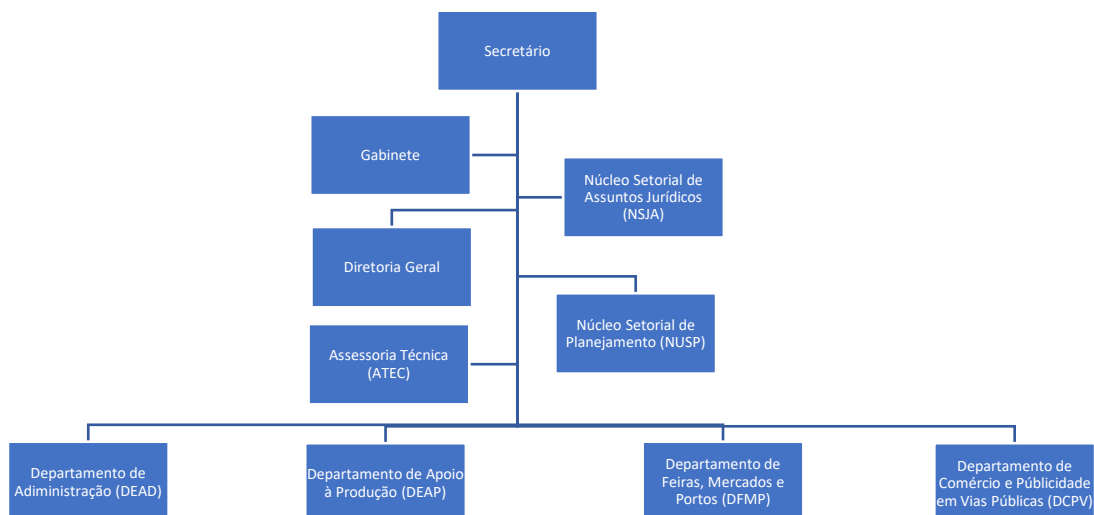


Figura 7 – Estrutura da Secretaria Municipal de Economia de Belém.

A secretaria tem três áreas importantes para a execução da política de abastecimento alimentar do município: a coordenação de equipamentos varejistas e atacadistas que são as feiras, mercados e os portos; o apoio à produção e comercialização de alimentos

e a disciplina do uso e ocupação do espaço público realizado pelo comércio ambulante, formal ou informal.

Departamento de Feiras, Portos e Mercados

O Departamento responde pelas ações relativas aos equipamentos municipais onde ocorre a comercialização dos produtos agrícolas, agropecuários, extrativistas e da pesca, desde a situação de regularização dos permissionários, o cumprimento das normas e leis, da manutenção, abertura de novos equipamentos de comercialização e de ramos. O Departamento realiza também uma pesquisa diária e produzindo dados e informações acerca dos preços e volumes comercializados nos equipamentos sobre sua responsabilidade de gestão.

As informações obtidas nas entrevistas com as diferentes divisões desse Departamento, especialmente a de Mercados e Hortomercados e a de Feiras e Mercados, bem como os dados levantados, foram apresentadas na seção desta pesquisa que abordou e descreveu a o sistema de atacado e varejo dentro da economia de serviços em Belém.

Departamento de Apoio à Produção

As prioridades do Departamento são a organização de cooperativas ou associações com a finalidade de fortalecer a capacidade organizativa e de desenvolvimento da população alvo. No campo da capacitação pretende-se a profissionalização priorizando o trabalho com jovens e mulheres, e ações vão na linha de estimular a economia solidária, e contam com apoio do Senar em de piscicultura e cooperativismo/associativismo. Atualmente a ação da secretaria alcança quatro ilhas.

O departamento carece de técnicos para prestar serviços de assistência à produção, possui 1 engenheiro agrônomo, 1 engenheiro de pesca, 1 engenheiro florestal, 1 assistente social, 1 pedagogo e não possuem técnicos agrícolas. Daí o esforço para o estabelecimento de parcerias como um meio de contornar esse problema. O departamento não possui um veículo que permita a equipe deslocar-se para desenvolver seus trabalhos, sendo que em gestões passadas já possuiu inclusive barco.

O Departamento possui a divisão de Apoio à Indústria, Comércio e Serviços e uma de suas prioridades é a organização de compras comunitárias, elemento importante para a economia solidária. Neste segmento há uma grande carência de informações, cadastros, e isso dificulta o planejamento e execução de políticas públicas.

Divisão de Atividades Rurais

As prioridades da divisão são estimular os quintais produtivos, a agroecologia e a agricultura urbana. No caso da comercialização a proposta é apoiar a inserção nos mercados. O município já possui feiras de produtores que ocorrem semanalmente.

Com a agricultura urbana e periurbana, a proposta é estimular a produção para o autoconsumo permitindo melhorar a dieta das famílias e, se possível, produzir pequenos excedentes, com os quintais produtivos cultivando plantas medicinais e frutíferas e criando pequenos animais.

Um aspecto que foi ressaltado pelos entrevistados e que interfere na geração de renda é o da logística, pois muitas mercadorias são transportadas por barcos e se torna uma barreira para a comercialização, já que o preço do combustível está muito alto e reflete no custo do frete. Por outro lado, os agricultores carecem de local para armazenar seus produtos e regulariza a entrega, garantir a qualidade e não perder produtos perecíveis. Essa realidade coloca os produtores na mão dos atravessadores, que concentram o acesso aos mercados e possuem capacidade de estocagem. Uma alternativa é a inserção dos produtores no abastecimento dos próprios bairros.

Secretaria de Meio Ambiente (Semma)

O papel institucional da Secretaria é planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades que visem à conservação, proteção, preservação, recuperação e restauração da qualidade do meio ambiente e as áreas verdes públicas localizadas no Município de Belém e Regiões Insulares.

De acordo com a Semma, o trabalho básico da secretaria é com as áreas verdes, o licenciamento ambiental no município, a balneabilidade das praias de água doce, e a gestão da APA que o Município possui na Ilha de Cotijuba.

Indagados acerca da política de resíduos sólidos e mais especificamente sobre a reciclagem dos resíduos orgânicos, o entrevistado informou que a Prefeitura não possui uma política de compostagem. Atualmente, a Secretaria de Saneamento (Sesan) a Sema desenvolve um trabalho de educação ambiental com os catadores.

Também a Sesan, tem estudo sobre os resíduos de caroço de açaí coletados em Belém, estima-se que são aproximadamente cinco mil o número de batedores de açaí que descartaram 2 mil toneladas de caroços por dia, no ano de 2018. Existe um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Meio Ambiente desde a gestão anterior, neste TAC a prefeitura se comprometeu a encontrar uma solução para o volume de caroço de açaí produzido pelos batedores e que é destinado ao aterro, desde então o poder público municipal vem procurando formas de reaproveitar o caroço dado que esse volume é substancial. A prefeitura fornece o saco para os batedores para fazer o recolhimento, também os batedores são certificados. No caso dos batedores de açaí, estes são acompanhados e capacitados pela Secretaria de Economia e de Saúde.

9.

Considerações finais

Esta seção procura sintetizar e apontar algumas considerações e resultados mais relevantes encontrados no trabalho.

O primeiro aspecto que precisa ser ressaltado é que este documento procurou ser abrangente para dar conta dos diversos recortes possíveis no que diz respeito à construção de um bom diagnóstico do sistema agroalimentar e das políticas de segurança e abastecimento alimentar.

Para isso o trabalho lançou mão de ampla e variadas fontes de informações, dando tratamento estatístico e analítico aos dados. As fontes abarcaram dados das diversas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, da Prefeitura Municipal de Belém e do Estado do Pará, como por exemplo os dados do Departamento de Feiras, Mercados e Portos e das Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa-PA).

Além dos dados e das informações estatísticas, o trabalho realizou um conjunto de entrevistas com atores importantes para a compreensão da dinâmica da segurança alimentar e do funcionamento do sistema de abastecimento alimentar do Município de Belém.

Uma das questões apresentadas logo no início foi a mudança do padrão do uso e cobertura da terra ocorrida nas últimas décadas. A RM de Belém, seguindo um padrão brasileiro, teve nas décadas de 1980 e 1990 um crescimento urbano e uma redução das áreas de florestas, especialmente nos demais municípios da região, e sua alteração para áreas agricultáveis, principalmente a pecuária, o que mantém a dependência grande de Belém e da Região Metropolitana do abastecimento de alimentos que não são produzidos regionalmente ou, quando são, alimentam um complexo sistema que denominamos de Circuito Superior, onde o fluxo de dinheiro é o centro estruturante da cadeia, descritos sobretudo pelas grades redes varejistas e atacadistas, em contraponto ao Circuito Inferior, no qual a informalidade é grande e o centro motriz é basicamente a relação de trabalho, sendo que nesse circuito o destaque são as feiras, os mercados e os portos.

Partindo deste pano de fundo conceitual sobre os dois circuitos, o trabalho caracterizou o consumo, a produção e as políticas públicas observadas em Belém e, quando necessário, nas Regiões Metropolitana e Imediata de Belém.

No caso do consumo foi observado que a Região Metropolitana possui padrões bastante diferentes de consumo, sobressaindo-se alguns produtos frente à média brasileira, notadamente açaí, mandioca e seus derivados – especialmente a farinha, e o pescado. Importante destacar como o aumento dos preços destes produtos tem exercido pressão sobre o orçamento das famílias belenenses.

No tocante à produção agropecuária na Região Imediata de Belém observa-se uma presença forte da agricultura familiar, com destaque para a produção de mandioca, açaí e produtos que possuem menores exigências de área.

Ainda no tocante à produção agrícola, a questão do açaí merece uma consideração especial. O produto está inserido tanto nas cadeias curtas, orientadas para o mercado local, e nas cadeias longas voltadas ao mercado externo (brasileiro e estrangeiro). Chama atenção a discrepância existente nas informações sobre produção e consumo do produto, o que torna sua caracterização muito mais complexa.

A indústria de pescado possui algum destaque, mas se caracteriza por agregar pouco valor e estar mais dedicada à conservação e distribuição do pescado.

O setor comercial voltado ao abastecimento de alimentos e bebidas é bastante heterogêneo devido à sua natureza – possui um elevado grau de informalidade. Por sua vez, chama a atenção a importância da rede de feiras e mercados existentes no Município, que atua de forma complementar às redes atacadistas e varejistas, hoje mais diversificadas e com a presença de empresas regionais/nacionais.

No caso das políticas públicas evidenciou-se a ausência de uma governança e ações complementares adequadas à sua execução.

Observam-se que vários programas são organizados e desenvolvidos pela prefeitura, esse trabalho buscou trazer alguns elementos e subsídios para que o município possa articular e estruturar uma política de segurança pública e abastecimento próprias.

No entanto, há necessidade de coordenação que construa a governança e o planejamento das ações na área do abastecimento e da segurança alimentar de forma a definir a atuação e os programas por meio de uma visão sistêmica que dê vazão e execute o planejamento de curto, médio e longo prazo. Isso poderá contribuir para a redução dos custos e do tempo de execução, pois está se perdendo a vantagem que a parceria e a sinergia entre diferentes ações podem trazer: redução dos custos da ação administrativa, na redução do tempo de implantação de projetos, e aumentar o alcance em número de beneficiários.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS.** *Revista SuperHiper*. Ano 47: n. 537, jun. 2021. Disponível em: <https://www.abras.com.br/superhiper/edicoes-antiores/>.
- BELÉM (Prefeitura).** *Prefeitura de Belém discute destinação adequada dos caroços de açaí*. Agência Belém, Belém, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/179916/prefeitura-de-belem-discute-destinacao-adequada-dos-carocos-de-acai>. Acesso em: jan. 2022.
- BELIK, W.** *Estudo sobre cadeia de alimentos*. [S.l.]: Instituto Ibirapitanga: ICS: Imaflora, 2020.
- BRASIL (Governo Federal).** *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: maio 2022.
- BRASIL (Ministério do Trabalho e Previdência).** *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência, [2015-2020].
- CARVALHO, M. V. G. S. A.; PINHEIRO, A. M. G. S.** *A logística do abastecimento na RMB: o caso Ceasa*. In: TOBIAS, M. S. G.; NETO, B. C. (Orgs.). *Grande Belém: faces e desafios de uma metrópole insular*. 1ª ed. Belém: Ponto Press Ltda., 2010, v. 01, p. 25-48.
- CASTRO, Josué de.** *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.
- CASTRO, Josué de.** *Geopolítica da fome*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.
- COHEN, Nevin; ILLIEVA, Rositsa T.** *Expanding the boundaries of food policy: the turn to equity in New York City*. *Food Policy*, v. 103, n. 102012, 2021. DOI: 10.1016/j.foodpol.2020.102012.
- COSTA, L. V.; GOMES, M. F. M.; LÍRIO, V. S.; BRAGA, M. J.** *Produtividade agrícola e segurança alimentar dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras*. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 51, n. 4, dez. 2013.
- COSTA F. de A.; ANDRADE, W. D. de C.; SILVA, F. C. F. da.** *O arranjo produtivo de frutas na região polarizada por Belém do Pará*. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J.E.; CAMPOS, R. (org.). *Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros*. Rio de Janeiro: e-papers, 2006.
- CUNHA, A. R. A. de A.; LEMOS, M. B.; NABUCO, M. R.; PESSOA, M. J.** *Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias*. In: BELIK, W.;

- MALUF, R. (org.). *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: Unicamp: Instituto de Economia, 2000.
- DANTAS**, A. *Na Ceasa, 74% dos alimentos são importados de outros estados*. O Liberal, Pará, 2 fev. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/na-ceasa-74-dos-alimentos-sao-importados-de-outros-estados-1.235472>.
- DOERNBERG**, Alexandra; **HORN**, Paula; **ZASADA**, Ingo; **PIORR**, Annette. *Urban food policies in German city regions: an overview of key players and policy instruments*. Food Policy, v. 89, 2019. DOI: 10.1016/j.foodpol.2019.101782.
- DUARTE**, Ana Cláudia; **VENTURA NETO**, Raul da Silva. *A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, p. 55-75, jan.-jun. 2013.
- FILIPPINI**, Rosalia; **MAZZOCCHI**, Chiara; **CORSI**, Stefano. *The contribution of Urban Food Policies toward food security in developing and developed countries: a network analysis approach*. Sustainable Cities and Society, v. 47, 2019, DOI: 10.1016/j.scs.2019.101506.
- GALINDO**, Eryka; **TEIXEIRA**, Marco Antônio; **ARAÚJO**, Melissa; **MOTTA**, Renata; **PESSOA**, Milene; **MENDES**, Larissa; **RENNÓ**, Lúcio. *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil*. Food for Justice Working Paper Series, n. 4. Berlim: Food for Justice: Freie Universität Berlin, 2021. Disponível em: https://www.lai.fu-berlin.de/en/forschung/food-for-justice/publications/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html.
- GOMES JR.**, N.; **MARTINS**, S. P. *De sacola cheia: modernização, racionalização da qualidade: ingredientes básicos para mesa farta, um direito do consumidor*. In: BITTAR, J. (org). Cadernos de Teoria e Debate. 1992
- HOFFMANN**, R. et al. *Administração da empresa agrícola*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- HOMMA**, A. K. O. *Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?* Estudos Avançados, v. 26, n. 74, São Paulo, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C)*. Rio de Janeiro: IBGE, [entre 2012 e 2022].
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA**. *Governança metropolitana no Brasil: caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (componente 2): Região Metropolitana de Belém*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea: Idesp, 2016.
- MARTÍN**, D; **FUENTE**, Rosa de la. *Global and local agendas: the Milan Urban Food Policy Pact and innovative sustainable food policies in Euro-Latin American cities*. Land 2022, v. 11, n. 202. DOI: 10.3390/land11020202. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/land>.

- MEDEIROS, J. F. da S.** *As feiras livres em Belém (PA): dimensão geográfica e existência cotidiana*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- MINOTTI, Bianca et al.** *Food policy processes in the city of Rome: a perspective on policy integration and governance innovation*. In: *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 5, n. 786799, fev. 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2021.786799/full>.
- MORAGUES-FAUS, Ana.** *The emergence of city food networks: rescaling the impact of urban food policies*. *Food Policy*, v. 103, 2021. DOI: 10.1016/j.foodpol.2021.102107.
- MOURÃO, Leila.** *História e natureza: do açaí ao palmito*. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2010.
- NOBRE, C. A.** *Projeto "Amazônia 4.0": definindo uma terceira via para a Amazônia*. *Revista Futuribles*, 2019.
- NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C.; Garcia, W. S.** *A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009*. *Rev. Ceres*, v. 60, n. 3, Viçosa, MG, -jun. 2013. DOI: 10.1590/S0034-737X2013000300004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.** Food and Agriculture Organization – FAO. *Food for the cities programme: building sustainable and resilient city region food systems*. [Roma]: FAO, 2016. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/documents/horticulture/FC/UC_Leaflet.pdf.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.** Food and Agriculture Organization – FAO. *The state of food security and nutrition in the world*. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi/2021/en/>.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.** *International Convention on tonnage measurement of ships*, Londres, concluída em 23 jun. 1969 (com anexos, tradução oficial da Convenção para os idiomas russo e espanhol e Ato Final da Conferência).
- PARÁ (Estado).** *Feirantes têm papel importante para alimentação e economia paraense*. Agência Pará, Belém. Disponível em: <https://www.tribunapaulista.com.br/noticia/22700/feirantes-tem-papel-importante-para-alimentacao-e-economia-paraense>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR.** *II Vigisan – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil* [livro eletrônico]. Relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

- RIBEIRO**, Fabrício R. *História e memória: leituras sobre o trabalho com o açaí e suas transformações*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- SALATA**, A. R; **RIBEIRO**, M. G. *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*. xN. 3, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrôpoles.net.br>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- SANTANA**, Antônio C. *Análise do desempenho competitivo das agroindústrias de polpa de frutas do estado do Pará*. Revista de Economia e Agronegócio, v. 2, n. 4, Passo Fundo, 2004. DOI: 10.25070/rea.v2i4.45.
- SANTOS**, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.
- SILVA**, Harley. *A economia do açaí em Belém (PA): vida urbana e biodiversidade em uma experiência singular de desenvolvimento econômico*. Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 3, Belém, dez. 2021.
- SILVA**, L. J. D. da. *Pedra, redes e malha na circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- SISNOWSKI**, Jana; **STREET**, Jackie M; **BRAUNACK-MAYER**, Annette. *Targeting population nutrition through municipal health and food policy: implications of New York City's experiences in regulatory obesity prevention*. Food Policy, v. 58, 2016, p. 24-34. DOI: 10.1016/j.foodpol.2015.10.007.
- SOARES**, Lucélia Reis Santos. *Planejamento urbano e gestão de transportes na Amazônia: as políticas públicas para a mobilidade urbana em face do processo de dispersão metropolitana em Belém-PA*. Revista GeoAmazônia, v. 5, n. 10, p. 138-59, Belém, 2017.
- SPOSITO**, E. S. 1983. *O espaço dividido: elementos para discussão*. Revista de Geografia, v. 2, p. 151-4, [s. l.], 1983
- TAVARES**, G. dos S.; **HOMMA**, A. K. O.; **MENEZES**, A. J. E. A. de; **PALHETA**, M. P. *Análise da produção e comercialização de açaí no Estado do Pará, Brasil*. In: HOMMA, A. K. O. (org.). Sinergias de mudança da agricultura amazônica: conflitos e oportunidades. Brasília, DF: Embrapa, 2022.
- TAVARES**, G. S.; **HOMMA**, A. K. O.; **MENEZES**, A. J. A.; **PALHETA**, M. P. *Análise da produção e comercialização de açaí no estado do Pará, Brasil*. International Journal of Development Research, v. 10, ed. 4, abr. 2020.
- VARA-SÁNCHEZ**, Isabel et al. *The co-production of urban food policies: exploring the emergence of new governance spaces in three Spanish cities*. Food Policy, v.103, 2021. DOI: 10.1016/j.foodpol.2021.102120.
- WRIGLEY**, Neil. *Food Deserts" in British cities: policy context and research priorities*. Urban Studies, v. 39, n. 11, p. 2029-40, [s. l.], 2002. DOI: 10.1080/0042098022000011344.
- ZEFERINO**, A. C. *Abastecimento urbano: considerações acerca dos componentes e estrutura*. Geosul, v. 4, n. 7, [s. l.], 1989.

Anexo 1

Quadro A.1. – Lista de entrevistados por instituição e pelo cargo

Nome	Secretaria/Instituição	Cargo
Prefeitura		
Cassio Pereira	Secretaria da Economia (Secon)	Ex-coordenador da assessoria técnica
Pedro Hamilton M. Gomes	Secon	Chefe do Departamento de Feiras, Mercados e Portos
Domingas de Paula M. Caldas	Secon	Chefe do Departamento de Apoio a Produção
Itamar Martins Batalha	Secon	Chefe da Divisão de Atividades Produtivas Rurais
Luiz Paulo Monteiro Porto	Secretaria de Meio Ambiente	Diretor Geral da Secretaria do Meio Ambiente
Bruna Cavalcante	Fundação de Assistência ao Estudante	Presidente
Cláudio Puty	Secretaria de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (Segep)	Secretário
Bruno Cassiano Cunha	Segep	Servidor
Marcelo Daniel Martins Meira	Secon – Departamento de Comércio e Publicidade em Vias Públicas (DCPV)	Diretor
Jarbas Matos Bulhões	Sesma – Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos (DVSA)	Chefe
Marilene Silva Costa	Coopsan	Coordenadora de Política de Segurança Alimentar
Edeilson da Silva Monteiro	Segep	Orçamento Participativo
Brenner Brelaz	Segep	Diretor de Desenvolvimento Municipal
Georgina Tolosa Galvão	Banco do Povo	Diretora do Banco do Povo
Sistema Financeiro		

Benito Calzavara	Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA)	Coordenador de Agronegócio
Lorena Martins	Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA)	Coordenadora da Gerência de Pessoa Física
Legislativo		
Fernando Carneiro	Câmara Municipal de Belém	Vereador
Universidade - Embrapa		
Harley Silva	Faculdade de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Pará (UFPA)	Professor
Danilo Araújo Fernandes	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Coordenador da Pós-graduação em Economia
Alfredo Kingo Oyama Homma	Embrapa – Amazônia Oriental	Pesquisador
José Edmar Urano de Carvalho	Embrapa – Amazônia Oriental	Pesquisador
José Stênio de Souza	Universidade Federal do Sul do Pará (Ufesspa)	Professor universitário
Antônio Cordeiro de Santana	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Professor universitário
Maurílio Monteiro	Universidade Federal do Sul do Pará (Ufesspa)	Professor universitário e ex-reitor
Governo Estadual e Federal		
Charles Alcântara	Fenafisco	Presidente da Fenafisco e auditor fiscal estadual
Lyvingson Rolands Athayde	Ceasa/PA	Diretor técnico
Lucas Aristóteles das Neves Feitosa	Ceasa /PA	Coord. De Estatística, Abastecimento e Comercialização
Alfredo Kingo Oyama Homma	Embrapa	Pesquisador
Bruno Alencar da Costa	IBGE (Belém)	Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura

Nome	Secretaria/Instituição	Cargo
Cooperativas		
Fábio Ronaldo Gomes da Silva	Cooperativa Agropecuária de Produtores de Belém do Pará (Copabel)	Diretor-presidente
Augusto Cesar Moura da Silva	Cooperativa Agropecuária Mista de Mosqueiro (Coopam)	Diretor Financeiro e Planejamento
Movimento Social e Sindical		
Ângela de Jesus	Fetagri	Presidenta
Roberto de Sena Bentes	Dieese	Coordenador do escritório Dieese do Pará
Everson Luís Moraes costa	Dieese	Técnico do Dieese
Supermercados		
Jorge Portugal	Associação de Supermercados do Estado do Pará	Presidente da Associação e dos Supermercados Portugal